

FLÁVIA DE MENDONÇA RIBEIRO

**PRECONCEITO E PROUNISTAS:
“SEU LUGAR NÃO É AQUI”**

PUC-CAMPINAS

2018

FLÁVIA DE MENDONÇA RIBEIRO

**PRECONCEITO E PROUNISTAS:
“SEU LUGAR NÃO É AQUI”**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia do Centro de Ciências da Vida – PUC-Campinas, como requisito para obtenção do título de Doutora em Psicologia como Profissão e Ciência.

Orientadora:

Profª Drª Raquel Souza Lobo Guzzo

PUC-CAMPINAS

2018

Ficha catalográfica elaborada por Marluce Barbosa CRB 8/7313
Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI - PUC-Campinas

t150.98 Ribeiro, Flávia de Mendonça.

R484p Preconceito e prounistas: "Seu lugar não é aqui" / Flávia de Mendonça Ribeiro. - Campinas: PUC-Campinas, 2018.

188 f.

Orientadora: Raquel Souza Lobo Guzzo.

Tese (doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências da Vida, Pós-Graduação em Psicologia.

Inclui anexo e bibliografia.

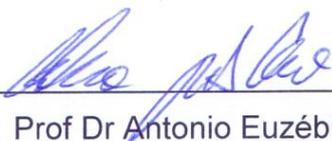
FLÁVIA DE MENDONÇA RIBEIRO

**PRECONCEITO E PROUNISTAS:
“SEU LUGAR NÃO É AQUI”**

Banca Examinadora:



Presidente: Prof^a Dr^a Raquel Souza Lobo Guzzo



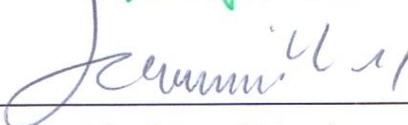
Prof Dr Antonio Euzébios Filho



Prof Dr Luis Guilherme Galeão da Silva



Prof Dr André Pires



Prof Dr Samuel Mendonça

PUC-Campinas, 21 de Fevereiro de 2018

Prólogo

Pra não dizer que não falei das flores¹²

Caminhando e cantando e seguindo a canção
Somos todos iguais braços dados ou não
Nas escolas, nas ruas, campos, construções
Caminhando e cantando e seguindo a canção

Vem, vamos embora, que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer

Pelos campos há fome em grandes plantações
Pelas ruas marchando indecisos cordões
Ainda fazem da flor seu mais forte refrão
E acreditam nas flores vencendo o canhão

Vem, vamos embora, que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer

Há soldados armados, amados ou não
Quase todos perdidos de armas na mão
Nos quartéis lhes ensinam uma antiga lição
De morrer pela pátria e viver sem razão

Vem, vamos embora, que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer

Nas escolas, nas ruas, campos, construções
Somos todos soldados, armados ou não
Caminhando e cantando e seguindo a canção
Somos todos iguais braços dados ou não
Os amores na mente, as flores no chão
A certeza na frente, a história na mão
Caminhando e cantando e seguindo a canção
Aprendendo e ensinando uma nova lição

Vem, vamos embora, que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer

¹ Vandr , G. (1968). Pra não dizer que não falei das flores [Gravado por Geraldo Vandr ]. In *Geraldo Vandr  no Chile* [LP – lado A]. Chile: Banco Benvirá. (1969).

² Música utilizada no vídeo do MEC sobre ProUni, em 2006, nos primeiros anos de implementação do programa.

Dedicatória

Aos estudantes ProUnistas que resistiram e resistem todos os dias e
às minhas avós – Didita (in memoriam) e Lena

Agradecimentos – Special Thanks

Quando chego ao fim de um trabalho gosto de olhar para trás e agradecer, mesmo que mentalmente, o apoio que tive de algumas pessoas em minha vida, e que, sem elas, não conseguiria ter chegado ao fim dessa jornada.

Primeiramente, gostaria de agradecer à CAPES – pela oportunidade de bolsas que tive nesses últimos 4 anos – com a Taxa no começo do doutorado, no final do primeiro ano com a Capes 1 e por fim, a bolsa de doutorado sanduíche que possibilitou minha ida acadêmica para a Dinamarca.

Queria agradecer às minhas queridas e amadas avós Didita (*in memoriam*) e Lena, minha madrinha, que me ensinaram a magnitude da humildade em todo e qualquer espaço que estivermos. Obrigada por me ensinarem, desde pequena, a ser eu mesma, a me amar e aceitar. Aos meus queridos avôs Eurico e Waldomiro (ambos *in memoriam*) por me ensinarem que a vida pode ser mais doce com um pouquinho mais de balinhas, chocolates e afins.

Agradeço à minha mãe, Telma, guerreira que só ela, me ensina a cada dia a como lutar pelos meus sonhos. Ao meu pai, pelo carinho, e até pelas divergências nas discussões políticas na qual aprendi a tolerar mais e tentar dialogar. À Pietra pelo amor e carinho incondicional.

À minha irmã, sis, Thaís Helena, minha amiga, minha companheira pra todas as horas, te agradeço por cada palavra de incentivo, por cada abraço de energia, te amo. Agradeço a você e ao cunhado, Diogo, por colocarem minha afilhada nesse mundo, Helena, a dinda te ama de mais! Obrigada Helena por me dar esperança em continuar e lutar por uma sociedade mais justa e igualitária.

Agradeço à toda minha família, tias – especialmente, Nega, Elanní - tios, primos e primas, principalmente à Julianny, Isabella, Thalita, Danielli, Maria Cecília e Luciana por todo carinho que me dão. À Maria Luiza, meu amorzinho, tia te ama. Ju, obrigada por permanecer em minha vida, me aconselhando em vários momentos e me fazendo um pouco mais feliz, te amo prima!

Agradeço algumas pessoas que já passaram por minha vida, mas que foram importantes naquele momento, Hespanha, Seu Zé, Adriana e Luiz Fernando, obrigada por tudo. Hespanha e Seu Zé, se não fosse a ajuda de vocês eu jamais chegaria até aqui. Obrigada!

Aos meus camaradas da LSR/CIT, que lutam comigo diariamente para garantir que a mudança social realmente aconteça um dia: Hailey, Tati K., Jane, Kátia, Vanessa, Raquel, Maria Clara, Marília, Maria Beatriz, Winnie, Bryan, Mat Guzzo, Maurício, Felipe, Toninho, Rapha, Afonso Mesquita, Joeferon, Dan (carinho pra sempre!), e tantas outras. [Marielle, presente!]

Às amigas de todas as horas Anny, Alyne, Mel, Carol pelo amor e compreensão pelos desaparecimentos acadêmicos, obrigada! À Juliana Meato, por não desistir de nossa amizade sempre à longas distâncias – obrigada amiga! À Hailey, um presente que a vida me deu, obrigada pela tradução e companhia em dias frios de São Paulo. À Jane, eterna guerreira, dirigente, militante e, principalmente, amiga – obrigada pelos conselhos, conversas, orientações, sua amizade é muito importante para mim. À Tati Kapor, mais uma guerreira, obrigada por alegrar esses últimos dias da tese, sua amizade é para vida!

Aos amigos Marcos e Matheus pelas acolhidas em momentos de tristeza, mas principalmente, por diversos momentos de alegrias que compartilhamos e compartilharemos juntos, vocês são essenciais na minha vida! À Amorzinha e ao Cisco

pelo carinho a todo momento. Ao Felipe, por superarmos barreiras estaduais e mantermos nossa amizade durante o doutorado.

À Raquel, minha querida orientadora, que com o tempo se tornou mais que uma orientadora para mim. Minha amiga – por mais que não digamos isso todos os dias – nosso relacionamento foi construído à base de conversas, discussões e conquista de confiança, te agradeço pelo suporte que me dá e me deu todos esses anos. Tive a felicidade de ter várias guerreiras em minha vida, e você, com certeza, é uma delas. Guerreira que luta por diversas coisas nas quais acredito: pela psicologia escolar nas escolas públicas; por uma psicologia que nos faça pensar, questionar e seja uma ferramenta para a mudança social; pela igualdade de direitos; pelo fim da exploração, enfim... te agradeço por ser parte da minha vida e estar próxima durante o meu desenvolvimento profissional e pessoal, agradeço pela confiança. Espero que esses anos sejam só o começo de um trabalho conjunto que trilharemos por muito tempo.

I want to thank Ernst for the co-supervision in my PhD when I was in RUC, guidance, laughter, conversations, meetings, for the welcome in a country and university that I didn't know yet. For all the actions that helped me and facilitated my stay in Denmark, knowing what it's like to be a foreigner in a different country. Thank you and your family for all the help you have offered me.

Also want to thank all the professors and colleagues in RUC and Aarhus University, for the meetings, questions, for wanting to know the reality in Brazil, and to make myself advance even more.

À banca de qualificação, Claisy Marinho-Araújo e Simone Nogueira pelas contribuições que me fizeram e foram essenciais para pensar o meu trabalho.

À banca de defesa: Samuel Mendonça, André Pires – professores da PUC, Luis Guilherme Galeão da Silva e Antonio Euzébios Filho – professores da USP. Obrigada pelas considerações e questionamentos que fizeram. Aprendi muito e o que disseram só irá me fortalecer enquanto profissional.

Aos integrantes e ex-integrantes do GEP-InPsi em todos os níveis Iniciação científica, graduação, psicólogos supervisores de campo, assistentes técnicas, mestrado, doutorado e pós-doutorado: todos os estudantes de graduação que participaram do estágio em Psicologia Educação/Escola de 2014 a 2017, João Paulo, Bárbara, Juliana, Ana Rita, Adriana, Liane, Daniel, Gustavo, Tainnã, Liz, Helena, Laura, Marianas (Lemos e Feldmann), Carolina Dias, Soraya, Tamiris, Jac, Marcos, Eduardo, Lucian, Fernanda, Toninho, Simone, Luíz, Ana Paula, Adinete, Walter, Maria Áurea, Tizei, Ana Júlia, Mazinho, Ferpa, Iago, Carolinas (Lisboa e Terruggi); somos muitos, e fico muito feliz que possamos estar juntas e juntos na construção de uma nova Psicologia.

Fiz grandes amigos no GEP, Marcos, a qual já citei, Edu, Lucian, agradeço cada conversa que tivemos que me ajudaram a avançar mais no aprendizado acadêmico, a vocês obrigada!

Mas gostaria de agradecer à uma pessoa em especial, Soraya, minha amiga do coração. Quando nos conhecemos em 2015 e começamos a trabalhar juntas na escola, tivemos nossos embates logo de cara, mas superamos todas as diferenças – culturais, políticas e religiosas – que na verdade, nem são tão profundas assim, e hoje tenho certeza que tenho uma companheira para vida toda. Alguém que irá, lado a lado, lutar com unhas e dentes pela presença da psicóloga na escola, no ensino superior, em espaços escolares de aprendizagem. So, minha amiga, agradeço a você, Marcelo e Gabyzinha pelas conversas e acolhida!

Gostaria de agradecer à Vera Trevisan, que foi coordenadora do programa de pós durante meu mestrado e doutorado; à Maria Amélia e Elaine por estarem prontamente dispostas a nos auxiliar, tirar dúvidas e ajudar até o último segundo dentro do Programa de Pós.

I would like to thank Tjalfe's family and friends - Susan, Poul-Henning, Mikkle, Julius, Esben, Freja, Mijke, Phillip, Anders, Christian - and many others who welcomed me so well when I was in Denmark, thank you!

And finally, I would like to thank Tjalfe for all the love, affection and patience in the last 9 months, I never thought I would find someone who respected me and loved me so much, I hope that our journey together is just beginning!

Obrigada à todas e todos que me auxiliaram em algum momento e garantiram a realização e finalização desse trabalho.

Ribeiro, Flávia de Mendonça. **Preconceito e ProUnistas: “Seu lugar não é aqui”**. 2018. Tese (Doutorado em Psicologia) – Centro de Ciências da Vida. Programa de Pós-Graduação em Psicologia - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2018.

RESUMO

Esse trabalho de doutoramento teve como objetivo identificar e analisar a presença do preconceito nos espaços acadêmicos onde o ProUni (Programa Universidade para Todos) está presente, para, a partir da análise apresentada, defender a **tese** de que *o ProUni, ao mesmo tempo em que busca reparar a ausência histórica da classe trabalhadora no Ensino Superior Brasileiro, acaba por revelar as desigualdades sociais manifestas pelo preconceito nas vivências universitárias*. Para o desenvolvimento de uma estrutura argumentativa que defenda a tese foi necessário um mapeamento e caracterização dos ProUnistas a partir de um questionário online, além de duas entrevistas em profundidade que aconteceram de forma individual. A estrutura teórica foi dividida em três eixos que apresentaram o *A Conjuntura no Sistema de Ensino Superior: um breve histórico, ProUni e Preconceito: “Meu lugar não é aqui?”*, e *Psicologia Crítica e sua atuação no Ensino Superior*. Sabe-se que o preconceito na sociedade existe, assim como nas Instituições de Ensino Superior privadas, porém não é dimensionado ainda como esse preconceito influencia na vivência do estudante durante sua graduação, portanto, para isso utilizamos o método quantitativo e a análise construtivo-interpretativa. Conclui-se que apesar do ProUni dar acesso à classe trabalhadora ao Ensino Superior o preconceito vivenciado durante a graduação ainda é bastante velado, prejudicando o cotidiano desses estudantes, sendo uma fonte de sofrimento psíquico. Necessita-se de um trabalho profundo da psicologia no ensino superior para auxiliar as Instituições de Ensino Superior na integração desses estudantes na comunidade universitária, além de auxiliá-los ao enfrentamento ao preconceito nas vivências universitárias.

Termos de indexação: Psicologia Crítica; Ensino Superior; Preconceito; ProUni.

Ribeiro, Flávia de Mendonça. **Prejudice and ProUnistas: “You don’t belong to here”**. 2018. Thesis (Doctoral in Psychology) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas - SP, Centro de Ciências da Vida. Programa Pós-Graduação em Psicologia. 2018.

ABSTRACT

This doctoral work aimed to identify and analyze the presence of prejudice in the academic spaces where ProUni (Program University for All) is present, to defend the thesis: the ProUni, at the same time as it seeks to repair the historical absence of the working class in Brazilian Higher Education, reveals the social inequalities manifested by prejudice in university experiences. For the development of an argumentative structure that defends the thesis it was necessary to map and characterize the students of ProUni from an online questionnaire, besides two in-depth interviews that happened individually. The theoretical structure was divided into three axes that presented: *The Conjecture in the System of Higher Education: a brief history*; *ProUni and Prejudice: "My place is not here?"*; and *Critical Psychology and its action in Higher Education*. It is known that prejudice in society exists, as well as in private Higher Educations Institutions, but it isn't yet considered how this prejudice influences the student's experience during his/her graduation, therefore, we use the quantitative method and the constructive-interpretative analysis. It is concluded that although the ProUni gives access for the working class to Higher Education, the prejudice experienced during graduation is still quite veiled, damaging the daily life of these students, being a source of psychic suffering. A deep work of psychology in higher education is needed to assist the Higher Educations Institutions in the integration of these students in the university community, as well as to help them cope with prejudice in university experiences.

Keywords: Critical Psychology; Higher Education; Prejudice; ProUni.

Ribeiro, Flávia de Mendonça. **Prejuicios y ProUnistas: “Su lugar no es acá”**. 2018. Tesis (Doctorado en Psicología) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas - SP, Centro de Ciências da Vida. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. 2018.

RESUMÉN

Este trabajo de doctorado tuvo como objetivo identificar y analizar la presencia del prejuicio en los espacios académicos donde el ProUni (*Programa Universidad para todos*) está presente, para, a partir del análisis presentado, defender la tesis de que *el ProUni, al mismo tiempo que busca reparar la ausencia histórica de la clase obrera en la Enseñanza Superior Brasileña, acaba por revelar las desigualdades sociales manifestadas por el prejuicio en las vivencias universitarias*. Para el desarrollo de una estructura argumentativa que defienda la tesis fue necesario un mapeo y caracterización de los becarios del ProUni a partir de un cuestionario online, además de dos entrevistas en profundidad que ocurrieron de forma individual. La estructura teórica fue dividida en tres ejes que presentaron *La Coyuntura en el Sistema de Enseñanza Superior: un breve histórico, ProUni y Prejuicio: "Mi lugar no es aquí?", y Psicología Crítica y su actuación en la Enseñanza Superior*. Se sabe que el prejuicio en la sociedad existe, así como en las Instituciones de Enseñanza Superior privadas, pero no es dimensionado todavía como ese preconceito influye en la vivencia del estudiante durante su graduación, por lo tanto, para ello utilizamos el método cuantitativo y el análisis constructivo-interpretativo. Se concluye que a pesar del ProUni dar acceso a la clase trabajadora a la Enseñanza Superior el prejuicio vivido durante la graduación todavía es bastante velado, perjudicando el cotidiano de esos estudiantes, siendo una fuente de sufrimiento psíquico. Se necesita un trabajo profundo de la psicología en la enseñanza superior para auxiliar a las Instituciones de Enseñanza Superior en la integración de esos estudiantes en la comunidad universitaria, además de auxiliarlos al enfrentamiento al prejuicio en las vivencias universitarias.

Palabras Clave: Psicología Crítica; Educación Superior; Prejuicios; ProUni.

SUMÁRIO

Prólogo.....	4
Dedicatória.....	5
Agradecimentos – Special Thanks.....	6
RESUMO.....	11
ABSTRACT.....	12
RESUMÉN.....	13
SUMÁRIO.....	14
Lista de Figuras, Gráficos e Tabelas.....	16
Lista de Siglas.....	17
ESTABELECENDO NEXOS – apresentando e contextualizando a tese.....	20
APRESENTAÇÃO.....	Erro! Indicador não definido.
Objetivos.....	34
Capítulo I - FUNDAMENTOS TEÓRICOS.....	35
1º Eixo: A Conjuntura no Sistema Capitalista e o Ensino Superior brasileiro: um breve histórico.....	38
2º Eixo: ProUni e Preconceito: “meu lugar não é aqui?”.....	49
2.1 – ProUni – ainda Lobo em pele de Cordeiro?.....	50
2.1.1 - Quantificando.....	57
2.2 – Discutindo o Preconceito.....	61
2.2.1- Classe contra classe.....	69
3º Eixo: Psicologia Crítica e sua atuação no Ensino Superior.....	74
Capítulo II- MÉTODO.....	85
1. Fundamentação metodológica.....	86
2. Cenário de pesquisa.....	90
3. Fontes de informação, instrumentos e técnicas.....	92
4. Participantes.....	94
5. Considerações, Procedimentos Éticos e Riscos da pesquisa.....	95
6. Procedimento Metodológico.....	96

Capítulo III - RESULTADOS – Desatando o nó górdio	97
3.1 Questionário	102
I - <i>Caracterização dos participantes</i>	102
II - <i>Dimensão socioeconômica</i>	111
III e IV– <i>Visão do ProUni e A vida cotidiana</i>	114
3.2 Entrevistas em Profundidade	133
I – Síntese da Entrevista de PE1	134
II – Síntese da Entrevista de PE2	139
III – Analisando as duas entrevistas.....	143
Capítulo IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS	150
REFERÊNCIAS	157
ANEXOS	177
1 – <i>Carta Convite para Questionário</i>	178
2 – TCLE para Questionário.....	180
3 – Perguntas do Questionário.....	182
I – <i>Caracterização dos Participantes</i>	183
II – <i>Dimensão Socioeconômica</i>	184
III – <i>Visão sobre o ProUni</i>	185
VI – <i>A Vida Cotidiana</i>	186
4 – TCLE para Entrevista	187

Lista de Figuras, Gráficos e Tabelas

Figuras

Figura 1 – Organização do Ensino Superior no Brasil – p.43

Figura 2 – Fluxograma da Etnografia Virtual – p.89

Tabelas

Tabela 1 – Bolsas Ofertadas do ProUni (2005-2017) – p. 57

Tabela 2 – Grupos de Facebook usados para divulgação da pesquisa – p. 99

Gráficos

Gráfico 1 – Faixa Etária – p.104

Gráfico 2 – Etnia – p 106

Gráfico 3 – Tipo de Bolsa do ProUni – p. 107

Gráfico 4 – Tipo de Bolsa Complementar ao ProUni – p.108

Gráfico 5 – Tem Bolsa Permanência – p.108

Gráfico 6 – Tipo de IES Privada – p. 109

Gráfico 7 – Área do Curso Matriculado – p.110

Lista de Siglas

ABEP – Associação Brasileira de Empresas e Pesquisas

BP – Bolsa Permanência

BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – grupo político de cooperação

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEBAS – Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social

CGRAG – Coordenação Geral de Relações Acadêmicas de Graduação

CHS – Ciências Humanas e Sociais

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CNS – Conselho Nacional de Saúde

COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social

COLAP – Comissões Locais de Acompanhamento e Controle Social do Programa Universidade Para Todos

CONAP – Comissão Nacional de Acompanhamento e Controle Social do Programa Universidade Para Todos

CSLL – Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido

DCE – Diretório Central dos Estudantes

DIPES – Diretoria de Políticas e Programas de Graduação

ECOAR – Espaço de Convivência, Ação e Reflexão

ENEM – Exame Nacional de Ensino Médio

ES – Educação Superior

EV – Etnografia Virtual

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FIES – Financiamento Estudantil

FIPE – Fundação Instituto em Pesquisas Econômicas

FNDCT – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

GEP – Grupo de Estudos e Pesquisas

GT – Grupo de Trabalho

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IE – Instituição de Ensino

IES – Instituição de Ensino Superior

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

MEC – Ministério da Educação e Cultura

PIB – Produto Interno Bruto

PIS/PASEP – Programa de Integração Social/ Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PNAD – Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios

PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil

PNE – Plano Nacional de Educação

POEB – Proporção de Ocupação Efetiva de Bolsas

PPP – Parceria Público Privada

ProUni – Programa Universidade para Todos

PROUNI-SE – Projeto Universitário de Suporte ao Estudante (auto organizado)

PUC – Pontifícia Universidade Católica

RDH – Relatório de Desenvolvimento Humano

RU – Restaurante Universitário

SciELO - Scientific Electronic Library Online (do inglês para Biblioteca Eletrônica Científica Online)

SEMESP – Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino superior no Estado de São Paulo

SESu – Secretaria de Educação Superior

SisProUni – Sistema Programa Universidade para Todos

SISU – Sistema de Seleção Unificada

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

USP – Universidade de São Paulo

VIP – Very Important Person (do inglês para Pessoa Muito Importante)

ESTABELECENDO NEXOS NA VIDA E NA PROFISSÃO – apresentando e contextualizando a tese³

Ao fazer uma retrospectiva da minha vida fui lembrando todas as vezes que eu presenciei e vivenciei algum tipo de opressão. Todas as vezes que agi frente a essas opressões e principalmente, todas as vezes que eu me calei, que fui conivente e (por que não reconhecer?) fui opressora com alguém, com piadas e comentários, gestos e olhares. Qualquer tipo de opressão que estamos sujeitos a fazer, já que, não como forma de justificativa, somos criados para manter a forma que a sociedade se organiza e age, opressora.

Conforme já coloquei na apresentação da dissertação⁴, venho de um misto de família classe baixa com família que ascendeu para a classe média (e a meritocracia⁵ teima em dizer que funciona, apesar de sabermos que não), e por isso eu vivi e cresci com pessoas de baixa renda, tanto dentro, quanto fora da escola em que estudei. Pois, como eu havia conseguido bolsa de estudos em um colégio particular, via com os olhos de uma criança, a partir de objetos materiais, que alguns colegas tinham mais coisas que outros, e demorei a entender o motivo disso acontecer. A escola, em vez de ser somente um lugar de aprendizagem, desenvolvimento e de estudos como alguns defendem, poderia ser descrita como uma iniciação, uma inserção na sociedade capitalista, em que o ter passa ser mais importante que o ser, e onde os mais diversos preconceitos são disseminados.

³ Essa tese utiliza as normas da 6ª edição da APA (Manual de Publicação da American Psychological Association, 2012).

⁴ Ribeiro, F. de M. (2013). Consciência de Estudantes ProUnistas sobre sua Inserção no Ensino Superior. Dissertação de Mestrado. Centro de Ciências da Vida, Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas – Campinas-SP.

⁵ Predomínio em uma sociedade de quem tem mais méritos. Quem é mais estudioso, mais trabalhador, logo, alcançará mais resultados positivos na vida.

Quando passei no vestibular na PUC-Campinas, sabia que minha trajetória seria árdua, pois vim do interior de Minas Gerais, com uma vida mais regrada e pacata que a cidade de Campinas, que mesmo não sendo, tem cara de capital e é cidade grande, mas estava feliz, tinha me amasiado e era tudo novo. Porém, já no primeiro ano de graduação ouvi brincadeiras sobre o meu sotaque – mineiro e arrastado – que era caipira, e conseqüentemente, eu não era tão inteligente quanto os da “capital campineira”. Ouvia brincadeiras sobre a minha roupa, sem marcas caras, e comentários maldosos sobre o fato de não conseguir ir para festas todos os fins de semana, por não ter dinheiro para sobreviver em Campinas, já que é uma cidade de alto custo comparada ao interior de Minas Gerais. Tive sorte, além de minha mãe (que se sacrificou para me ajudar financeiramente quando conseguia) tive ajuda financeira da minha ex-sogra durante toda minha graduação, que acreditou em mim e como ela me disse à época, estava fazendo um “investimento” e, por isso, a ela sou muito grata. Se não fosse ela, e meus pais, não teria condições de terminar a faculdade, pagar xérox e mais xérox, nem de pagar aluguel, transporte e alimentação. Foi ela que me orientou a tentar o FIES⁶ no final do segundo ano de faculdade, e que continuarei pagando até depois que terminar essa tese, já que não tinha condições de pagar a faculdade também. Tentei transferir minha faculdade para o noturno para poder trabalhar no período da manhã, mas não havia mais vagas disponíveis, além de ter travado um embate na família, já que isso poderia fazer com que meu rendimento na universidade diminuísse. Por muito pouco não desisti, por que cada dia mais via que meu lugar no mundo não era ali, na “elitizada PUC-Campinas”, com diversos estudantes com carros – até mesmo de luxo, apartamentos no Cambuí – bairro

⁶ Fundo de Financiamento Estudantil – “O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) é um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em cursos superiores não gratuitas na forma da Lei 10.260/2001. Podem recorrer ao financiamento os estudantes matriculados em cursos superiores que tenham avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação.” (SisFies, 2017).

central, porém nobre –, viagens todo semestre, idas às festas, livros novos, almoços diários no shopping, cursos complementares (e pagos), ida à congressos, curso de línguas, tudo que eu sabia que não conseguiria ter durante a graduação.

Mas não desisti, e com muito custo, trabalhando por fora da faculdade fazendo revisão de trabalhos acadêmicos, juntando todo dinheiro que não gastava comendo todas as refeições diárias, eu consegui pagar um curso complementar para formação em Psicologia Forense, onde estagiei, também, em um presídio feminino e onde conheci a escola no presídio, daí minha mudança e escolha pela Psicologia Escolar⁷. Foi lá também que vi, tive consciência, e não pude mais esquecer, que a sociedade tem classes. Ainda não sabia qual era a minha, mas sabia a qual eu não pertencia. Não pertencia àquela que viaja para um lugar diferente todas as férias, ou compra roupas novas, ou sai todo fim de semana para uma festa com entrada de R\$300 (o mesmo valor que eu gastava mensalmente para me alimentar), não era com quem eu achava que seriam minhas amigas.

Se a vivência na universidade já é difícil por si só, com prazos, pressões, medos de escolhas equivocadas, relacionamentos que não dão certo, fica ainda mais difícil quando você percebe que não pertence àquele lugar, que sofre “brincadeiras” maldosas sobre sua roupa, sobre seu sotaque, sobre não poder ir a um determinado lugar por não ter dinheiro, ou não poder ter acesso a um livro e ir mal na prova.

Mas meu pensamento, por vezes vitimista, mudou quando eu conheci alguns colegas bolsistas do ProUni. Se eu passei por tudo isso, imagina eles que tinha menos dinheiro e mais dificuldades que eu. A barreira entre nós ainda era grande, apesar de me identificar mais com eles que com os colegas pagantes, e somente no último ano de graduação, quando ingressei no Centro Acadêmico de Psicologia e ao

⁷ Como já expliquei na apresentação da dissertação.

COREP-SP (Conselho Regional de Estudantes de Psicologia), é que fui me aproximando desses colegas e fui percebendo ainda mais semelhanças em nossas vidas. Em nossa classe. Um dos motivos de ter escolhido como objeto de estudo a vivência de estudantes ProUnistas, pois sabia que poderia ser, se não igualmente, mais sofrida que a minha, como bolsista do FIES, e mesmo “falando de fora”, ou analisando de fora, o que nos une é a classe.

Quantas vezes eu não ouvi no movimento estudantil que o processo de consciência é doloroso, porém necessário? E quantas vezes, hoje, já não repensei tudo que vivenciei e percebi a cada dia que esse processo de tomada de consciência foi e vai se reelaborando?

A construção dessa pesquisa dentro do Grupo de Pesquisa Avaliação e Intervenção Psicossocial: Prevenção, Comunidade e Libertação (GEP-InPsi), tem acontecido nos últimos 7 anos, quando conheci o GEP ao participar de discussões e conhecendo “outra psicologia”, outra forma de construir uma atuação do psicólogo diferente do que havia acabado de aprender nos últimos 5 anos de graduação.

Nas primeiras reuniões que participei do grupo de pesquisa, ficou muito nítida para mim a necessidade de aprofundar e continuar minha formação na Psicologia, pois, essa Psicologia que aprendi na graduação tem um objetivo diferente do que eu queria para minha atuação profissional. Alguma coisa estava errada, falta-me algo, e eu não sabia ainda o que era. E as discussões teóricas no grupo de pesquisa propunham uma atuação coerente com uma perspectiva crítica (uma perspectiva nova para mim), mas que me deixou extremamente aliviada em saber que o que eu almejava para minha vida (pessoal, profissional e política), em parte, era contemplado com os estudos e construção política dessa psicologia crítica. Ainda assim, à época

não tinha consciência sobre qual o impacto dessa incompletude em minha formação profissional.

Ao conhecer o grupo, um sentimento abrandou meu coração, estava acolhida, finalmente achei uma Psicologia que me fazia sentido, pois foi-me apresentado um dos três “projetos guarda-chuvas”⁸ que hoje faço parte por ser integrante do grupo – *Fatalismo, Impotência e Modo de Vida: impacto do poder e da opressão presente em espaços educativos e comunitários* que tem como objetivos

identificar sentimentos, idéias e comportamentos que sejam associados ao fatalismo e impotência diante de mecanismos de exploração e opressão que, sob diferentes formas e intensidade, estão presentes na vida cotidiana de um determinado grupo social; e compreender elementos históricos e sociais responsáveis por sua manutenção em uma análise materialista, histórica e dialética da realidade e contextos de vida (Guzzo, 2009, p.2).

A partir dessa linha teórica e política que desenvolvi minha dissertação de mestrado, com o tema *Consciência de Estudantes ProUnistas sobre sua Inserção no Ensino Superior*. A escolha desse tema deu-se pela minha inserção no movimento estudantil universitário, e pela vivência cotidiana com estudantes ProUnistas que, assim como eu, enquanto bolsista do FIES, tinham dificuldades em se manter na universidade e terminar a graduação.

Meu envolvimento com o Movimento Estudantil não se dissipou quando ingressei no mestrado, ao contrário, no ano de 2013 fui eleita para construir o Diretório Central de Estudantes (DCE) da PUC-Campinas como Coordenadora de Combate às Opressões, realizando discussões sobre feminismo, participando de

⁸ Os Projetos-mãe, ou guarda-chuva, são projetos para o CNPq a fim de conseguir a Bolsa Produtividade em Pesquisa desenvolvidos, nesse caso, pela Prof^a Dr^a Raquel Guzzo.

discussões sobre racismo e homo-lesbo-bi-transfobia⁹. As discussões pelo DCE me proporcionaram contato direto com estudantes bolsistas dessa universidade (Vestibular Social, ProUni, FIES e Bolsa Doação¹⁰). E, de certa forma, essa experiência com esses estudantes me auxiliou a pensar minha pesquisa de forma mais clara, por estar em seu cotidiano.

A partir do resultado da pesquisa realizada no mestrado algumas questões me chamaram mais atenção. Ao mesmo tempo que alguns estudantes se fortaleciam ao participar do Fórum de ProUnistas [presencial e virtual], discutindo coletivamente como mudar a realidade dentro da IES para que conseguissem se formar, outros apresentavam realidades dentro da universidade que disparavam sentimentos negativos por conta da vivência universitária, como o sexismo e preconceito, por exemplo. Muitos estudantes trouxeram no grupo virtual casos de preconceito sofrido dentro da universidade por professores, funcionários e até mesmo colegas de sala de aula. Apesar de saber que a sociedade que vivemos é preconceituosa, esse tipo de experiência não era esperado pelos estudantes. Trouxeram relatos de situações tão dolorosas que, algumas vezes, nas reuniões as discussões se voltaram apenas para acolhimento entre os estudantes. E foram situações como essas que me fizeram pensar no tema do doutorado, logo em seguida.

Em 2014, ao ingressar no doutorado, consegui apenas a bolsa taxa da CAPES o que, em certa medida dificultou minha participação nos espaços acadêmicos, então como forma complementar comecei a participar de um projeto nas escolas municipais de Campinas, organizado pela Prof^a Dr^a Raquel, o ECOAR¹¹, enquanto psicóloga

⁹ Termo utilizado para identificar o ódio e aversão a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis e Transgêneros, de acordo com o movimento LGBT e, também, pelo Conselho Federal de Psicologia (2011).

¹⁰ Bolsas oferecidas dentro da universidade para alguns estudantes.

¹¹ Espaço de Convivência, Ação e Reflexão, mais informações sobre o projeto nas páginas 33 e 95.

escolar, até 2016, chamado *Consciência e Ação diante da Violência: desafios para a Escola Pública e para a Psicologia* em que, a partir do viés da prevenção, atuamos nas escolas discutindo a violência que sofrem cotidianamente, dentro e fora da escola. Em diversas vezes esses estudantes trouxeram, e trazem, como o preconceito vivenciado prejudica sua permanência na escola, dificultando inclusive sua aprendizagem.

Em 2015, um novo projeto mãe de pesquisa foi implementado no grupo de pesquisa, o *Descolonizando a Psicologia: processos de participação na escola e comunidade*, apresentando a necessidade de nos sulearnos¹², a partir da psicologia crítica na construção de uma nova Psicologia, contra hegemônica, que nos dê base para nossa atuação nos espaços educacionais e comunidade, onde estamos inseridos cotidianamente.

Em 2017, afastei-me do projeto ECOAR, pois consegui uma bolsa de doutorado sanduíche pela CAPES para a Dinamarca, que foi essencial para o término dessa tese, vivências diferentes em um país em que o estado de bem estar social funciona, mas as relações de poder não mudam, o preconceito tem um outro nível, mais profundo. Mais questões a serem pensadas para um futuro próximo.

Essa pesquisa apresenta, enquanto relevância **científica** a produção de conhecimento teórico de forma crítica e reflexiva; além da construção de uma atuação crítica do psicólogo no Ensino Superior.

Como defende Martín-Baró (1996) para que o psicólogo possa lidar com sua realidade pela via da crítica, visando mudanças claras na sociedade em que vive é

¹² Paulo Freire (1987) apresenta pela primeira vez em seus textos o termo **sulear**, referindo-se à contra normatização de nossa orientação espacial ao pensarmos o Norte como centro do mundo, como primeiro mundo. A ideia de Freire é que, a partir de mudanças, também na terminologia, nós consigamos fortalecer práticas educativas emancipadoras.

fortalecer os sujeitos para que se emancipem e construam a mudança necessária da sociedade em que vivemos, e essa pesquisa também pretende apresentar formas de combater o preconceito, enquanto relevância **social**; enquanto relevância **pessoal**, visa também a construção de uma atuação crítica do psicólogo com viés e método marxista, que, somada à práxis cotidiana dá sentido à minha vida e atuação profissional.

Essa tese está dividida na 1) fundamentação teórica, com três eixos - A Conjuntura no Sistema Capitalista e a Educação Superior brasileira: um breve histórico; ProUni e Preconceito: “Meu lugar não é aqui?”; Psicologia Crítica e sua atuação no Ensino Superior, 2) Método e seus fundamentos, cenário da pesquisa, técnicas e fontes de informações, procedimentos éticos, e procedimento metodológico; 3) a Análise dos resultados dividida por técnica de coleta de informações e, por fim, 4) a defesa e as considerações finais da tese.

Vivemos em um sistema capitalista que utiliza da mão de obra com baixa remuneração para manter os lucros das grandes empresas privadas, favorecendo o livre mercado, porém explorando os trabalhadores. A ideologia¹³ capitalista é uma das formas utilizadas para manter a exploração desses

¹³ Nessa tese utilizaremos o conceito de Ideologia em Marx, aqui descrito por Löwy (1985), “Ideologia é uma palavra de múltiplos significados, contudo, nos limitaremos a tratá-la enquanto um Conjunto de idéias que procura ocultar a sua própria origem nos interesses sociais de um grupo particular da sociedade. Esse é o conceito utilizado por Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895). O conceito de ideologia aparece em Marx como equivalente de ilusão, falsa consciência, concepção idealista na qual a realidade é invertida e as idéias aparecem como motor da vida real. (...) No marxismo posterior a Marx, sobretudo na obra de Lênin, ganha um outro sentido, bastante diferente: ideologia é qualquer concepção da realidade social ou política, vinculada aos interesses de certas classes sociais particulares. Através da ideologia, são construídos (produzidos) imaginários e lógicas de identificação social cuja função seria escamotear o conflito (entre as classes sociais), dissimular a dominação e ocultar a presença do particular, dando-lhe a aparência de universal. (...) É possível, também, perceber que o discurso ideológico, na medida em que se caracteriza por uma construção imaginária (no sentido de imagens da unidade do social), graças à qual fornece aos sujeitos sociais e políticos um espaço de ação, deve necessariamente fornecer, além do *corpus* de representações coerentes para explicar a (realidade social), um *corpus* de normas coerentes para orientar a prática (política).” (Löwy, 1985, p.12).

trabalhadores, fazendo com que eles acreditem que somente trabalhando muito e se esforçando ao máximo é que conseguirão melhorar sua qualidade de vida, sendo que na realidade isso não acontece na maioria das vezes (Santos, 1987). São essas relações desiguais de trabalho que fomentam a desigualdade social, e é por isso que Santos (1987) e Sawaia (1999), apresentam que o preconceito e a desigualdade social são utilizados para manter o *status quo*. Historicamente, na nossa sociedade de classes, a classe dominante, por deter os meios de produção e comunicação, introjeta na classe dominada - trabalhadores que mantêm esses meios de produção e comunicação funcionando a todo vapor - a falsa ideia que são superiores e merecem mais privilégios (Marx e Engels, 1848/2008). Essa falsa ideia ajuda na propagação do preconceito de classe. Durante o mestrado, alguns casos relacionando estudantes ProUnistas e o preconceito vivenciado por eles emergiram das discussões presenciais e virtuais. Ao terem que comprovar, anualmente, sua renda, a fim de afirmarem que ainda são pobres e a bolsa do ProUni não lhes deve ser retirada, ou ao ouvirem que a universidade não é seu lugar, por não terem condições de comprar materiais necessários para o cumprimento do curso, ou até mesmo comida e transporte, o fato de terem muito mais mulheres bolsistas do ProUni, por exemplo, ficou claro para mim, assim como para os estudantes, o preconceito que vivenciaram, nos últimos anos (Ribeiro & Guzzo, 2017). É por isso que se faz necessário uma pesquisa sobre a manifestação do preconceito nas vivências universitárias. Sabemos que o preconceito é uma atitude de discriminação de uma pessoa, ou grupo, em relação a outra pessoa, ou grupo, evidenciando as diferenças que tem entre si (Allport, 1954), já a discriminação social, também no Brasil, se dá concomitantemente pela cor da pele – raça e etnia - e classes - social e econômica.

Como será apresentado no primeiro eixo, as universidades no Brasil eram elitizadas, e somente quem tinha condições financeiras de investir na educação privada dos filhos garantia o acesso ao Ensino Superior em instituições públicas com melhor qualidade, visto que as escolas privadas tinham mais qualidade que as públicas no ensino básico (Leher, 2004).

Essa condição começou a mudar a partir das ações afirmativas, ou pelo menos essa foi a proposta inicial da reforma universitária implementada em 2004. O ProUni foi criado com o intuito de dar acesso ao Ensino Superior às camadas pobres da sociedade brasileira, garantindo assim a possibilidade de ascensão social (Portal ProUni - ProUni, 2017). Porém, o sistema em que vivemos utiliza a meritocracia para manter os pobres digladiando entre si para ver quem é que conseguirá ingressar no Ensino Superior, todo vestibular, SISU e ENEM.

Quando o estudante ProUnista entra na IES tem um choque de realidade, na maioria das vezes, pois tem que lidar com diversas questões que não estava acostumado antes. Vivências em que o estudante não se sente parte da universidade, parte de um grupo de colegas; em que ouve comentários sobre estar cursando a faculdade “de graça” enquanto o não-bolsista está pagando e, por isso, esse tem mais direitos; ou não poder comprar um tênis novo por ser bolsista, afinal, se é bolsista não tem dinheiro para comprar nada novo; ou ver pichações no banheiro da faculdade contendo “O PROUNI é uma bosta mesmo”, “O lucro das empresas é a fome do povo!! -> foda-se sou rico!”¹⁴, são exemplos de preconceitos de classe vividos por esses estudantes, já que a classe baixa e pobre utiliza das ações afirmativas para tentarem o mínimo de reparação às desigualdades vividas historicamente (Carmo, Chagas, Figueiredo Filho & Rocha, 2014).

¹⁴ Para mais informações: <http://prouni-se.blogspot.com.br/2013/03/pichacoes-preconceituosas-e-formas-de.html#more>

A imagem a seguir, tirada da página do Facebook chamada “*Bastardos da PUC-Rio*”, também exemplifica algumas situações de violência e preconceito que alguns estudantes bolsistas – do ProUni, FIES ou outro tipo de bolsa – sofrem na Universidade. Nesse caso, os próprios estudantes se autodenominaram *Bastardos da PUC* – uma referência nítida sobre o fato de os estudantes que cursam PUC (Pontifícia Universidade Católica) serem denominados “Filhos da PUC”, e o termo bastardo foi escolhido por eles por serem excluídos pelo fato de serem bolsistas e, conseqüentemente, não se sentirem pertencentes ao espaço universitário. A página de Facebook e o grupo de estudantes, com o mesmo nome, foi criado para responder ao preconceito vivenciados por eles cotidianamente (Puff, 2016).



Juntamente com o preconceito de classe, o preconceito racial está presente nas vivências desses estudantes, e esse preconceito consegue ser mais identificado

como preconceito que o preconceito de classe, já que, no Brasil o racismo é considerado crime. Porém, mesmo assim, casos de racismo são vistos dentro das IES brasileiras, como são os diversos casos apresentados pelas reportagens do *Estadão*¹⁵¹⁶¹⁷, *Inclusive*¹⁸, *R7*¹⁹ e no blog criando por estudantes ProUnistas de SP²⁰, o ProUni-SE, em que aparecem fotos de pichações racistas: “voltem pra senzala” ou “Negro só se for na cozinha do RU, Cotas não!”

Essas situações preconceituosas vivenciadas pelos estudantes do ProUni e outros bolsistas, podem ser acompanhadas pela Psicologia, já que tem impacto na vida cotidiana dos estudantes dentro da universidade. Temos que tomar como exemplo as IES públicas, como a UNB, que tem psicólogos atuando conjuntamente aos estudantes (Marinho-Araújo & Rabelo, 2015).

Portanto, foi na faculdade que me deparei de forma mais clara com os fatos da desigualdade social e como ela influencia a vida das pessoas. Por exemplo, com colegas ProUnistas sendo obrigados a deixar a faculdade, pois, não conseguiam se manter em uma cidade cara e em uma universidade sem assistência estudantil, ou quando alguns colegas faziam brincadeiras por uma estudante usar a mesma calça todos os dias para ir à faculdade. Essa vivência me levou a pensar em **problemas de pesquisa** a serem discutidos nessa tese de doutorado:

¹⁵ Lenharo, M. (2010). Enfrentar o preconceito: a prova mais difícil do ProUni. *Estadão On-line*. Referência completa na página 165

¹⁶ Lenharo, M. (2010). “Para alguns alunos eu deveria ser semianalfabeto”. *Estadão On-line*. Referência completa na página 166.

¹⁷ Lenharo, M. (2010). Bolsista do ProUni é xingada por colega da PUC. *Estadão On-line*. Referência completa na página 165.

¹⁸ Equipe Inclusive. (2011). Bolsistas do ProUni sofrem preconceito em universidades. *Inclusive*. Referência completa na página 161.

¹⁹ Ferreira, L. (2011). Bolsistas do ProUni dizem ser vítimas de violência. *R7*. Referência completa na página 162.

²⁰ Lenharo, M. (2010). ProUni: escolas discutem discriminação. *Estadão On-line*. Referência completa na página 166.

- 1) *O ProUni amplia o ingresso dos estudantes baixa renda nas Instituições de Ensino Superior, não levando em consideração sua permanência.*
- 2) *A falta de assistência estudantil é mais um fator para evidenciar o preconceito dentro das IES.*
- 3) *O Processo de Tomada de Consciência é influenciado pelo preconceito vivenciado por ProUnistas dentro de Instituições de Ensino Superior.*

Uma pesquisa de Iniciação Científica realizada em 2017 (Lemos & Guzzo, 2017) analisou as publicações sobre o ProUni em Psicologia nos últimos 10 anos. O estudo teve como fonte de informações o SciELO, o Academia.Edu e o banco de dados de Teses e Dissertações da CAPES, utilizou o termo “ProUni” e “Psicologia” e, como resultado essa pesquisa nos mostrou que apenas 2 teses e 3 dissertações no banco da CAPES, 2 artigos no SciELO e 6 artigos no Academia.Edu (um dos artigos do SciELO está também no Academia.Edu) foram realizadas na área de Psicologia até 2016. Comprovando que em um universo de 2641 publicações sobre o ProUni (25 no SciELO, 2367 no Academia.Edu e 193 dissertações de mestrado e 56 teses de doutorado), somente 12 são na área de Psicologia.

Segundo o INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (SEMESP, 2015) o número de matrículas nas instituições de ensino privadas no ano de 2012 foi de 5.373.450, porém o número de ingressantes não chegou a 2.211.104 e o de concluintes do ES foi de apenas 761.732. Ou seja, somente 14% estudantes que ingressam nas IES privadas conseguiram se formar, sendo eles cotistas ou não. Os últimos dados do censo do ES nos mostram que, apesar do ProUni e do FIES terem sido implementados para garantir o acesso de estudantes de baixa renda, o ingresso de 2012 para 2013 diminuiu em 0,2% e o de formandos em 5,7%. Interessante ressaltar que esses dados nos mostram que 14%

dos estudantes ingressantes não conseguem se formar, porém não ficam claros os motivos da desistência dos cursos. Então, a política do ProUni que tem o intuito de dar acesso ao ES e assim fazer com que o estudante ascenda em sua vida, não é eficaz por completo, pois alguns deles acabam evadindo.

Esse projeto de doutorado pretende dar continuidade ao estudo iniciado com a dissertação de mestrado²¹, que visou identificar se a consciência dos estudantes ProUnistas poderia ser analisada frente à sua inserção e vivência no Ensino Superior.

Foram alguns anos de reflexão e questionamentos até conseguir sintetizar em uma **questão** principal de pesquisa: O preconceito vivenciado cotidianamente dentro da Instituição de Ensino Superior pelo estudante ProUnista tem impacto em sua formação e em sua vida?

Mas obviamente outras **questões** foram surgindo, na medida em que ia me aprofundando no tema, leituras, escrita. Como os estudantes reconhecem que estão sendo alvo de preconceitos? Há alguma ação imediata, ou até mesmo tardia, em relação a essas opressões? Quais tipos de preconceitos eles conseguem identificar? O preconceito de classe é um deles?

A temática do preconceito de classe foi pouco discutida na dissertação e suscitou o interesse em aprofundá-la na construção dessa proposta. A partir dessas questões apresentados acima, a **tese** que se pretende defender é a de que *o ProUni, ao mesmo tempo em que busca reparar a ausência histórica da classe trabalhadora no Ensino Superior brasileiro, acaba por revelar as desigualdades sociais manifestas pelo preconceito nas vivências universitárias*. Para tal, o desenvolvimento de uma

²¹ Ribeiro, F. de M. (2013). Consciência de Estudantes ProUnistas sobre sua Inserção no Ensino Superior. Dissertação de Mestrado. Centro de Ciências da Vida, Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas – Campinas-SP.

estrutura argumentativa passará, necessariamente, por um mapeamento²² e caracterização dos ProUnistas que participarem dessa pesquisa.

Objetivos

O **objetivo geral** dessa pesquisa foi identificar e analisar a presença do preconceito nos espaços acadêmicos onde o ProUni está presente, ao atingir os objetivos específicos que serão explicitados abaixo.

O primeiro objetivo específico é *caracterizar o perfil dos estudantes ProUnistas que participaram dessa pesquisa*, ou seja, saber quantos estudantes são, idade, sexo, etnia, classe social e econômica.

E o segundo objetivo específico, *identificar o preconceito vivido e expresso por esses estudantes no cotidiano da universidade*.

²² Mapeamento é uma das técnicas de fonte de informações realizada pelo Projeto ECOAR (Espaço de Convivência Ação e Reflexão) que contem seis dimensões (Dimensão 1 – Caracterização pessoal; Dimensão 2 – sociodemográfica; Dimensão 3 – Família; dimensão 4 – Escola/Educação; Dimensão 5 - Emocional; Dimensão 6 – Interesses e Talentos) para que possamos entender melhor a realidade do participante da pesquisa e consigamos ter uma análise completa a partir das três dimensões da realidade segundo a concepção do Materialismo Histórico-Dialético (Singular, Particular e Totalidade).

Capítulo I - FUNDAMENTOS TEÓRICOS

A fundamentação teórica para embasar a presente pesquisa será dividida em três eixos: O primeiro sobre ***A Conjuntura no Sistema Capitalista e a Educação Superior brasileira: um breve histórico*** apresentando considerações gerais sobre como funciona o Sistema Capitalista e contextualizando o surgimento de políticas educacionais, incluindo as políticas afirmativas, na última década, como elas afetaram o Ensino Superior brasileiro, além de especificar o caráter de Reforma Universitária, pelo fato de ter sido idealizada e planejada na época da Ditadura civil militar (Andrade, 2011; Agência do Estado, 2017; Banco Mundial, 1989; Bauer, 2010; Borges, 2010; CAGED, 2017; Carnoy, 2017; Cohen, 2017; Escobar, 2017; Fávero, 2006; Gennari, 2017; Hipólito, 2015; Hobsbawm, 1977/2011; Huberman, 2010; Kruppa, 2001; Senado Federal, 2017; Leher, 2004; Marques, 2017; Marx, 1867/2017; MEC – PNE, 2010; Georges, 2017; Pinto, 2002; PNAD, 2016; PNUD, 2016; Ribeiro, 2013; Sampaio, 2000; SEMESP, 2017; Senado Federal, 2016).

O segundo eixo ***ProUni e Preconceito: “Meu lugar não é aqui?”***, em que é explicado no subeixo *ProUni – “ainda Lobo em pele de Cordeiro?”* como surgiu o ProUni e qual sua implicação na vida dos estudantes, um breve detalhamento sobre o perfil dos estudantes e as dificuldades encontradas pelos estudantes durante a graduação (Agência Brasil, 2017; Almeida, 2009; Almeida, 2012, 2015; Carvalho, 2006; Catani, Hey & Gilioli, 2006; Censo da Educação Superior no Brasil, 2016; Costa, 2008; Foreque, 2013; Karnal, 2015; Karnal, Monteiro, Santos & Santos, 2017; Leher, 2004; Mattos & Bovério, 2016; MEC – Comissão Nacional de Acompanhamento e Controle Social do ProUni, 2016; MEC – PNAES, 2006; Nogueira, 2013; Normas CNPq, 2012; Paula, Lima, Costa & Ferreira, 2016; Pereira Filho, 2011; Portal ProUni – Bolsa Permanência, 2017; Portal ProUni - CONAP, 2017; SEMESP, 2016; SisProUni, 2017; Portal ProUni – ProUni, 2017; Ribeiro & Guzzo, 2017; Ribeiro, 2013; Rocha,

2011; Silva, Koike, Manezenco & Lacks, 2004; SisProUni, 2017; Toledo, 2016). Terá um subeixo chamado *Discutindo o Preconceito* que apresenta, primeiramente, em síntese, o conceito de preconceito, tipos de preconceito que existem em nossa sociedade, focando no preconceito de classe (Allport, 1954; Alvez Filho, 2013; Camino, 2000; Camino, Silva, Machado & Pereira, 2001; Chauí, 1996/1997; Crochík, 1997, 2005, 2011, 2013; Crochík, Casco, Ceron & Catanzaro, 2009; FIPE, 2009; Freire, 1980; Machado, 2008; Madureira & Branco, 2007; Marx & Engels, 1848/2008; Michaelis, 2009; Nogueira, 2013, 2014; Pierson, 1942/1971; Queiroz, 1995; Santos, 1984; Schucman, 2014; Silveira, 2003; Stange & Bassani, 2009; Teo, 1999). E por fim, o subeixo chamado *Classe contra Classe*, com a análise do conceito de classes sociais por Marx (ABEP, 2014; Barone & Sader, 2008; Doca, 2017; Fernandes, 1972; 1978; Iasi, 2011; IBGE, 2015; IPEA, 2013; Lenin, 1986; Lessa & Tonet, 2012; Marx & Engels, 1848/2008; Peña, 2008; Santos, 1987).

Por fim, o último eixo sobre a ***Psicologia Crítica e sua atuação no Ensino Superior*** apresenta como a Psicologia Crítica tem um papel essencial para um movimento contra hegemônico dentro da ciência e profissão auxiliando a mudança social por esse sistema, e o papel do Psicólogo nesse contexto (Bisinoto & Marinho-Araújo, 2011; Bisinoto & Marinho-Araújo, 2015; Bisinoto, Marinho-Araújo & Almeida, 2011; Carreteiro, 2003; Carvalho & Marinho-Araújo, 2009; Crochík, 1997; Dafermos, 2013; Freire, 1980; Guzzo, 2007a, 2007b, 2010a, 2014; Holzkamp, 2016; Lacerda Jr. & Guzzo, 2011; Maar, 1989; Marinho-Araújo & Almeida, 2017; Marinho-Araújo & Rabelo, 2015, 2016; Markard, 2007; Martín - Baró, 1985, 1996, 1998; Marvakis, 2011, 2013; Silva Neto, Oliveira & Guzzo, 2017; Newman, 1999; Parker, 1999, 2007, 2009; Prilleltensky & Nelson, 2002; Ribeiro & Guzzo, 2017; Sawaia, 2008; Schraube & Marvakis, 2016; Sloan, 2013; Teo, 1999; Yamamoto, 2003).

1º Eixo: A Conjuntura no Sistema Capitalista e o Ensino Superior brasileiro: um breve histórico

Desde o século XIX com a revolução industrial que o sistema capitalista, por se pautar na exploração do homem pelo homem com o intuito de gerar lucro, gera altos índices de desigualdade econômica, e conseqüentemente social, no mundo (Marx, 1867/2017; Hobsbawm, 1977/2011; Huberman, 2010). No Brasil não é diferente, já que em uma lista de 193 países no mundo o Brasil é o 10^o23 país mais desigual do mundo, ficando atrás de países como o Irã, na Ásia, e Botsuana, na África Austral. Além disso, o RDH – Relatório de Desenvolvimento Humano - apresentou que o Brasil é o 79º no índice de desenvolvimento humano (IDH)²⁴, do mais ao menos desenvolvido em 188 países. (PNUD, 2016). O Relatório da Oxfam Brasil (Georges, 2017), denominado “A distância que nos une” sobre a desigualdade de renda no país, apresentou um dado estarrecedor: seis brasileiros, bilionários, tem a mesma riqueza que 100 milhões de brasileiros mais pobres. Segundo Gennari (2017) se considerarmos que o Brasil tem 207 milhões de habitantes concluímos que seis pessoas tem a mesma renda que metade da população brasileira.

A situação tem se intensificado nos últimos anos, pois vemos o neoliberalismo avançar rapidamente no país. Os retrocessos começaram na gestão de Dilma Rousseff em uma tentativa de retardar o processo do golpe institucional, que se consolidou em meados de 2016. Uma das primeiras providências tomadas pelo presidente ilegítimo²⁵ Michel Temer, após o golpe, foi a intensificação do desmonte das políticas públicas em todos os seus âmbitos, acabando com direitos já adquiridos

²³ Coeficiente Gini é um índice que avalia o nível de desigualdade social em distribuição de renda e riqueza entre a população em 188 dos 193 países existentes no mundo reconhecidos pela ONU. Em suma, o valor mais próximo de 0 representa absoluta igualdade, e o valor mais próximo de 100 absoluta desigualdade. Hoje o Brasil está em 79º dessa lista, com 51,5, sendo que o país mais igualitário é a Noruega com 25,9 (PNUD, 2016).

²⁴ IDH é o índice utilizado pela ONU levando em consideração renda, saúde e educação.

²⁵ Oficialmente o Senado Federal tem o entendimento de que o Impeachment da presidente Dilma Rousseff não foi um golpe institucional, pois as motivações para as acusações de crime de responsabilidade fiscal por improbidade administrativa eram claras. Entretanto, mesmo as motivações sendo claras, o crime em si não era, já que não tinham provas, então, absolveram-na da sentença de 8 anos de prisão. Mas o Impeachment mantido, configurando, então golpe institucional.

anteriormente, a partir da emenda constitucional nº 95, sancionada em dezembro de 2016 aprovando congelamentos dos investimentos em serviços públicos, tais como educação, assistência social e saúde, nos próximos 20 anos (Senado Federal, 2016). Ao sancionar a emenda o Congresso Nacional ignora o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2011-2020, que propõe a universalização da educação pública por acesso gratuito e de qualidade para todas as crianças, adolescentes e jovens (MEC - PNE, 2010).

Outros ataques à Educação e Pesquisa estão sendo concretizados no ano de 2017, como o corte no orçamento federal em Pesquisa e Desenvolvimento do país (Marques, 2017). No primeiro semestre de 2017, o corte foi de 44% dos investimentos, cerca de R\$3,2 bi a menos do que havia sido previsto na lei orçamentária em 2016. Além disso, há proposta do Congresso para o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) que diminui para 25%, em relação à 2017, o já precário investimento para 2018, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) deverá diminuir 9,5%, o CNPq “deverá encolher 13%, incluindo uma redução de 8,5% nos recursos disponíveis para bolsas e de 41%, nos recursos destinados a investimento (financiamento de pesquisa), que caem para pouco mais de R\$ 100 milhões” (Escobar, 2017, s/p).

Atrelado a esses cortes, o governo regulamentou em 14 de julho de 2017 pela Lei 13.467 a reforma trabalhista que entrou em vigor dia 12 de novembro do mesmo ano. Essa reforma flexibilizou, ainda mais, os contratos trabalhistas, ou seja, o trabalhador pode discutir e negociar diretamente com o empregador sobre sua carga horária de trabalho, de 8h para 12h em ambientes insalubres, sem um suporte dos sindicatos de sua área, ou até mesmo sem permissão dos órgãos competentes (Gennari, 2017). Outros retrocessos também foram modificados com a reforma, como

por exemplo, o tempo de almoço, ida ao banheiro, troca de roupa, para e durante o trabalho, não são mais consideradas horas trabalhadas, e serão descontadas do salário; as mulheres grávidas ou lactantes eram resguardadas de trabalharem em lugares insalubres, agora, com a reforma, se o local for insalubre de graus médio e baixo, ela será obrigada a trabalhar a não ser que um médico solicite afastamento por atestado (Gennari, 2017). A reforma trabalhista apenas vai aumentar o índice de desemprego no Brasil, que no primeiro semestre de 2017 já havia aumentado para 14% - no mesmo período no ano anterior era de 11,5% e em 2015 era de 8,5% segundo o CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (2017).

É nesse cenário de desmonte social e educacional que se encontram a população baixa renda e as Instituições de Ensino Superior brasileiras. É nesse contexto histórico que nos é ensinado o ideal meritocrático e individualista para ascensão social, ou seja, é necessário que tenhamos, também, uma educação de qualidade para que mudemos nossa realidade individual a partir de um trabalho bem remunerado. Nos é ensinado, desde pequenos, que se estudarmos muito, independente de classe social, poderemos “vencer na vida” e “ser alguém”.

Porém, antes de partirmos para uma discussão sobre a realidade atual da Educação Superior no Brasil e suas implicações na vida dos universitários, apresentaremos uma síntese de marcos para uma leitura crítica da história da ES, pois, eles são importantes para contextualizar as políticas educacionais neoliberais e o ProUni, como ação afirmativa, no Brasil e qual o intuito das políticas educacionais no Ensino Superior brasileiro. Portanto, não é objetivo dessa tese aprofundar esses acontecimentos históricos, mas apresentar um resumo para contextualizar o momento histórico, entretanto, mais elementos teóricos estão na dissertação que apontou para

essa tese (Ribeiro, 2013), logo aqui apresentaremos apenas uma atualização desses dados.

As visões e o papel da universidade são questões controversas em nosso país, bem antes do golpe militar-burguês, quando foi planejada e idealizada a Reforma Universitária brasileira (Sampaio, 2000; Fávero, 2006; Ribeiro, 2013). A proposta de uma universidade autônoma – com plena participação de professores, estudantes e funcionários construindo e, desenvolvendo novas pesquisas científicas e disseminando esse conhecimento, para além dos muros da universidade - não foi garantida pelo governo nos anos 30. Ao contrário, o governo nessa época proibiu professores e estudantes de terem qualquer ação política dentro da universidade, principalmente as político-partidárias, ou realizar atividades universitárias com uniforme ou emblema dos partidos políticos (Fávero, 2006). O setor privado correspondia a 64,4% das IES do país e as matrículas nas instituições privadas chegavam a 43,7% do Ensino Superior, nessa época (Sampaio, 2000).

A proposta nas instituições privadas, laicas e católicas sobre o controle da educação brasileira, aconteciam desde os anos 40 (Sampaio, 2000), e é algo que até hoje se alastram pelo país. Atualmente, segundo o Senado Federal (2017) na LDB – Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional, as Instituições de Ensino são divididas em públicas – municipais, estaduais e federais – e privadas, sendo que as últimas podem ser subdivididas em Instituições de Ensino com fins lucrativos e sem fins lucrativos, e as IE sem fins lucrativos podem ser subdivididas em IE Filantrópicas, que por sua vez são subdivididas em IE Comunitárias e IE Confessionais²⁶, essa configuração não se limita apenas ao Ensino Superior, porém, se enquadra perfeitamente.

²⁶ Uma caracterização detalhada da divisão das IES no País está na dissertação de Ribeiro, F. de M. (2013). Consciência dos ProUnistas sobre sua inserção no Ensino Superior.

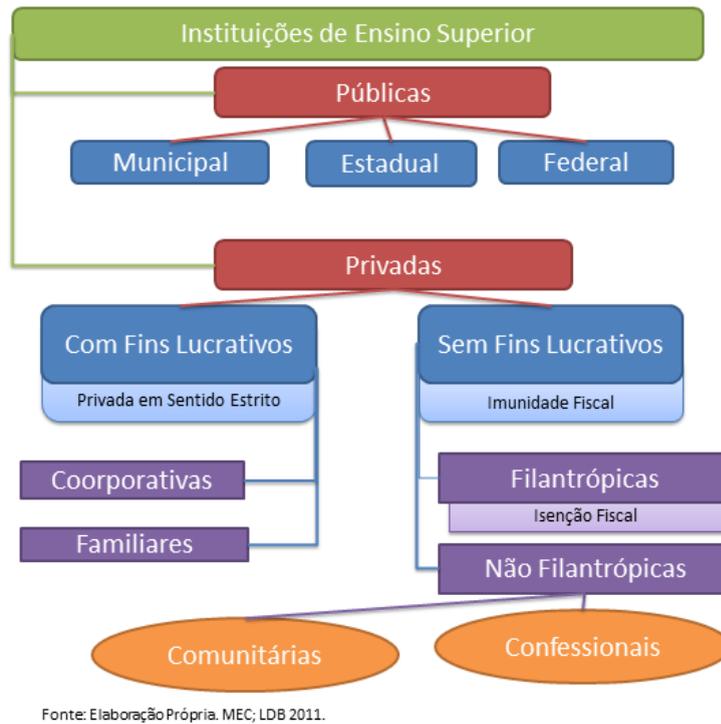


Figura 1- Organização do Ensino Superior no Brasil

Recomendações do Banco Mundial ao Ensino Superior

O Banco Mundial (1989; Kruppa, 2001; Borges, 2010; Ribeiro, 2013) fez três recomendações aos países subdesenvolvidos, relacionadas à educação e são diretamente ligadas à privatização do Ensino Superior. As recomendações são:

- 1) **Reforma Universitária** - promover o desenvolvimento de instituições não universitárias, que não desenvolvam pesquisas, pois essas instituições universitárias são consideradas custosas, e pouco apropriadas para países em desenvolvimento. As IES não universitárias seriam oferecidas apenas pelo setor privado.
- 2) **Financiamento das instituições de ensino superior** - deveriam ser feitas por intermédio da participação dos alunos nos gastos da educação, ou seja,

que as mensalidades fossem pagas pelos alunos (o que já existia na época) e a criação do FIES – Financiamento Estudantil - para aquele que não tem condições de arcar com altos gastos com educação. Além de promover o investimento privado em IES públicas e privadas, o que seria hoje a Lei de Inovação Tecnológica.

- 3) **Vinculação da educação às necessidades do mercado de trabalho e maior equidade** - Isso se daria a partir da participação de representantes de indústrias e empresas nos conselhos de administração das IES, tanto públicas quanto privadas. O Banco ainda afirma que o Ensino Superior não é prioritário para o desenvolvimento econômico dos países latino-americanos.

Então, a partir dessas recomendações, percebemos que o intuito da intervenção do Banco Mundial na América Latina – e no Brasil – é o da privatização do Ensino Superior, juntamente com as áreas da Educação, Saúde, Previdência, entre outras (Ribeiro, 2013).

Um pouco antes do golpe civil militar, começou, então, no Brasil, a implementação da Reforma Universitária cujo o objetivo expresso era o de democratizar o Ensino Superior, já que, este era muito elitizado – somente os “jovens oriundos das camadas privilegiadas, econômica e culturalmente” (Bauer, 2010, pp.32) tinham acesso ao mesmo – tanto nas faculdades públicas quanto nas privadas – e os de classe baixa faziam apenas o curso técnico para que conseguissem mais tarde uma remuneração melhor, mesmo que menos de quem tinha uma graduação (Bauer, 2010).

O número de matrículas no Ensino Superior, no período de 1960 a 1980, cresceu 480,3%. Dessa porcentagem, 453,8% foi o crescimento das instituições públicas e 843,7% nas IES privadas. Fica visível a diferença de 389,9% entre as privadas e públicas. O aumento nas matrículas no Ensino Superior é justificado pois, ao contrário do que é hoje, o diploma de ensino superior significaria acesso garantido ao mercado de trabalho (Sampaio, 2000).

Durante o governo Fernando Henrique Cardoso, de 1995 a 2003, os gastos com o pagamento da dívida externa chegaram 8% do PIB, em detrimento dos investimentos em educação que foram 4% do PIB, além disso, a dívida pública subiu de U\$60 bilhões em 1994 para U\$245 bilhões em 2002, um aumento de 24,4% (Pinto, 2002). Atualmente a dívida externa é de U\$ 315,267 bilhões²⁷ de acordo com a Agência do Estado (2017), e, como já dito anteriormente, os investimentos em educação foram congelados pelos próximos 20 anos, defasando ainda mais o nível educacional proporcionado pelas IES em todo o país.

Segundo o INEP (SEMESP, 2015) de 2000 a 2009, ou seja, entre os governos de FHC e de Lula, o crescimento de IES privadas foi de 48,52% e seu acesso de 1995 a 2009 foi de 236%. Dos 52% dos jovens de 18 a 24 anos, em 2009, que concluíram o Ensino Médio apenas 19% tiveram acesso ao Ensino Superior – público e privado (Andrade, 2011), atualmente, nessa mesma faixa etária, 17% dos jovens tem acesso ao Ensino Superior (SEMESP, 2017), 2% a menos em quase 10 anos. Inclusive, esse dado vai de encontro com o PNE de 2011-2020 (MEC – PNE, 2010) que tem como uma de suas metas o acesso de 33% dos jovens de 18 a 24 anos brasileiros ao Ensino Superior. De acordo com o gráfico proposto pelo SEMESP em 2017 a porcentagem de acesso ao ES em 2017 deveria ser mais de 25% dos jovens.

²⁷ Agência do Estado (2017, Setembro 24). Dívida externa estimada é de US\$ 315,267 bi em agosto, diz Banco Central. Referência completa na página 157.

Ainda segundo Andrade (2011), apenas 10% dos alunos que tiveram acesso ao ES tem renda familiar mais baixa, e em contrapartida dos estudantes com renda familiar maior, 60% tiveram acesso ao ES²⁸.

Não é de hoje que muitos estudantes sofrem com a precariedade do Ensino Superior privado no Brasil, que vai desde cursos de má qualidade, preços altos de mensalidade, xerox e alimentação, até nenhum subsídio para transporte e moradia. Todos esses fatores contribuem para a evasão de jovens das Instituições de Ensino Superior de todo o país, estimada em cerca de 21% ao ano – em média, 12% nas públicas e 25% nas privadas, sendo que, pelas matrículas nas privadas serem superiores às públicas, o número de evadidos nas instituições privadas também é significativamente maior que os 12% das públicas (Hipólito, 2015).

Segundo Bauer (2010), as IES continuaram elitizadas, pois mesmo com as propostas de acesso diferenciadas, a classe operária não conseguiu chegar à universidade, já que as vagas nos cursos eram escassas e não havia uma política de expansão dos cursos. O que nos remete, diretamente, às políticas de ações afirmativas do governo Lula, implementadas em 2005 e 2006.

Desde sua criação, as políticas da Reforma Universitária foram pensadas em garantir e reafirmar a Parceria Público Privada – “apresentada como uma genial idéia: em troca de algumas garantias, o setor privado irá aportar um grande volume de recursos nos setores de infra-estrutura, educação, ciência e tecnologia entre outros” (Leher, 2004, pp. 872), e, sob o discurso, para oferecer possibilidade de mais acesso ao Ensino Superior, pesquisas voltadas para a maioria dos problemas da sociedade, ensino gratuito e de qualidade, sistema de avaliação que mostrasse as debilidades de

²⁸ Para a classificação de rendimentos da população analisada foi utilizada a renda familiar segundo quintis da renda – de 1 a 5, sendo 1 a mais baixa e 5 a mais alta renda familiar.

permanência estudantil, entre outros. No entanto, o real intuito de suprir os interesses abusivos do capital, ou seja, um grande investimento de dinheiro público em IES privadas, possibilidade de utilização do aparato público por empresas privadas e, para que isso acontecesse, o desmonte da Educação Superior Pública era necessário (Leher, 2004).

O Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (SEMESP) tem discutido, segundo Cohen (2017), o futuro do Ensino Superior brasileiro e resposta que encontram é mesma da UNESCO – manter o investimento público em instituições privadas. O SEMESP apresentou em sua revista “Ensino Superior”, 2017, Diretrizes de Política Pública para o Educação Superior Brasileiro propondo algumas reformas em grandes áreas, com um viés mais organizacional. Algumas delas não são diferentes do que já foi proposto pela UNESCO em 1989, como a criação de um sistema de crédito educacional que garanta que estudantes pobres sigam qualquer carreira em qualquer instituição (privada, não comunitária); uma intensificação de políticas para a internacionalização e aumento de pós-graduação e pesquisa, mesmo que à distância, para a inovação acadêmica garantindo uma renovação na formação de professores.

No Seminário “As razões de Agir” realizado na USP em Agosto de 2017, o pesquisador Martin Carnoy da Universidade de Standford compôs a mesa “Os BRICS e a crise da universidade”. A partir de sua pesquisa, Carnoy (2017) apresentou como a universidade clama por ser autônoma, mas na realidade ela depende das decisões do Estado, e por isso, as universidades ainda se mantêm elitizadas. É uma tática do Estado manter os investimentos em maior escala em universidades de elites – segundo Carnoy (2017), as públicas e as PUC’s – e só o tempo irá apresentar se essa tática é válida ou não. O autor ainda lembra que o Estado é o centro das

mudanças econômicas e sociais no Brasil, e a recessão que vivemos hoje é uma das primeiras recessões econômicas causadas pela fraqueza e incoerência do Estado em lidar com essa disfunção social. Fica nítido que a proposta apresentada pelo Estado, e não questionada por Carnoy (2017), só corrobora com as leituras feitas por Leher (2004), Bauer (2010), que o intuito do Estado é manter a população baixa renda como um exército de reserva, ou seja, com uma formação precária e não libertadora e emancipadora; os autores apresentam que o ProUni, como parte da Reforma Universitária acaba tendo esse resultado. O programa será detalhado e discutido no próximo eixo da tese.

2º Eixo: ProUni e Preconceito: “meu lugar não é aqui?”

“As soon as you're born they make you feel small

*By giving you no time instead of it all
Till the pain is so big you feel nothing at all
A working class hero is something to be*

*They hurt you at home and they hit you at school
They hate you if you're clever and they despise a fool
Till you're so fucking crazy you can't follow their rules
A working class hero is something to be*

*When they've tortured and scared you for twenty-odd years
Then they expect you to pick a career
When you can't really function you're so full of fear
A working class hero is something to be*

*Keep you doped with religion and sex and TV
And you think you're so clever and classless and free
But you're still fucking peasants as far as I can see
A working class hero is something to be*

*There's room at the top they're telling you still
But first you must learn how to smile as you kill
If you want to be like the folks on the hill*

*A working class hero is something to be
If you want to be a hero well just follow me”*

(Working Class Hero, John Lennon, 1970)

O segundo eixo *ProUni e Preconceito: “Meu lugar não é aqui?”* está dividido em três sub eixos - *ProUni – ainda Lobo em pele de Cordeiro?*, que apresenta o Programa Universidade para Todos – ProUni -, o histórico do programa, seu objetivo, seus resultados em números e caracterização dos estudantes, como pode ser a participação deles para melhoria do programa. Apresentará principalmente a vivência universitária na visão dos bolsistas, quais são as dificuldades enfrentadas na universidade e como é o sofrimento causado por essas dificuldades. Em seguida, o segundo sub eixo – *Discutindo o preconceito* – apresentará em síntese os conceitos de preconceito e, por fim, o sub eixo – *Classe contra classe* – apresenta o conceito de classe social. O objetivo desse eixo é analisar quais as implicações do preconceito na universidade e sociedade, de forma geral e de forma científica, focando no preconceito de classe.

2.1 – ProUni – ainda Lobo em pele de Cordeiro?

*“Las balas son igual de baratas que los condones
Hay poca educación, hay muchos cartuchos
Cuando se lee poco, se dispara mucho
Hay quienes asesinan y no dan la cara
El rico da la orden y el pobre la dispara”*

(La Bala, Calle 13, 2010)

O Programa Universidade para Todos (ProUni), segundo o site do Ministério da Educação e Cultura (Portal ProUni – ProUni, 2017) tem o objetivo garantir bolsas de estudos em cursos de graduação sequenciais de formação específica em instituições privadas de educação superior, sendo que essas bolsas podem ser parciais (50%) ou integrais (100%). A lei nº 11.096 de 2005 oferece às instituições de ensino superior

privadas isenção de impostos, como IRPJ²⁹ (Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) e Pis/PASEP (Programa de Integração Social/ Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público), caso concordem com a adesão do programa (Silva, Koike, Manezenco & Lacks, 2004).

As autoras acima citadas corroboram com Leher (2004), Catani, Hey e Gilioli (2006) e Ribeiro e Guzzo (2017) quando afirmam que um dos objetivos do ProUni é estreitar as barreiras entre o público e o privado. As autoras apresentam que uma das justificativas dadas pelo governo Lula, à época, para a implementação do programa é o fato das faculdades e universidades particulares terem “vagas ociosas” que seriam utilizadas por estudantes que, por algum motivo, não conseguiram entrar nas universidades públicas, e para isso teriam isenção de impostos.

Seria uma troca entre governo federal e IES privadas, uma Parceria Público-Privada, como colocado por Leher (2004), porém, o autor, reforçado por Catani, Hey e Gilioli (2006), Almeida (2009) e Almeida (2012), também afirmam que, se ao invés de isenção de impostos para as particulares, o governo utilizasse esse dinheiro para investir em universidades públicas, garantindo abertura novas IES, aumento de vagas com real infraestrutura e assistência estudantil necessária para a permanência desses estudantes, eles teriam acesso à educação de qualidade ao ingressarem na educação superior, já que, desde a criação do ProUni até 2013, o governo deixou de

²⁹ Segundo as normas da Receita Federal (2017), em que apresentam a instrução normativa RFB nº 1700, LIVRO I - Do Imposto Sobre A Renda Das Pessoas Jurídicas E Da Contribuição Social Sobre O Lucro Líquido - TÍTULO I - Das Disposições Gerais - CAPÍTULO II - Dos Contribuintes - Seção IV - Das Isenções - **Subseção III - Do ProUni** – “Art. 16. A instituição privada de ensino superior, com fins lucrativos ou sem fins lucrativos não beneficente, que aderir ao ProUni nos termos do art. 5º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, ficará isenta do IRPJ e da CSLL no período de vigência do termo de adesão, de acordo com o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.394, de 12 de setembro de 2013.”

receber em impostos federais, cerca de R\$4 bilhões³⁰, beneficiando as IES privadas. Paula, Lima, Costa e Ferreira (2016) apresentam que os gastos tributários com o ProUni de 2005 a 2014 foram de R\$5,4 bilhões beneficiando as particulares.

Segundo o MEC - PNAES (2006) o motivo para a criação do ProUni é garantir o acesso ao Ensino Superior aos pobres, índios, negros e estudantes de escolas públicas. Essa justificativa foi reconhecida por parte da sociedade como o real motivo da criação do programa, mas Leher (2004) e Catani, Hey e Gilioli (2006) afirmam que existe um outro motivo para criação do programa não apresentado abertamente pelo governo – até hoje – que é o de defender os interesses econômicos e políticos das instituições de ensino superior privadas a fim de conseguir um maior lucro, afinal, o ProUni e mais diretamente o FIES, foram políticas de microcrédito para beneficiar, também, os bancos e ampliar o poder de consumo dos mais pobres. Almeida (2012; 2015), comprovando a afirmação de Leher (2004) e Catani, Hey e Gilioli (2006) afirma que o ProUni, na realidade, auxiliou na criação de grandes empresas educacionais - “milionários da educação”, quando possibilitou a venda (e conseqüentemente o lucro) de centros universitários e faculdades a empresas internacionais e nacionais como a Kroton e a Laureate, a partir da grande isenção de impostos, por exemplo. Não há números atuais sobre a isenção de impostos dessas instituições de ensino, pois, com a troca dos governos depois do golpe, muitas informações foram retiradas do site oficial do MEC e alguns programas que analisavam os dados anteriormente foram descontinuados.

Apesar da educação pública e gratuita ser direito a todos, segundo a constituição de 88³¹, o estudante ProUnista consegue, muitas vezes, uma educação

³⁰Foreque, F. (2013). ProUni rende isenção fiscal de R\$ 4 bi a faculdades. *Folha on line*. Referência completa página 165.

gratuita (quando tem bolsa 100%), mas na maioria das vezes, não de excelência, que apenas o encaminha e o prepara para o mercado de trabalho formal, sem acesso à pesquisa e extensão, como deveria ser toda formação superior. Segundo Carvalho (2006) ao entenderem que a bolsa do ProUni é uma questão de meritocracia e não de direito à educação, os estudantes se distanciam ainda mais dos segmentos sociais e étnico-raciais – e da percepção do todo na sociedade.

O processo de seleção para obter a bolsa do ProUni é realizado em três fases, sendo que a primeira - a *pré-seleção* - é pela inscrição no site do MEC em que o estudante escolhe o tipo de bolsa (100% ou 50%) e até cinco opções de cursos, instituições de ensino superior, turnos, habilitações necessárias dentre as opções disponíveis de acordo com sua renda familiar per capita e se adequando aos critérios do programa. Sua classificação é realizada pelo Sistema do ProUni (SisProUni) de acordo com as notas obtidas pelo ENEM - o estudante precisa tirar uma nota maior ou igual a 450 pontos e não pode ter zerado a redação – que são somadas e divididas por dois. Depois disso é realizada a listagem dos estudantes por curso. A segunda fase é quando o estudante tem que comparecer com todos os documentos exigidos pelo MEC e comprová-los para a universidade. Os documentos estão listados no site do MEC. A terceira e última fase é uma seleção feita pela própria universidade, se esta achar necessário, se aprovados, os estudantes são encaminhados para assinar o Termo de Concessão de Bolsa. Se algum estudante for reprovado em algumas dessas fases, o próximo da listagem é chamado.

³¹ Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. ([Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015](#))

Art. 205º. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206º. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

O MEC (Portal ProUni - ProUni, 2017) estabeleceu alguns critérios para a obtenção da bolsa do ProUni; são eles:

- Ser estudante provindo de escolas da rede pública ou de rede particular, mas que comprovem a utilização de bolsas integrais nessas instituições de Ensino Médio;
- Ser estudante que tenha feito metade do Ensino Médio em escola pública e metade em escola particular, que comprove a utilização de bolsa integral na última;
- Ser pessoa com deficiência;
- Ser professor da rede pública de ensino básico, que esteja exercendo a profissão como quadro permanente da escola, e esteja concorrendo para cursos de pedagogia, normal superior ou licenciatura.

Nos três primeiros casos o estudante tem que comprovar renda familiar máxima de três salários mínimos por pessoa da família para conseguir bolsa 50% e até um salário e meio para bolsa 100%, somente no caso dos professores que a renda não é considerada.

No quesito permanência estudantil, o programa ainda precisa melhorar. Apesar de disponibilizar a *Bolsa Permanência* para os estudantes ProUnistas, não são todos os estudantes que conseguem acesso à ela. O governo concede como forma de incentivo à permanência uma bolsa no valor de uma bolsa de Iniciação Científica (R\$400)³², mas somente podem obter essa bolsa os alunos que tiverem matriculados em cursos presenciais, integrais com mais de seis horas diárias comprovadas pela grade curricular, e com seis semestres de duração no mínimo (Portal ProUni – Bolsa

³² Esse valor corresponde à bolsa de iniciação científica de acordo com a tabela vigente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Normas CNPq, 2012).

Permanência, 2017), o processo de renovação da Bolsa Permanência é mensal, ou seja, o estudante não tem a garantia de que terá o benefício todo mês até o final de sua graduação (Ribeiro, 2013). A Bolsa Permanência não faz parte do PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil – já que o programa é voltado apenas para as universidades públicas e gratuitas, portanto não há um incentivo à permanência de todos os estudantes ProUnistas pelo governo, somente para os que se encaixem nos critérios acima descritos (Ribeiro, 2013).

Como parte da avaliação do ProUni o MEC criou junto ao programa a CONAP - Comissão Nacional de Acompanhamento e Controle Social do Programa Universidade para Todos - ProUni e a COLAP – Comissão Local de Acompanhamento e Controle Social do Programa Universidade para Todos (Portal ProUni - CONAP, 2017). A CONAP atual é composta por, pelo menos, um: Representante do corpo discente das instituições privadas de ensino superior e Presidente da CONAP; Representante da sociedade civil; Representante do corpo docente das instituições privadas de ensino superior; Coordenador-Geral de Relações Acadêmicas de Graduação (CGRAG/DIPES/SESU/MEC); Representante dos dirigentes das instituições privadas de ensino superior; Representante do corpo docente das instituições privadas de ensino superior; Diretor de Políticas e Programas de Graduação (DIPES/SESU/MEC); Representante dos estudantes do ensino médio público; Servidor designado para secretariar a reunião da CONAP.

Toda universidade que integra o ProUni tem que ter uma COLAP composta por professores, gestores e estudantes ProUnistas para garantir assim a participação direta dos estudantes na avaliação do ProUni. A última Conferência Nacional da CONAP contou com a participação de algumas COLAP do Brasil no ano de 2016, e discutiram os seguintes temas em GT's (grupos de trabalho):

- 1) Comissões Locais de Acompanhamento e Controle Social do ProUni (COLAPS) e Participação Social;
- 2) Manutenção de Bolsas e Supervisão de Bolsistas;
- 3) Processo Seletivo e Acesso - Perfil de Ingresso;
- 4) Cotas Raciais;
- 5) Cotas Para Pessoas com Deficiência;
- 6) Reserva de Vagas Para Formação de Professores da Rede Pública de Ensino para Formação do Magistério da Educação Básica;
- 7) SisProUni e Processos Informatizados do ProUni;
- 8) Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social na Área de Educação (CEBAS) e Critérios de Participação de Mantenedoras no ProUni;
- 9) Renúncia Fiscal e Proporção de Ocupação Efetiva de Bolsas (POEB);
- 10) Democratização e Inclusão versus Discriminação;
- 11) Egressos e Ascensão Acadêmico-Social;
- 12) Permanência e Evasão;
- 13) Relação Institucional Aluno – Instituição de Educação Superior – ProUni;
- 14) Gênero e Sexualidade: Participação e Empoderamento.

Apesar da Conferência apresentar uma Carta³³ com as propostas para a melhora do ProUni, e principalmente tocar em questões importantes para essa tese como “Garantir o direito de todos os ProUnistas à bolsa permanência e ao passe livre em parceria com os estados e municípios; Ser garantido ao bolsista do ProUni

³³MEC – Comissão Nacional de Acompanhamento e Controle Social do ProUni. (2016) Carta da Conferência Nacional da Comissão Nacional de Acompanhamento e Controle Social do ProUni. Referência completa na página 169.

contemplado na vaga remanescente o direito de ingressar no próximo semestre, se excedido o limite de faltas legal; Regularizar o dia para pagamento da bolsa permanência; Ajuste do valor da bolsa permanência de acordo com a inflação e salário mínimo; Realizar ações e campanhas nas IES para *combater a discriminação quanto a questões de raça, etnia, classe social, gênero e sexualidade.*” (MEC – Comissão Nacional de Acompanhamento e Controle Social do ProUni, 2016, *grifo nosso*), a Carta não apresenta prazos para as melhoras serem efetivadas.

2.1.1 – Quantificando o ProUni

Desde sua criação em 2005 até o primeiro semestre de 2017 o ProUni ofertou 3.098.613 bolsas parciais e integrais (SisProUni, 2017), sendo que existem hoje cerca de 2.070 IES privadas no Brasil, de acordo com o Mapa do Ensino Superior da SEMESP (2016). Os dados do segundo semestre de 2017 ainda não estão no site do MEC-ProUni, porém, o governo apresentou no mês de agosto que foram 147mil bolsas ofertadas nesse período³⁴. No site do ProUni³⁵ poderão ter acesso aos números disponibilizados pelo governo sobre a quantidade de bolsas do ProUni ofertadas no país, porém, a seguir temos uma tabela da progressão de bolsas ofertadas desde 2005 até o ano de 2017 no Brasil.

Cronologia		Tipos de Bolsas		Total	
Ano	Semestre	integrais	Parciais	por semestre	por ano
2005	1º e 2º	71.905	40.370	112.275	

³⁴ Agência Brasil (2017). Inscrições para vagas remanescentes do ProUni vão até a sexta (25). Referências completas na página 157.

³⁵ SisProUni. (2017). Dados e estatísticas. Referência completa página 174.

2006	1 ^o	63.536	28.073	91.609	138.668
	2 ^o	35.162	11.897	47.059	
2007	1 ^o	65.276	43.366	108.642	163.854
	2 ^o	32.355	22.857	55.212	
2008	1 ^o	52.977	53.157	106.134	225.005
	2 ^o	46.518	72.353	118.871	
2009	1 ^o	95.694	60.722	156.416	247.643
	2 ^o	57.432	33.795	91.227	
2010	1 ^o	85.208	79.388	164.596	240.441
	2 ^o	39.882	35.963	75.845	
2011	1 ^o	82.702	79.789	162.491	254.598
	2 ^o	46.970	45.137	92.107	
2012	1 ^o	98.383	95.928	194.311	284.622
	2 ^o	52.487	37.824	90.311	
2013	1 ^o	108.686	53.643	162.329	252.374
	2 ^o	55.693	34.352	90.045	
2014	1 ^o	131.636	59.989	191.625	306.726
	2 ^o	73.601	41.500	115.101	
2015	1 ^o	135.616	77.497	213.113	329.117
	2 ^o	68.971	47.033	116.004	
2016	1 ^o	109.462	94.140	203.602	329.180
	2 ^o	57.141	68.437	125.578	
2017	1 ^o	103.719	110.391	214.110	

Total	1.771.012	1.327.601	3.098.613
--------------	------------------	------------------	------------------

Fonte: Dados SisProUni (2017) – formulação própria.

A região sudeste recebeu quase 50% das bolsas ofertadas pelo ProUni desde 2005 – com um total de 1.521.848; enquanto o Estado de São Paulo recebeu 57,3% dessas bolsas (876.752) (SisProUni, 2017). Essa diferença está diretamente relacionada com o fato da Região Sudeste e o Estado de São Paulo terem o maior número de IES do país – 1118 e 598, respectivamente. Em relação às IES particulares na Região Sudeste e no Estado de São Paulo temos 967 e 501 respectivamente (Censo da Educação Superior no Brasil, 2016; SEMESP, 2016). Como apresentado anteriormente, os autores Paula, Lima, Costa e Ferreira (2016), Toledo (2016) e Almeida (2012, 2015) apresentam que esse crescimento das IES particulares se deu, também, pela criação do ProUni como uma complementação do FIES para auxiliar no crescimento econômico das empresas educacionais, mais conhecidas como conglomerados educacionais.

Algumas pesquisas realizadas ao longo dos 12 anos do ProUni nos trazem um possível do **perfil do estudante ProUnista**, já que os dados oficiais (SisProUni, 2017) não estão atualizados ou não existem em determinadas categorias, como gênero e classe socioeconômica, por exemplo. Os estudos de Costa (2008), Pereira Filho (2011), Rocha (2011), Nogueira (2013), Ribeiro (2013), Karnal (2015), Mattos e Bovério (2016), Karnal, Monteiro, Santos e Santos (2017) nos mostram que os resultados de suas pesquisas, em sua maioria, as bolsistas são mulheres, tem entre 18 e 24 anos, cursam graduação de administração ou humanas (licenciatura), são de baixa renda – até porque é um dos critérios do ProUni -, são os primeiros universitários de sua família já que, muitos dos pais não têm sequer o Ensino Médio.

Além disso, sobre a questão de trabalho durante a graduação os dados se divergem, sendo que na pesquisa de Pereira Filho (2011), 55% dos bolsistas trabalham, na pesquisa de Rocha (2011) 43% trabalham, na pesquisa de Costa (2008) 73,8% dos estudantes trabalham e a pesquisa de Mattos e Bovério (2016) 25% trabalham. Em relação à auto declaração racial, a pesquisa de Mattos e Bovério (2016), apresenta que 58% dos bolsistas são negros e 42% brancos, já a pesquisa de Pereira Filho (2011) por ter sido realizada em um estado que tem a população majoritariamente branca, essa porcentagem é diferente: 85% brancos e 15% negros. O autor afirma que as ações afirmativas proporcionaram um aumento de negros no ES – tópico a ser aprofundado posteriormente – além de acesso às IES aos filhos de pessoas de baixa renda como trabalhadores de serviços gerais, cozinheiras, pedreiros e outros.

As outras pesquisas - Rocha (2011), Costa (2008), Nogueira (2013) e Ribeiro (2013) – não apresentaram análise referente à cor, sendo que somente Ribeiro (2013) apresenta que por se tratar de uma pesquisa com método virtual e ter o entendimento da importância da auto declaração dos participantes, não se inferiu uma análise em relação à etnia.

2.2 – Discutindo o Preconceito

*“Por mais que você corra irmão
Pra sua guerra vão nem se lixar
(...)
Negreiros a retraficar
Favela ainda é senzala jão
Bomba relógio prestes a estourar”*

(Boa Esperança, Emicida, 2015)

Discutir sobre o preconceito é uma tarefa árdua, pois, está entranhado em nossa sociedade, e, por muitas vezes, se manifesta de forma sutil e camuflada. Mesmo as ações mais corriqueiras podem estar em baseadas em pressupostos preconceituosos, por isso a dificuldade em combatê-lo. Entretanto, esse é outro motivo porque se faz necessário enfrentá-lo. Nesse sub eixo apresentamos o conceito e síntese de preconceito utilizada nessa tese, os tipos de preconceitos, além do papel da Psicologia no enfrentamento ao preconceito, e uma discussão sobre Classes Sociais e o Preconceito de Classe nos dias atuais. Assim como pretendia Teo (1999) sobre o racismo³⁶, a conceituação do que é preconceito nesse eixo tem o intuito de fornecer uma base para ajudar pessoas que são oprimidas pelo preconceito – de classe, raça, gênero, entre outros – a entendê-lo dentro de situações cotidianas.

Preconceito, segundo dicionário Michaelis (2009) é atitude condicionada emocionalmente, que baseada em crença, opinião ou generalização, resulta em

³⁶ “O racismo é uma formação ideológica que se instala dentro de uma estrutura de privilégios e poderes e se manifesta por toda a complexa rede de culturas que constitui a nação. Ele se revela por meio de atitudes individuais, sentimentos e crenças, práticas institucionais discriminatórias, ideias e símbolos e, ainda, por uma extensa variedade de atos presentes no cotidiano. O racismo está inserido dentro de significados culturais e linguísticos, bem como nas relações sociais que geram sistematicamente desvantagens para as pessoas de cor” (Glass, 2012, p.888).
Preconceito racial é a ação contra uma raça ou etnia no intuito de subjugar por ser de outra raça ou etnia (Glass, 2012).

antipatia ou simpatia para com indivíduos ou grupos. Existem vários tipos de preconceito: de raça, etnia, gênero, crença, contra o homossexual, com relação ao peso, contra deficientes físicos e mentais, de classe social, dentre outros. O preconceito pode ser passado de geração a geração, culturalmente, sendo propagado por atitudes preconceituosas e descriminalizadoras (Allport, 1954; Camino, 2000; Chauí, 1996/1997; Crochík, 1997, 2005; Machado, 2008; Madureira & Branco, 2007; Pierson, 1942/1971; Queiroz, 1995; Stange & Bassani, 2009).

Fazendo uma interlocução com a Psicologia, é necessário compreender o preconceito a partir de diversas áreas do saber, pois apesar de também ser um fenômeno psicológico, o que leva uma pessoa a ser preconceituosa, ou não, pode ser encontrado no processo de socialização do indivíduo, na medida em que ele se transforma e vai se constituindo enquanto tal (Allport, 1954; Crochík, 1997, 2005, 2011; Teo, 1999; Crochík, Casco, Ceron & Catanzaro, 2009).

Segundo Allport (1954) a definição de preconceito, do latim - *praejudicium*, se modificou desde os tempos primórdios passando por três estágios de transformações:

1) antigamente *praejudicium* significava precedente, ou seja, uma avaliação ou decisão prévias baseadas em situações vivenciadas anteriormente.

2) em um segundo momento, o autor apresenta que o termo, já em inglês (*prejudice*), se modificou tendo, então, o significado de julgamento prematuro formado por situações sem a análise concreta dos fatos.

3) e por fim, ao termo foi adicionado, além das definições acima citadas, o que é nomeado por Allport como “sabor emocional”, ou seja, uma análise se aquilo pode ser ou não favorável para a pessoa que está pré-julgando a situação. Teo (1999) apresenta que o sexismo, o racismo e o preconceito de classe devem ser analisados

não individualmente, mas contextualizados na história de vida do sujeito, em seu cotidiano e os efeitos que isso tem em sua vida: “individual racism cannot be understood without an understanding of societal racism or racism’s embeddedness in daily practices and effects” (Teo, 1999, pp. 129).

Ao analisarmos as definições acima referenciadas de preconceito encaixando-as na leitura concreta de nossa realidade chegamos a seguinte síntese e a usaremos como base para análise nessa tese: *preconceito é a desqualificação sistemática ou pontual, feita de forma coletiva ou individual, contra um grupo de pessoas ou indivíduo, historicamente, denominado como inferior – classe, etnia, gênero, fisionomia, crença, deficiências físicas e/ou mentais, entre outros –, sendo que sua manutenção é dada a partir dos estereótipos e ideologia³⁷ do sistema capitalista*. Essa descrição de termos e de diferenciação de classes ainda são questões a serem superadas em nossa sociedade e entendemos que o processo de conscientização³⁸ seja uma das formas para a superação e propagação do preconceito (Freire, 1980).

O processo de socialização, enquanto fruto da cultura e história, é visto em função da adaptação à luta pela sobrevivência, fazendo com que o preconceito surja como uma forma de lidar com os conflitos presentes nessa luta. Tendo como princípio que as classes sociais são determinadas pela divisão social do trabalho, e quem detém os meios de produção é a classe dominante – burgueses – e os trabalhadores que vendem sua força de trabalho constituem a classe dominada – proletários, temos o entendimento que para se manter no poder a classe dominante depende da força de trabalho a baixo custo da classe dominada (Marx & Engels, 1848/2008).

³⁷ O termo ideologia nesse trabalho está explicado na página 27, na nota de rodapé 13.

³⁸ Conscientização para Freire (1980) “um teste da realidade. Quanto mais conscientização, mais se “desvela” a realidade, mais se penetra na essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-lo. Por esta mesma razão, a conscientização não consiste em “estar frente à realidade” assumindo uma posição falsamente intelectual. A conscientização não pode existir fora da “práxis”, ou melhor, sem o ato ação-reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens.” (p.26).

O foco dessa pesquisa, como já dito anteriormente, é o estudo do preconceito sofrido por estudantes bolsistas do ProUni, e, por fazermos uma leitura materialista histórico-dialética da nossa realidade, algumas formas de preconceito foram apresentadas pelos participantes, como o preconceito de classe, raça/etnia e gênero, por exemplo. Isso porque é indissociável a discussão sobre o preconceito de raça e classe em nossa sociedade, visto que, historicamente, os negros são subjugados por sua raça, sendo escravizados, e depois tendo os empregos mais precarizados, com baixa remuneração em relação a pessoas de cor branca, isso porque as mulheres negras são ainda piores remuneradas que os homens negros. (Alvez Filho, 2013; Camino, Silva, Machado & Pereira, 2001; Nogueira, 2013, 2014; Queiroz, 1995; Santos, 1984; Schucman, 2014; Silveira, 2003).

Pierson (1942/1971) apresenta uma análise relacional entre cor e raça em 1909 e em 1942 em seu livro “Branços e prêtos na Bahia (sic)”. O livro detalha como as ditas “classes superiores” tem mais acesso à infraestrutura como saneamento básico, calçamento de ruas, na parte alta da cidade, enquanto as “classes humildes” - os pobres - têm casas em ruas com chão de terra batida, na parte baixa da cidade, com nenhuma infraestrutura provida pelos órgãos públicos.

Pierson (1942/1971) ainda apresenta que

a barreira social existente entre “os pobres” dos vales e “os ricos” dos altos era grande e difícil de transpor. Era o que seria de se esperar, numa sociedade portadora de tradução aristocrática, cujos círculos “superiores” ainda tiveram certo desprezo (sic) pelo trabalho manual e sempre consideraram as ligações de família e a instrução como índices de classe. (Pierson, 1942/1971, pp. 103)

Percebemos que essa barreira ainda não foi transposta e mesmo o estudo de Pierson tendo sido realizado próximo à 1942, ainda vemos muitos dos termos utilizados naquela época sendo ditos hoje em dia.

As classes “superiores geralmente se referiam aos membros das classes “inferiores” como “trabalhadores, “operários”, ou “povo baixo”, e faziam humoristicamente sua caricatura, representando-os por um tipo chamado Zé Povinho, analfabeto, ingênuo e insignificante. Muitas vezes (sic) dirigiam, aos filhos, frases como estas: “não seja gentinha”, “não tenha modos de gentinha”, “não se ligue a povo miúdo”, “não se incomode com a gente baixa”. A seu próprio respeito, as classes “superiores” usavam as expressões “as altas rodas” “o grand-monde”, “a elite”. As classes “inferiores” referiam-se às “superiores” como os “chefões”, os “donos da gente”, os “graúdos”, os “mandachuvas da cidade”, os “ricaços”, ou simplesmente os brancos. (Pierson, 1942/1971, pp. 104)

Pierson (1942/1971) ainda apresenta que a divisão de classes está diretamente relacionada com a raça, já que em sua maioria, os moradores da “parte baixa” são negros e os moradores “ricos dos altos” eram brancos. Essa subjugação racial dá-se, principalmente, pela colonização e escravidão dos países africanos e sul-americanos, sustentando “uma ideologia da supremacia racial branca, que produz uma série de desigualdades econômicas, políticas, culturais, epistemológicas, identitárias e ecológicas” (Nogueira, 2013, pp.197). Alguns dos dados obtidos por Ribeiro (2013), que resultou nessa tese, podem ser relacionados à descrição feita por Pierson, já que alguns estudantes de uma IES afirmaram que a universidade “é lugar para gente honesta e que tem dinheiro” (Ribeiro, 2013, pp.83), ou mesmo que os estudantes se sentiram humilhados ao terem que comprovar à IES, anualmente, que continuavam

pobres (Ribeiro, 2013). Crochík (1997, 2005, 2011, 2013) afirma que o preconceito diz mais sobre quem o pratica de quem o sofre, já que a ação preconceituosa acontece, a partir de um imaginário dotado de aspectos distintos daquilo que são, apesar de ter alguma relação com a pessoa que sofreu o preconceito.

Manter a relação já existente entre indivíduo e sociedade para pensar e discutir o preconceito é base essencial para não fazer análises mecânicas, e nem análises genéricas como Crochík (1997) argumenta em relação aos estudos de Jahoda e Ackerman. Crochík (1997) afirma que é o mesmo que enunciar o óbvio: “não existe indivíduo sem cultura, mas a cultura pode facilitar ou dificultar o desenvolvimento do indivíduo, o que já não é tão óbvio” (pp.13).

É nesse contexto, também, que os estereótipos são encontrados e é necessário fazer uma distinção entre preconceito e estereótipo. Já foi apresentado que a cultura, por fazer parte do nosso processo de socialização, tem grande influência em nossa vida e conseqüentemente no que acreditamos ser ou não preconceito. Com isso, são os estereótipos, produtos da cultura, que servem para fortalecer o preconceito, produto da reação individual, dentro de nossa sociedade, e são usados como justificativa para tal ação, já que o estereótipo é um dos elementos do preconceito. Crochík apresenta, em 1997, que naquela época as pessoas começaram a ter mais acesso a produtos e informações, e isso resultou em uma pressão social para que as pessoas se posicionassem em relação a tudo. Esses posicionamentos, muitas vezes impensados, acabavam por ter como base pensamentos e posicionamentos estereotipados.

Esse fenômeno ainda acontece hoje em dia. Muitas pessoas usam a internet como meio de socialização e busca de informações, então, tem mais acesso às notícias e acontecimentos a nível mundial. Essa nova forma de acesso ao

conhecimento faz com que as pessoas, de certa maneira, se sintam pressionadas a se posicionar diante dos acontecimentos e como a sociedade é dinâmica, as respostas, muitas vezes, acabam sendo impensadas, rápidas, da mesma forma que Crochík apresentou em 1997.

Vemos nas redes sociais, pessoas com posicionamentos genéricos e generalistas – e temos que tomar cuidado com posicionamentos assim – sobre muitos âmbitos da nossa sociedade. Apresentam e defendem esse posicionamento mesmo sem ter procurado saber se é verídico ou não; precisam fazer isso não como defesa somente de suas ideias, mas como defesa de si mesmo.

Se uma das características do preconceito é a fixidez das mesmas reações de repúdio ao objeto, o pensar estereotipado, que utilizamos por motivos diversos em diferentes esferas do cotidiano, não deixa de se caracterizar pela fixidez de procedimentos que são aplicados indistintamente a qualquer objeto e, assim, não deixa de contribuir para a formação do preconceito. (Crochík, 1997, pp.21)

A fim de manter o *status quo*, muitos conteúdos são transmitidos através dos estereótipos. O estereótipo de que negros são pobres e, por isso, são inferiores aos brancos carrega muito mais que o preconceito de classe, a ser discutido a seguir, mas também o preconceito de raça e cor, ou até mesmo de gênero, orientação sexual, religião, etc. Todo e qualquer tipo de categorização das minorias da sociedade (Crochík, 1997).

“Numa cultura que privilegia a força, o preconceito prepara a ação da exclusão do mais frágil por aqueles que não podem viver sua própria fragilidade” (Crochík, 1997, pp. 23). O preconceito de classe pode ser caracterizado por “atitudes discriminatórias incondicionadas contra pessoas de outra classe social” (Michaelis, 2009, s/p).

Em 2009, no Brasil, foi realizada uma pesquisa pela Fundação Instituto em Pesquisas Econômicas (FIPE), a pedido do INEP e MEC, em 501 escolas públicas de diversos estados do país, apresentando situações à 18 mil e 500 professores, funcionários, diretores pais e estudantes com os tipos de preconceito existentes em nossa sociedade. Os dados são reais, porém alarmantes, 99,3% dos participantes apresentaram algum tipo de ação preconceituosa.

As pessoas com deficiência são as que sofrem com ações preconceituosas mais frequentemente, citadas por 96,5% dos entrevistados, enquanto 94,2% têm preconceito étnico-racial, 93,5%, de gênero, 91%, de geração, 87,5%, socioeconômico, 87,3% com relação à orientação sexual e 75,95% têm preconceito territorial. Segundo a pesquisa (FIPE, 2009), 99,9% dos entrevistados desejam, de alguma forma, manter distância de algum grupo social. Sendo que 98,9% deles citaram que as pessoas com deficiência intelectual, seguidos pelos homossexuais (98,9%), ciganos (97,3%), pessoa com deficiência (96,2%), índios (95,3%), pobres (94,9%), moradores da periferia ou de favelas (94,6%), moradores da área rural (91,1%) e negros (90,9%). Apesar de ser difícil mensurar, segundo a pesquisa, a intensidade da atitude preconceituosa é maior em três casos: 38,2% preconceito de gênero, partindo do homem com relação à mulher; 37,9% tem preconceito com os idosos e 32,4% com pessoas com deficiência. Essa pesquisa só nos comprova dados que já percebemos, cotidiana e historicamente, no país.

2.2.1- Classe contra classe

(...)

*Foi aqui seu moço
Que eu, Mato Grosso e o Joca
Construímos nossa maloca
Mais um dia nem quero lembrar
Veio os homens com as ferramentas
o dono mando derruba*

*Peguemo todas nossas coisas
E fumos pro meio da rua
Apreciar a demolição
Que tristeza que eu sentia
Cada táuba que caia
Doía no coração*

*Mato Grosso quis grita
Mas em cima eu falei
Os homes está 'cá razão
Nós arranja outro lugar*

*Só se conformemos quando o Joca falou
"Deus dá o frio conforme o cobertor"
E hoje nós pega a páia nas grama do jardim*

*E pra esquecê nós cantemos assim
Saudosa maloca, maloca querida
Que dim donde nós passemos dias feliz de nossa vida"*

(Saudosa Maloca, Adoniram Barbosa, 1961)

Atualmente, são discutidas diferentes perspectivas em relação às classes sociais, inclusive, apresentam as classes sociais como se fossem as classes econômicas – A, B, C, D e E ou classe alta, classe média-alta, classe média, classe média-baixa e classe baixa. Para esse sub eixo usaremos como base a definição feita por Marx e Engels (1848/2008) – e corroborada por Fernandes (1972; 1978); Santos (1987); Peña (2008); Iasi (2011); Lessa e Tonet (2012) – de que as classes sociais são determinadas pela divisão social do trabalho, quem detém os meios de produção é a classe dominante – burgueses – e os trabalhadores que vendem sua força de trabalho constituem a classe dominada – proletários. Para se manter no poder a classe dominante depende da força de trabalho a baixo custo da classe dominada.

Segundo Santos (1987), o marxismo não usa abstração de maneira formal, e não tem como uma sociedade concreta e histórica, como a nossa, corresponder de forma direta a categorias abstratas, por isso, a necessidade de entender os níveis

conceituais de classe apresentados por Marx (o modo de produção, a estrutura social, a situação social e a conjuntura), pois são apresentadas a partir da realidade concreta, são “construídas pela própria realidade e a que delas derivam” (p.22), da prática social vinculada com a expressão teórica e por fim, pela possibilidade de abstração do real a partir dessa concretude e não o contrário. O primeiro nível conceitual usado por Marx – o modo de produção – se remete ao “resultado da análise das forças produtivas e das relações de produção” (Santos, 1987, pp.19), entendendo que esse processo é contraditório, já que, por mais que existam acordos entre burgueses e proletários, sempre haverá exploração do homem pelo homem. Por isso, entende-se que o conceito de classes sociais está inserido em um contexto de luta de classes – termo essencial para compreendê-las – pois está “diretamente relacionada com a superação de uma determinada formação social (modo de produção, mas político e cultural).” (Santos, 1987, pp.20).

O segundo nível do conceito de classes para Marx é a estrutura social, extremamente importantes para a caracterização de classe para essa tese. A estrutura social é uma forma de coexistência de distintas configurações sociais que são antagônicas com a formação dominante – burgueses e proletários, ao mesmo tempo que cria situações para equilibrar essa estrutura, como por exemplo, o surgimento de classes intermediárias entre as duas citadas acima (Santos, 1987). Para exemplificar Santos, discutiremos rapidamente a distinção entre classes sociais e classes econômicas. A quantidade de dinheiro que se ganha não pode ser confundida com a posição de classe que se ocupa. Até porque a classe dominante como um todo ganha muito mais dinheiro que a classe dominada. Para Marx e Engels (1848/2008) um burguês pode ganhar mil vezes mais do que outro, sendo que os dois continuam sendo burgueses. Por isso que autores apresentam a afirmativa de que a

questão financeira é apenas quantitativa. Em resumo, as classes sociais e as classes econômicas estão interligadas, mas não são a mesma coisa.

Nos últimos 15 anos, a população brasileira de baixa renda conseguiu ter acesso a diversos bens de consumo por causa da política de crédito oferecida pelo governo federal e pelos bancos. Esse acesso aconteceu, principalmente, depois que Lula assumiu a presidência em 2001 e realizou diversos acordos com os bancos para aquecer a economia brasileira (Barone & Sader, 2008). Isso sem contar nos programas sócio assistenciais criados em 2013, como o bolsa Família, criado pelo mesmo governo a fim de tirar milhares da miséria profunda, o que acarretou em 28% da diminuição da pobreza nos últimos 10 anos, atendendo a 13,8 milhões de famílias (IPEA, 2013). Apesar de que, com os últimos acontecimentos políticos no país e a reforma trabalhista, essa situação já está mudando, pois mais de 12mil pessoas foram demitidas no final de 2017 (Doca, 2017).

Em 2014 a ABEP – Associação Brasileira de Empresas e Pesquisa – atualizou os critérios para a *Estratificação Socioeconômica e consumo no Brasil*, e esses critérios têm sido disponibilizados na internet afim de que a população que tem acesso a eles possa descobrir em qual classe está inserida. Da última sistematização dos critérios para essa versão atualizada, as variáveis foram modificadas, inclusive a forma como eram descritas. Na penúltima versão, o termo utilizado era *posse de itens* e incluía quantas TV's a cores, carros, geladeiras, DVD's, rádios, freezers, empregadas mensalistas, banheiros e máquina de lavar que a pessoa tinha. O termo *variáveis* foi utilizado somente nessa versão de 2015 e inclui banheiros, empregados domésticos, automóveis, microcomputador, lava louça, geladeira, freezer, lava roupa, DVD, micro-ondas, motocicleta, secadora roupa. A maioria das questões desses testes são todas relacionadas ao consumo de bens materiais. As únicas questões que

não são relacionadas a bens materiais são: qual nível escolar do chefe de família e se tem acesso a serviços públicos – rua pavimentada e água encanada (ABEP, 2014).

A tabela abaixo nos mostra qual é a estimativa de renda média domiciliar mensal para caracterizar a família como sendo classes A, B1, B2, C1, C2 e D-E, segundo a ABEP (2014). Essa estimativa é uma somatória de pontos resultado de um questionário contendo os itens que descrevi anteriormente.

Extrato Socioeconômico	Renda Média Domiciliar (Em Reais)
A	20.272,56
B1	8.695,88
B2	4.427,36
C1	2.409,01
C2	1.446,24
D-E	639,78

Apesar das alterações na aplicação do Critério Brasil terem sido baseadas no IBGE, o mesmo órgão apresenta em seu site uma outra forma de divisão de classes puramente econômica – qual a faixa salarial que a família recebe conjuntamente determina qual a classe social a pessoa está (IBGE, 2015).

CLASSE	A	B	C	D	E
SALÁRIOS MÍNIMOS (SM)	Acima 20 SM	10 a 20 SM	4 a 10 SM	2 a 4 SM	Até 2 SM
RENDA FAMILIAR (R\$)	R\$ 15.760,01 ou mais	De R\$ 7.880,01 a R\$ 15.760,00	De R\$ 3.152,01 a R\$ 7.880,00	De R\$ 1.576,01 a R\$ 3.152,00	Até R\$ 1.576,00

Como podemos ver nos exemplos acima, o Estado representa os interesses da classe dominante, inclusive construindo uma sociedade desigual e acirrando o preconceito. Para Lenin (1986) “o Estado é o produto e a manifestação do

antagonismo *irreconciliável* das classes” (Lenin, 1986, pp.9) e sua existência apresenta as contradições de classes que são, também, inconciliáveis. O autor traz essa afirmação, pois entende que o Estado apenas gerencia a situação político e econômica do país para manter o *status quo*, ou seja, manter o sistema capitalista.

Para continuar a diferenciação da caracterização dos níveis do conceito de classes apresentaremos agora o terceiro nível – a situação social. Nesse nível apresenta-se que a hierarquização dos indivíduos na sociedade (estratificação social) que os posiciona de acordo com as diferenças culturais, raciais, de rendimentos, profissões, políticas, etc. A projeção de sistemas de estratificação social – importante questão a ser considerada neste nível – acontece quando, por exemplo, o indivíduo ao migrar do meio rural para o urbano e com isso sua posição na classe se modifica, cria, então, um novo sistema de estratificação. Por fim, o último nível a ser levado em consideração é a conjuntura, mas não menos importante, já que é esse nível que aparecem as contradições a serem analisadas cotidianamente (Santos, 1987). Serão esses níveis do conceito de classe para Marx que serão utilizados nessa tese, e, para esclarecer sobre o papel da Psicologia nesse contexto de classe – e porque não de luta de classes – que iremos apresentar o eixo a seguir sobre a Psicologia Crítica e sua atuação no Ensino Superior.

3º Eixo: Psicologia Crítica e sua atuação no Ensino Superior

*“Si lucho por los pobres, económicamente los de abajo
No puedo cobrar por mi trabajo (...)
Si lucho por los que no tienen educación
¿Tengo que ser analfabeto?”*

(Gato que avanza, perro que ladra, Calle 13, 2014)

Na sociedade capitalista, a maioria das profissões em que se requiere nível superior está voltada à manutenção do sistema socioeconômico, isso porque grande parte da sociedade não se encontra inserida nesse espaço de formação profissional (Guzzo, 2007; Marvakis, 2011; Ribeiro & Guzzo, 2017). Infelizmente, a Psicologia é uma dessas profissões, já que por causa da atribuir ao indivíduo a responsabilidade por sua situação atual – sendo condizente com a perspectiva dominante – demonstrando, mais por falta de consciência do que uma ação deliberada, um desinteresse com a grande parcela da sociedade que sofre e luta diariamente pela sua sobrevivência (Parker, 1999, 2009; Marvakis, 2011; Dafermos, 2013; Ribeiro & Guzzo, 2017). Nesse contexto, então, segundo Guzzo (2007) e Silva Neto, Oliveira e Guzzo (2017) um olhar atento à formação dos psicólogos é essencial para a mudança desse modelo baseado na Psicologia hegemônica, e uma visão crítica da Psicologia a ser apresentada pelos professores universitários é de suma importância. Afinal,

muitos psicólogos são formados para reafirmar e construir esse sistema em que vivemos, não questionando o que lhes é ensinado, aceitando um currículo, muitas vezes, incompleto, conservador e superficial e que, no final do curso, reproduzem o que foi ensinado sem avaliar ou criticar seu conteúdo, instrumentos de trabalho e consequências das ações profissionais (Ribeiro & Guzzo, 2017, pp.420).

Para complementar Ribeiro e Guzzo (2017), usaremos a teoria de Marvakis (2013) que acredita que o desenvolvimento da Psicologia na relação dinâmica e dialética com aspectos sociais é feito relacionando os aspectos econômicos, sociais, políticos, históricos e regionais em que estamos imersos. Ainda, a Psicologia que emerge destes meios mantém relação dialética de mútua mudança com todos os aspectos ora citados.

Pensando na formação de novos profissionais da Psicologia, Marvakis (2013) apresenta que é possível o desenvolvimento da disciplina da Psicologia se dividir em duas partes, uma voltada para a formação “individualista-cognitiva-neurológica” da e outra voltada para o compromisso do desenvolvimento da “Psicologia Social”. Da primeira, emergiriam linhas de pesquisa dominantes voltadas para o indivíduo com a manutenção das relações de poder e da segunda emergiriam outras disciplinas das Ciências Sociais, garantindo uma articulação com o compromisso na luta de classes. Esta divisão, contudo, não é bem-vinda, posto que reproduziria a luta por um modelo dominante em que uma ficaria subjugada (Marvakis, 2013).

Sem a divisão em duas disciplinas distintas, há que se esclarecer como o termo “crítica”, da Psicologia Crítica, pode ser compreendido sob dois aspectos diferentes. No uso da psicologia dominante, formada nas concepções individualistas, o termo “crítico” é utilizado como uma forma de se designar uma nova maneira tecnocrática a ser utilizada para se ajustar - técnica e pessoa - às necessidades da psicologia dominante. Ocorrerá, portanto, a manutenção das relações de poder ora estabelecidas pela sociedade, sendo a “crítica”, aqui, não mais do que mero ajuste técnico que não trabalha para a emancipação dos sujeitos (Marvakis, 2013).

Sem descolar-se da disciplina psicológica, o termo “crítico”, no sentido da psicologia social por ele descrita, ganha o sentido de ser um termo que precisa se repensar dentro das expressões dialéticas de indivíduo e sociedade. Impossível, então, deixar de lado as características sociais e políticas dos modelos teóricos que reproduzem as relações de poder, de condição de classe e a emancipação dos sujeitos (Marvakis, 2013). Apesar de todas as mudanças que podemos observar nas novas condições sociais, o dilema histórico de criticidade oscila sempre em um mesmo intervalo: lealdade às novas e velhas demandas locais de autoridade e de

poder ou a continuação da “crise” e constante reflexão sobre as possíveis resistências contra os “ditames” da época (Marvakis, 2013).

Entendemos que a Psicologia é vista e utilizada como um instrumento útil para a reprodução (Martín - Baró, 1996) e manutenção (Parker, 2007) do sistema frente às “exigências ‘objetivas’ o indivíduo deve buscar a solução para seus problemas, de modo individual e ‘subjetivo’” (Martín - Baró, 1996, pp.13). A Psicologia, aqui entendida como Psicologia hegemônica, afirma que o que defendemos e fazemos é política, somente. Porém, temos outra visão de política, e outra visão de Psicologia (Parker, 2009). A forma que construímos nossa vida e as relações sociais, mesmo no nível mais íntimo, também é política – “referência permanente em todas as dimensões do nosso cotidiano a medida em que este se desenvolve como vida em sociedade” (Maar, 1989), conceito amplo e restrito (Parker, 2009). Por exemplo, se a partir da psicologia convencional, as pessoas se posicionem contrárias ao casamento igualitário, ou mesmo à legalização e descriminalização do aborto, estarão defendendo um posicionamento político, e essa defesa tem implicações diretas em suas próprias vidas e nas vidas de outras pessoas.

A Psicologia hegemônica, ou seja, a perspectiva dominante de observar o mundo com uma forma específica de atuação culpabilizando o indivíduo e tornando-o responsável por sua situação atual, (Martín-Baró, 1996; Newman, 1999; Parker, 2009), pode ser contraposta pela Psicologia Crítica e, segundo Teo (1999), apesar de existirem algumas formas metodológicas de diferenciar as Psicologias Críticas - Psicologia Teórica Crítica; Psicologia Teórica Crítica com uma intensão emancipatória prática; Psicologia Empírica Crítica; e ; Psicologia Aplicada Crítica – todas elas se propõem a não culpabilização do sujeito perante sua condição atual, além de propor,

de alguma forma, a mudança social, eliminando o preconceito – classe, raça e gênero.

A Psicologia Crítica é, então, uma ruptura ético-política por dentro e a partir da Psicologia na qual uma perspectiva crítica é adotada. O objetivo principal da psicologia crítica é o questionamento sistemático da Psicologia dominante, bem como a elaboração e aplicação de formas alternativas de teoria e prática psicológica, então, seu surgimento deu-se, principalmente, para se posicionar criticamente³⁹ em relação às práticas hegemônicas, como ao positivismo e humanismo (Markard, 2007). Além disso, a Psicologia Crítica busca contribuir para algum projeto emancipatório, enquanto também tenta elaborar novas formas de pensar o indivíduo, a subjetividade, o sujeito (Guzzo, 2007a, 2007b, 2010a; Holzkamp, 2016; Parker, 2007, 2009; Martín-Baró, 1996, 1998; Marvakis, 2011, 2013; Ribeiro & Guzzo, 2017).

Como forma de explicitar algumas diferenças na Psicologia, Parker (2009) coloca que existem vertentes da Psicologia afirmando que o sujeito é patológico, pois, são homossexuais e não passaram por todos os estágios de desenvolvimento completamente ou de forma “correta”, ou ainda afirmam que há diferenças biológicas entre homens e mulheres, fazendo com que eles sejam superiores biologicamente a elas (Parker, 2009). Tais afirmações não condizem com a Psicologia Crítica que defendemos e o que ela pretende construir. Parker (2009) ainda complementa como a Psicologia Crítica estuda as maneiras em que as vertentes da psicologia são construídas cultural e historicamente, e como as vertentes alternativas da psicologia podem legitimar ou resistir às presunções ideológicas dos modelos dominantes. Ainda, seria aquela que explora a maneira em que a psicologia do dia-a-dia, ou seja, a psicologia cotidiana estrutura o trabalho acadêmico e profissional da psicologia e

³⁹ Se posicionar criticamente não é simplesmente fazer uma crítica ao que é vigente, mas sim, propor mudanças estruturais na realidade em que vivemos.

como as atividades diárias podem prover a base para resistir às práticas disciplinares contemporâneas (Parker, 2009).

Quando formos definir nosso papel e identidade como psicólogos devemos levar em consideração a situação histórica de nossa sociedade e suas necessidades. Pensando dessa forma, segundo Martín-Baró (1996), devemos auxiliar as pessoas a superarem a alienação em sua identidade no âmbito pessoal e social na medida em que ele transforma as condições opressivas em seu contexto. Se voltarmos à Psicologia e à ação do psicólogo, Martín-Baró, apresenta a libertação como fim histórico, superando as condições impostas por uma sociedade opressora e injusta. A partir de uma, práxis consciente, o psicólogo ajudará nesse processo, na construção de uma outra psicologia, que enfrenta as contradições e não mantém o *status quo*. Segundo Martín-Baró (1998), “a psicologia antes de propiciar a libertação deve se libertar ela própria como ciência” (pp. 176).

Martín-Baró (1996) afirma que a injustiça estrutural é atingida por métodos violentos a partir da repressão e controle social, na qual se dá a manutenção da desigual forma de distribuição de bens, ocasionando em situações em que boa parte da população não tem acesso à saúde, educação, moradia e alimentação de forma completa. Logo, o problema, então, está no *que fazer* com a teoria-prática na função do psicólogo. Tendo em vista o papel do psicólogo, que deve ter como foco de trabalho a desalienação da consciência individual, que leva a pessoa a se ver e se comportar de forma alienada, ou seja, a ponto de suprimir ou mudar os mecanismos que bloqueiam a consciência da identidade social que a levam a se comportar como explorador opressivo ou marginalizado oprimido (Martín - Baró, 1996).

Ainda temos que saber diferenciar na Psicologia o simples discurso do “compromisso social” – do senso comum, uma ação voltada para a comunidade, meio

ambiente e qualidade de vida – e a atuação voltada para a mudança do *status quo* de nossa sociedade, resultando em uma organização para a ação de psicólogos visando o apoio às classes oprimidas (Yamamoto, 2003). Atualmente, por exemplo, há o discurso de mais acesso à educação, porém há, também, a defesa da parceria público-privada na área, a privatização e descentralização dos serviços públicos. Então, conseqüentemente, coloca-se contra a construção de uma educação gratuita, pública e de qualidade, já que os investimentos que seriam do setor público vão para o setor privado, afirmando que a educação é mercadoria e não direito da população brasileira (Guzzo, 2007a).

Atuação do Psicólogo no Ensino Superior

Pesquisas recentes (Ribeiro & Guzzo, 2017; Marinho-Araújo & Almeida, 2017; Marinho-Araújo, 2016; Bisinoto & Marinho-Araújo, 2015) nos mostram como se faz necessária a presença de uma profissional da Psicologia no Ensino Superior para, também, prevenir situações de sofrimento psíquico como essas, auxiliar na formação de profissionais na IES, e também garantir a permanência de estudantes bolsistas no Ensino Superior (Ribeiro & Guzzo, 2017). O acompanhamento individual (Guzzo, 2014), ou o que poderia ser a escuta psicológica para Marinho-Araújo (2016) seria mais facilmente implementado se a profissional estivesse no quadro da IES.

A falta de oportunidades de reflexão e discussão sobre sua vida, sobre as dificuldades da convivência em sociedade, na discussão das facilidades com o outro, etc. é o que leva o indivíduo a ter preconceitos com o próximo, principalmente de forma velada (Crochík, 1997). O sentimento de injustiça frente ao preconceito pode acontecer como uma das dimensões do sofrimento social, que é analisado por Carreteiro (2003). Carreteiro (2003) ainda corrobora com Sawaia (2008), quando essa

apresenta que o sentimento e a dor originários pelas injustiças sociais acabam por desvalorizar e humilhar o indivíduo, fazendo com que se sinta envergonhado. Um dos papéis do psicólogo em nossa sociedade, em especial nas Instituições de Ensino Superior, um lugar onde se propaga o preconceito de forma velada, para Carvalho e Marinho-Araújo (2009), Bisinoto e Marinho-Araújo (2011), Bisinoto, Marinho-Araújo e Almeida (2011), é a atuação visando o fortalecimento do estudante no Ensino Superior, pode se dar a partir do exercício político e crítico de sua participação na sociedade pois serão formados para o processo coletivo de ação e, assim, contribuir para a mudança da realidade. Complementando as autoras acima, Prilleltensky e Nelson (2002) apresentam outras três possíveis ações da Psicologia: 1) *parcerias com movimentos sociais*; 2) entendendo como funciona o sistema educacional para *divulgação da política social - tomada de consciência das políticas institucionais*; 3) ter como um dos objetivos o *combate ao capitalismo e as consequências desse sistema como uma forma de resistência*.

O choque que vivenciam alguns estudantes dentro de IES particulares, por pertencerem à classe social distinta da maioria, não foi trabalhado quando o programa foi implementado. Diante disso, muitos estudantes de baixa-renda tiveram que lidar sozinhos com situações de preconceito dentro da universidade, lugar que era para ser um espaço de aprendizado e convivência que os fortalecessem (Schraube & Marvakis, 2016), tornou-se um ringue de combate, um lugar gerador de sofrimento psíquico intensificado pelo preconceito vivenciado no espaço acadêmico. Essa situação é reflexo da contradição existente no país em que a maioria de estudantes que cursam o ciclo básico em instituições públicas passam a estudar em IES privadas.

Sloan (2013) afirma, ainda, que o fato de nossos posicionamentos serem políticos, assim como nossa atuação na psicologia, devemos que nos atentar às formas desmotivantes de organização coletiva, a fim de mudar essa situação e melhorar nossa *práxis* revolucionária, pois só é possível construir a Psicologia Crítica a partir da organização política. Várias questões são colocadas pelo autor para essa mudança, desde leitura conjuntural e histórica da sociedade, até uma organização mais específica para as reuniões políticas/militantes onde os psicólogos atuam. A necessidade de olhar para os militantes como indivíduos que sentem, pensam e sofrem, também se faz necessária, assim como a necessidade de enxergar os obstáculos coletivos e pessoais mais claramente para superação das dificuldades (Sloan, 2013).

Quando formos definir nosso papel e identidade como psicólogos devemos levar em consideração a situação histórica de nossa sociedade e suas necessidades. Pensando dessa forma, segundo Martín-Baró (1996), devemos auxiliar as pessoas a superarem a alienação em sua identidade no âmbito pessoal e social na medida em que ele transforma as condições opressivas em seu contexto. Martín-Baró (1996) acredita que quatro processos são essenciais para a formação social do indivíduo: *processo histórico* com uma leitura histórica da realidade, *processo de identidade social* e o *processo coletivo e grupal*, ou seja, sua ação produz uma identidade social, mas não só pessoal; e o *processo conflitivo*, pois, necessariamente a ação tem consequências de ruptura social.

O autor defende que a injustiça estrutural é atingida por métodos violentos a partir da repressão e controle social, na qual se dá a manutenção da desigual forma de distribuição de bens, ocasionando em situações em que boa parte da população não tem acesso à saúde, educação, moradia e alimentação de forma completa. Logo,

o problema, então, está no que fazer com a teoria-prática na função do psicólogo. Tendo em vista o papel do psicólogo, que deve ter como foco de trabalho a desalienação da consciência individual, que leva a pessoa a se ver e se comportar de forma alienada, ou seja, a ponto de suprimir ou mudar os mecanismos que bloqueiam a consciência da identidade social que a levam a se comportar como explorador opressivo ou marginalizado oprimido (Martín - Baró, 1996).

Outra possibilidade de atuação da psicologia frente ao preconceito é a partir da desideologização que tem o intuito de desmascarar a ideologia dominante que acaba por naturalizar a história (Martín-Baró, 1985, 1996; Freire, 1980; Guzzo, 2007a, 2007b, 2010; Lacerda Jr. & Guzzo, 2011), e elaborar um conhecimento sobre as reais necessidades da população. Além disso, por fazermos uma leitura materialista histórico-dialética da nossa realidade, entendemos que as formas de preconceitos, como os preconceitos de raça/etnia e gênero se entrelaçam, concomitantemente ao preconceito de classe, intensificam o sofrimento psíquico das e dos estudantes. Isso porque é indissociável a discussão sobre o preconceito de raça, gênero e classe em nossa sociedade.

Finalizando, partindo do pressuposto que a leitura da realidade é a partir da totalidade, a mudança social não se finda e acaba na psicologia, mas ela tem um papel importante para isso. O psicólogo tem que ter um impacto na subjetividade do sujeito, mas não tem que dizer às pessoas o que elas devem ou não fazer, e sim indagá-las, fazê-las pensar e questionar o mundo, suas necessidades, a fim de fortalecê-las para realizarem a mudança social (Markard, 2007; Marvakis, 2011; Parker, 2007, 2009).

Esses foram os fundamentos necessários para a apresentação da **tese** que se pretende defender: *O ProUni, ao mesmo tempo em que busca reparar, a ausência*

histórica da classe trabalhadora no Ensino Superior brasileiro, acaba por revelar as desigualdades sociais evidenciadas pelo preconceito nas vivências universitárias.

Capítulo II- MÉTODO

1. Fundamentação metodológica

A pesquisa qualitativa oferece a possibilidade de produzir um conhecimento na Psicologia diferente do que tem sido realizado nos últimos anos, já que esse conhecimento, ao ser relacionando à experiência humana com a ação social possibilita essa mudança (Parker, 2005). Sabemos que o método qualitativo não é superior ao quantitativo, nem vice-versa, pois entendemos que a pesquisa qualitativa quando utilizada juntamente com a quantitativa possibilita uma análise mais completa da realidade, sendo por esse motivo que, nessa pesquisa, utilizaremos os dois métodos com o intuito de responder os objetivos propostos. (Guareschi, 1998; Parker, 2005)

Por se utilizar a ação social como experiência para a produção do conhecimento (Parker, 2005), também se faz necessário pensar, a partir desse pressuposto, a forma de análise das informações obtidas, que, segundo Paulo Netto (2011) por ser um método complexo se pauta, principalmente, em três eixos interseccionais (totalidade, mediação e contradição), sendo assim, uma forma de compreender a realidade em que vivemos. Então, é a partir das condições materiais de vida, suas ações, que os sujeitos reais podem perceber o que realmente precisam construir, para assim, conseguirem agir e mudar a realidade em que vivem. Não esquecendo a importância do contexto histórico para a análise materialista, entendendo que a compreensão dialética percebe os fenômenos como processos, e, por isso, a parte histórica é essencial, para buscar a questão da transformação do fenômeno e da realidade. A leitura da realidade mostra que vivemos em uma totalidade a qual não é dividida em partes que juntas resultam no todo, mas sim

complexa e que é composta por totalidades menos complexas e que cada uma tem uma importância para a determinação dos fatos. A compreensão dialética (caráter processual e em constante transformação da realidade) é importante para mediar essa relação entre as totalidades e a contradição faz com que essas totalidades sejam dinâmicas e mutáveis. E essa complexidade aumenta quando pensamos que o universo tecnológico – repleto de novas vivências e situações - é mais uma parte da realidade humana (Hine, 2004; Schraube & Marvakis, 2016).

Atualmente é notório como a tecnologia vem fazendo cada vez mais parte de nossa realidade, e não é diferente na vida dos estudantes de graduação. Schraube e Marvakis (2016) apontam como a tecnologia na vida cotidiana dos estudantes pode interferir e atrapalhar, mas ao mesmo tempo pode ser um auxílio aos estudos, já que eles têm mais acesso à artigos, livros, entre outras formas de estudo.

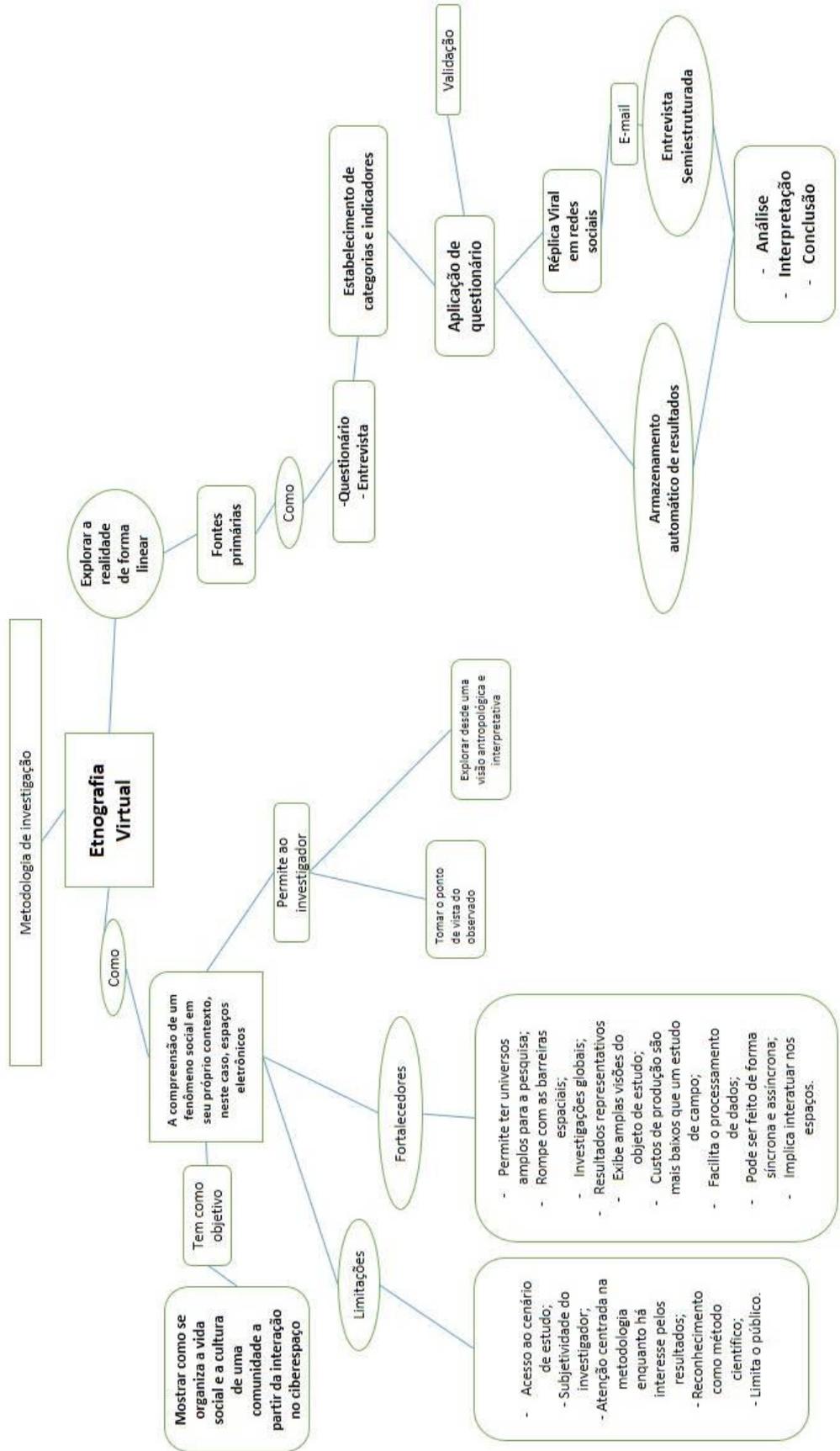
Portanto, essa pesquisa tem inspiração na Etnografia Virtual, doravante EV, também conhecida como *netnografia* ou etnografia online (Hine, 2004; Montardo & Passerino, 2006; Pieniz, 2009; Amaral, 2009; Mercado, 2012). A EV é uma técnica relativamente nova e surgiu por volta de 2000, tendo a internet como fonte de informação para pesquisas já que há a possibilidade de um estudo detalhado das relações e interações criadas e vividas em espaços virtuais, a partir da escrita ou imagem (Mercado, 2012). A EV permite uma exploração da realidade de forma linear, pois garante que todos os dados colocados na web não podem ser deletados (Hine, 2004). Há também dois tipos de fontes de informações: as *fontes primárias*, como entrevistas, observação participante, questionários online e o estado da arte, como *fontes secundárias* como Pesquisa bibliográfica e cibergrafia (Cobos, 2010).

Além disso a EV tem pontos positivos, como apresentado por Hine (2004) e Cobos (2010), como todo o método de coleta de informações e método qualitativo de

pesquisa, podendo ser utilizado como uma pesquisa ação-participante, porém em um campo virtual, pois permite ter universos amplos para a pesquisa, rompendo com as barreiras espaciais, possibilitando, também, investigações globais; apresenta resultados representativos, exibindo amplas visões do objeto de estudo, do sujeito a ser estudado, por exemplo. Além disso, os custos de produção são mais baixos que um estudo de campo, e por estarem conectados em rede, o processamento de dados acontece de forma mais rápida e fácil.

Segundo Cobos (2010), as limitações desse método são a dificuldade de acesso ao cenário de estudo; a subjetividade do investigador; atenção centrada na metodologia enquanto há interesse pelos resultados; reconhecimento como método científico; o fato de limitar o público da pesquisa, já que grande da população mundial não tem acesso à internet, segundo a PNAD (2016): “Penetração da Internet nos países desenvolvidos é de 81%, enquanto nos países em desenvolvimento fica em 40% e, nas nações mais pobres, em 15%”.

No caso dessa pesquisa, utilizaremos a grupos de uma rede social – *Facebook* – para divulgação do questionário online e entrevistas virtuais como técnicas. Na descrição a seguir temos um fluxograma (Figura 2) explicando como foi realizada essa pesquisa tendo a EV como fundamento do método e como método de coleta de informações.



Sobre a questão ética na *Etnografia Virtual*, os autores, Jeffrey, Bradshaw, Twining e Walsh (2010) detalham como seria a defesa pela identidade anônima dos participantes, o que foi realizado nessa pesquisa. Mesmo não se tratando de uma pesquisa presencial, face a face, a ética em pesquisas de etnografia virtual não pode ser desconsiderada, afinal, ainda assim estamos lidando com seres humanos, mesmo que de forma diferenciada. É necessário fazer uma distinção entre as informações difundidas publicamente e as acessíveis ao público, quando nos referimos ao uso de dados *online*. Nesse último tipo, não se faz necessário pedir consentimento de participação, pois nos grupos sociais on-line muitas vezes não são utilizados dados de identificação e sim pseudônimos, garantindo uma autonomia visual e o anonimato. Na etnografia virtual a “simples observação” é uma das práticas mais utilizadas, a fim de deixar o lugar a ser estudado mais espontâneo possível. No entanto, é necessário anunciar nossa presença no grupo para que as pessoas possam escolher entre continuar se manifestando no grupo ou ausentar-se do espaço virtual. Uma etnografia de, na e através da internet pode ser concebida como uma abordagem adaptativa e parcial que se baseia em conexões virtuais ao invés de conexões locais na definição de seu objeto (Jeffrey, Bradshaw, Twining & Walsh, 2010).

2. Cenário de pesquisa

A pesquisa, também, terá como cenários grupos virtuais em uma rede social – o *Facebook*, questionário *online*, e uma sala para realizar as entrevistas. Os grupos virtuais no *Facebook* podem ser divididos em três tipos: o *grupo aberto*, em que qualquer pessoa pode entrar e ver as publicações, mesmo sem a autorização do moderador; o *grupo fechado*, em que qualquer pessoa pode entrar, mas só vê as publicações quem faz parte do grupo, e também é necessária a autorização do

moderador pra entrar nele; e *grupo secreto*, em que só quem sabe da existência do grupo, e é adicionado por alguém dele, que pode ver suas publicações (Ribeiro, 2013).

As interações dentro dos três tipos de grupo variam de acordo com a organização proposta pelo moderador do grupo, ou seja, a pessoa que o criou. Existem grupos que só podem publicar com a autorização do moderador e existem grupos que qualquer pessoa que já faz parte do grupo pode publicar dentro dele. Além disso, os participantes dos grupos podem adicionar pessoas aos mesmos, mas, assim como as interações, alguns grupos precisam de autorização do moderador (Ribeiro, 2013).

No grupo virtual qualquer pessoa pode pedir para entrar e ver seu conteúdo, porém, só quem é do grupo pode ver as publicações existentes nele, é necessária a aprovação do moderador para entrar. A participação nos grupos pode ser de várias maneiras: publicando um assunto em tópico; respondendo um assunto em tópico; adicionando imagens, vídeos e arquivos no grupo; fazendo enquetes; criando eventos (reuniões, festas, entre outros); e curtindo uma publicação. O ato de “curtir” no *Facebook* pode significar que a pessoa concordou com o que está escrito, ou parte do que está escrito, mas isso é critério pessoal e não temos como avaliar. Há uma pessoa que é moderadora do grupo e é ela que aceita o pedido de entrada no mesmo (Ribeiro, 2013).

Já a sala em que as entrevistas virtuais aconteceram é situada nos Laboratórios da Pós-Graduação em Psicologia, entre o prédio da Fisioterapia e a Biblioteca no Campus II da PUC-Campinas. O prédio tem 17 salas, divididas entre os seis grupos de pesquisa. Essa sala contém duas mesas com computadores, além de uma mesa redonda, dois armários de vidro, seis estantes de ferro, três armários de

ferro e um arquivo. Utilizamos um computador pessoal para as entrevistas por “Skype” e, também, o programa “MP3 Skype recorder” para a gravação das entrevistas.

3. Fontes de informação, instrumentos e técnicas

Segundo Paulo Netto (2011), os instrumentos e as técnicas são formas de o pesquisador apoderar-se da matéria e assim, explicitar os resultados a que chegou. Com referência nessa explicação, serão utilizadas as seguintes técnicas de construção de informações – **questionário virtual estruturado** (<https://goo.gl/nV0Vz4>), e **entrevistas em profundidade** com alguns desses estudantes. Um passo a passo da construção metodológica desse trabalho vem a seguir:

1) A pesquisadora criou um questionário virtual estruturado (ANEXO 3) com quatro dimensões para facilitar a análise dos dados posteriormente. Essas dimensões são:

I - *Caracterização do participante*: faixa etária, sexo/gênero, etnia, estado civil, se tem filhos, faixa etária deles, se estão na escola, qual o critério utilizado para conseguir o ProUni, qual a porcentagem de bolsa adquirida, se há outro tipo de bolsa que complementa o ProUni e qual, se tem bolsa permanência, qual a área do curso que faz e o tipo de IES;

II - *Dimensão socioeconômica*: local de nascimento, local de domicílio, se trabalha e em que, que tipo de vínculo profissional ele possui, há quanto tempo está neste trabalho, quantos cômodos têm na casa, se mora com os pais ou em república, se paga aluguel, quantas pessoas vivem em na casa;

III – *Visão do ProUni*: O que acha do Programa Universidade Para Todos, o que acha que é necessário mudar programa de acesso ao Ensino Superior, escreva o que mais gosta no programa, escreva o que menos gosta no programa, escolheu o curso que queria, como vê o critério financeiro exigido pelo ProUni, o que acha que deveria ser o critério para o Ensino Superior, como é a sua vivência na universidade, já foi discriminado em sala de aula por algum colega, qual o motivo, já foi discriminado em sala de aula por algum professor, qual o motivo, como se sente sendo ProUnista.;

IV – *A vida cotidiana*: O que mais gosta de fazer na vida, onde obtém informações para se manter atualizado sobre o que acontece, quais são suas maiores preocupações, o que gostaria de mudar em sua vida, o que espera para o futuro, como define suas condições de vida, que mudanças deseja que aconteçam na sociedade, em sua opinião, o que impede as pessoas de se organizarem e lutarem por seus direitos.

2) Segundo Fraser e Gondim (2004) e Parker (2005), a entrevista em profundidade tem o intuito de obter o maior número de informações para a pesquisa valorizando a palavra e dando voz às pessoas, não cortando a linha de raciocínio do entrevistado e entrevistador por ter que seguir um número certo de questões, dando mais vazão às respostas sem um tempo mínimo especificado para respondê-las. Essa entrevista terá como norte as respostas dos participantes no grupo virtual, a fim de entender a vivência dos estudantes na IES, como e qual é o entendimento deles frente a situações que eles apresentarem ao terem sofrido o preconceito. Realizou-se a entrevista em profundidade com as seguintes perguntas disparadoras:

- a) O que é violência para você?

- b) Já presenciou ou viveu algum caso de violência na universidade?
- c) O que aconteceu depois?
- d) O que deveria ter acontecido?
- e) Como você se sentiu?

Essas perguntas foram escolhidas por serem baseadas nas perguntas disparadoras do projeto ECOAR⁴⁰ do GEP-InPsi, que tem como seu principal objetivo discutir as diversas formas de violência dentro das escolas públicas a fim de preveni-las. A utilização das perguntas disparadoras acima citadas se deu pelo entendimento de que o preconceito é muitas vezes expresso como forma de violência, e, também, pelo fato de que, ao perguntarmos sobre a vivência cotidiana com situações de preconceito de forma direta aos estudantes, muitas vezes a resposta era negativa, porém, ao perguntarmos sobre as situações de violência muitos casos apresentados por eles estavam relacionados com o preconceito, mesmo que não conseguissem identificar isso na hora.

4. Participantes

Participaram da pesquisa 56 estudantes matriculados e ex-ProUnistas de todo o país, que se disponibilizaram em participar da mesma, que sejam maiores de 18 anos. Todos os participantes foram voluntários à pesquisa e poderiam desistir a qualquer momento amparados por seus direitos como garantido pelo comitê de ética.

⁴⁰ O projeto ECOAR tem o objetivo de criar um espaço de ação e reflexão de combate à violência em escolas municipais com crianças do Ensino Fundamental de uma cidade do interior de São Paulo. O projeto faz parte de um projeto universal “Do risco à proteção” que tem o objetivo de identificar indicadores de risco para o desenvolvimento de crianças e adolescentes conhecendo como são as suas famílias e o modo de vida, além de investigar a consciência que eles têm sobre essas condições de vida para então desenvolver um programa protetivo com a participação de pais e comunidade (Guzzo, Ribeiro, Meireles, Nascimento, Pereira, Santos, Feldmann & Teles-Silva, 2015).

Além disso a catalogação dos dados foi feita de forma em que os participantes não sejam identificados.

5. Considerações, Procedimentos Éticos e Riscos da pesquisa

Todas as exigências do Comitê de Ética em Psicologia foram atendidas e a segurança garantida aos participantes, a partir do parecer número: 1754084 aprovado em 30 de setembro de 2016. Portanto, como já dito anteriormente, participaram da pesquisa os estudantes ProUnistas que se interessaram em colaborar com a mesma. Visando sua viabilidade serão entregues a todos os participantes dois Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE, em anexo 2 e 4), um para a participação no questionário e outro para a participação na entrevista virtual, respeitando todos os procedimentos éticos do comitê de ética da PUC-Campinas, via Plataforma Brasil. Os participantes decidiram se desejam ou não participar da pesquisa e puderam desistir de participar a qualquer momento. Os participantes tiveram conservadas sua autonomia, beneficência, não maleficência, justiça e equidade.

Em relação aos riscos da pesquisa, visto que os sujeitos já estão inseridos em uma realidade em que possibilite a propagação e vivência do preconceito e que o ambiente do Ensino Superior é somente mais um onde o preconceito pode ser vivenciado, essa pesquisa se enquadra no Risco Mínimo, de acordo com a resolução 510/16 do CNS sobre pesquisas em CHS aprovada no dia 6 de abril de 2016. Além disso, os participantes foram informados sobre os riscos e danos aos mesmos e sigilo e respeito às pessoas envolvidas e sua privacidade.

6. Procedimento Metodológico

Depois de escolhido o método a ser utilizado, a pesquisadora criou um questionário online como já explicitado no tópico 3.1 (página 93). Importante ressaltar que houve uma validação do questionário pela resposta voluntária de duas (2) estudantes bolsistas do ProUni que fazem parte da mesma IES que a pesquisadora. Esses questionários não foram utilizados para a análise final, somente para uma proposta de método de análise. Então, foi realizada uma busca procurando grupos de *Facebook* com o título “ProUni”, foi pedida à moderação para participar dos grupos e os que aceitaram apresentamos o questionário aos participantes convidando-os para a pesquisa.

No final do questionário convidamos os bolsistas a deixarem algum meio de comunicação para participarem da segunda parte da pesquisa, a entrevista *online*. Foram selecionados apenas os participantes que deixaram o e-mail para contato e após essa seleção enviamos um e-mail convidando-os para a entrevista. Dos bolsistas que responderam a esse e-mail, somente dois tiveram horário disponível e/ou compareceram para a entrevista via Skype. Antes da entrevista a pesquisadora releu os questionários dos dois participantes, a fim de orientá-la para retirar dúvidas, além de utilizar as perguntas disparadoras já descritas acima.

Capítulo III - RESULTADOS – Desatando o nó górdio

*“O dia em que o morro descer e não for carnaval
ninguém vai ficar pra assistir o desfile final
na entrada rajada de fogos pra quem nunca viu
vai ser de escopeta, metralha, granada e fuzil
(é a guerra civil)*

*No dia em que o morro descer e não for carnaval
não vai nem dar tempo de ter o ensaio geral
e cada uma ala da escola será uma quadrilha
a revolução já vai ser de guerrilha
e a alegoria um tremendo arsenal
o tema do enredo vai ser a cidade partida
no dia em que o couro comer na avenida
se o morro descer e não for carnaval*

*O povo virá de cortiço, alagado e favela
mostrando a miséria sobre a passarela
sem a fantasia que sai no jornal
vai ser uma única escola, uma só bateria
quem vai ser jurado?*

Ninguém gostaria que desfile assim não vai ter nada igual

*Não tem órgão oficial, nem governo, nem Liga
nem autoridade que compre essa briga
ninguém sabe a força desse pessoal
melhor é o Poder devolver à esse povo a alegria
senão todo mundo vai sambar no dia
em que o morro descer e não for carnaval.”*

(O dia que o morro descer e não for carnaval, Wilson das Neves, 1996)

Para conseguir uma análise coerente com o método proposto, serão criadas Categorias Universais (Paulo Netto, 2011) visando garantir a análise a partir da totalidade, a contradição e a mediação, já explicados anteriormente. De acordo com cada objetivo proposto nesta tese estão dispostos os dados encontrados, a fim de especificá-los de acordo com cada técnica e assim analisa-los. A conclusão da pesquisa está disposta em frente a cada um desses pontos. Depois da construção dos dados e fazer uma primeira leitura dos dados, a pesquisadora apresentará primeiro os objetivos específicos, e por último o objetivo geral, justamente por ser o foco da pesquisa.

O propósito dessa pesquisa é defender a **tese** de que *o ProUni, ao mesmo tempo em que busca reparar a ausência histórica classe trabalhadora no Ensino Superior brasileiro, acaba por revelar as desigualdades sociais manifestas pelo preconceito nas vivências universitárias*. Para isso, trazemos novamente os objetivos específicos dessa pesquisa para auxiliar na organização e categorização dos resultados dessa pesquisa. O primeiro objetivo específico é **caracterizar estudantes ProUnistas que participaram dessa pesquisa**, ou seja, saber quantos estudantes são, idade, sexo, etnia, classe social e econômica, esse objetivo foi respondido a partir do questionário *online*, nas dimensões I e II (I - *Caracterização do participante*: como o próprio nome já diz, caracteriza o participante da pesquisa, também enquanto bolsista do ProUni; II - *Dimensão socioeconômica*: caracteriza a vida econômica do participante).

E o segundo objetivo específico, **identificar o preconceito vivido e expresso por esses estudantes no cotidiano da universidade**, foi respondido pelas dimensões III e IV (III – *Visão do ProUni*: discorre sobre a visão que tem do Programa Universidade para Todos e as vivências de preconceito dentro do espaço

universitário; IV – *A vida cotidiana*: que discorre sobre questões da vida cotidiana que irão nos auxiliar na análise do processo de consciência dos estudantes), além da entrevista semiestruturada *online*, que tem as seguintes questões norteadoras: O que é violência para você?; Já presenciou ou viveu algum caso de violência na universidade?; O que aconteceu depois?; O que deveria ter acontecido?; Como você se sentiu?. Os objetivos s acima citados foram essenciais para atingir o **objetivo geral** dessa pesquisa que foi identificar e analisar a presença do preconceito nos espaços acadêmicos onde o ProUni está presente.

Além disso, como parte dos resultados dessa pesquisa, temos os dados referentes à Etnografia Virtual como técnica de coleta de informações. Então, foi realizada uma busca procurando grupos de *Facebook* com o título “ProUni”, foram encontrados 100 grupos, somente 53 tinham a ver com o Programa Universidade para todos, porém, somente 10 grupos aceitaram a nossa solicitação para entrar no grupo já que todos eram fechados – apresentados na tabela a seguir.

Tabela 2 - Grupos de <i>Facebook</i> que aceitaram o nosso acesso			
Número de grupos	Nome do grupo	Característica do grupo	Quantidade de pessoas no grupo
1	ENEM ProUni Fies Sisu (OFICIAL)	Fechado	7533
2	ENEM ProUni Sisu Oficial ®	Fechado	57806
3	Facampers Prouni	Fechado	152
4	MEDICINA PROUNI	Fechado	1622
5	PROJETO ENEM MEDICINA 2017_2018 (PROUNI, SISU, FIES)	Fechado	9305
6	PROUNI	Fechado	9623
7	Prouni Puccamp campus 2	Fechado	263
8	Prounis de Campinas	Fechado	60
9	ProUni-SE! PUC-SP	Fechado	1835
10	ProUnistas Mackenzie	Fechado	1526
Total			89725

Porém, cinco (5) grupos – 1, 3, 4, 5 e 10 – aceitaram a nossa participação depois do prazo que estipulamos para a coleta de informações – final de dezembro. Os outros cinco (5) grupos aceitaram no tempo estipulado – 2, 6, 7, 8, 9 – porém, um deles – 2 – não aceitou a publicação da pesquisa dentro do grupo, já que há moderadores para as publicações, então o questionário foi divulgado em quatro grupos de *Facebook*, o que significa que cerca de 12 mil pessoas tiveram acesso à divulgação do questionário. Apesar de teoricamente termos divulgado a pesquisa para quase 12 mil pessoas é importante levarmos em consideração as seguintes ponderações:

- a) As pessoas podem estar em mais de um grupo de *Facebook*, fazendo com que o número de acesso ao questionário seja reduzido;
- b) As pessoas podem selecionar para não receber notificações do grupo, apesar de estarem dentro dele, não tendo sequer visto o questionário;
- c) Por não sermos moderadoras de nenhum dos grupos, nós não tivemos acesso ao número exato de visualizações das postagens que fizemos nos grupos.

Depois de divulgado o questionário nesses grupos de *Facebook*, deixamos o questionário disponível por três (3) meses, outubro a dezembro de 2016, obtendo 59 respostas. Dessas 59 respostas, apenas 56 eram válidas (94,9%), já que duas (2) eram respostas repetidas e uma (1) não aceitou participar da pesquisa. Tendo em vista que recebemos cinco (5) respostas de estudantes ProUnistas já formados, resolvemos aceitar as respostas para podermos comparar as respostas no final dessa pesquisa. Importante explicitar que antes de responder o questionário aparece o termo de consentimento livre e esclarecido – TCLE (em anexo 2) – e, somente depois que a/o participante aceitar participar da pesquisa, é que o questionário aparece. No final do questionário, convidamos as estudantes à participarem da segunda parte da

pesquisa, uma entrevista on-line com o roteiro apresentado anteriormente. Das 56 participantes, 36 deixaram algum tipo de contato (1- telefone; 1 – *Facebook*; 1 – *Facebook* + e-mail; 2 – telefone + e-mail; 31 – e-mail), escolhemos e-mail por ser o tipo de contato que a maioria havia disponibilizado, então, mandamos o convite à 33 participantes do questionário. Apenas 6 participantes do questionário responderam o e-mail, e dessas apenas 3 responderam com o TCLE para a entrevista (Anexo 4), porém, somente duas pessoas compareceram à entrevista marcada. Temos, então, duas entrevistas em profundidade analisadas. Primeiro analisaremos o questionário e em seguida as entrevistas em profundidade.

3.1 Questionário

O questionário, como apresentado anteriormente, é dividido em quatro dimensões (Caracterização do participante; Socioeconômica; Visão do ProUni e A vida cotidiana – perguntas em anexo 3.I a 3.VI). Apresentaremos a seguir a análise quantitativa das duas primeiras Dimensões, e, as duas últimas (Visão do ProUni e a Vida Cotidiana) serão analisadas de forma qualitativa conjuntamente, pois, suas categorias de análise são complementares.

I - *Caracterização dos participantes*

Sexo/Gênero

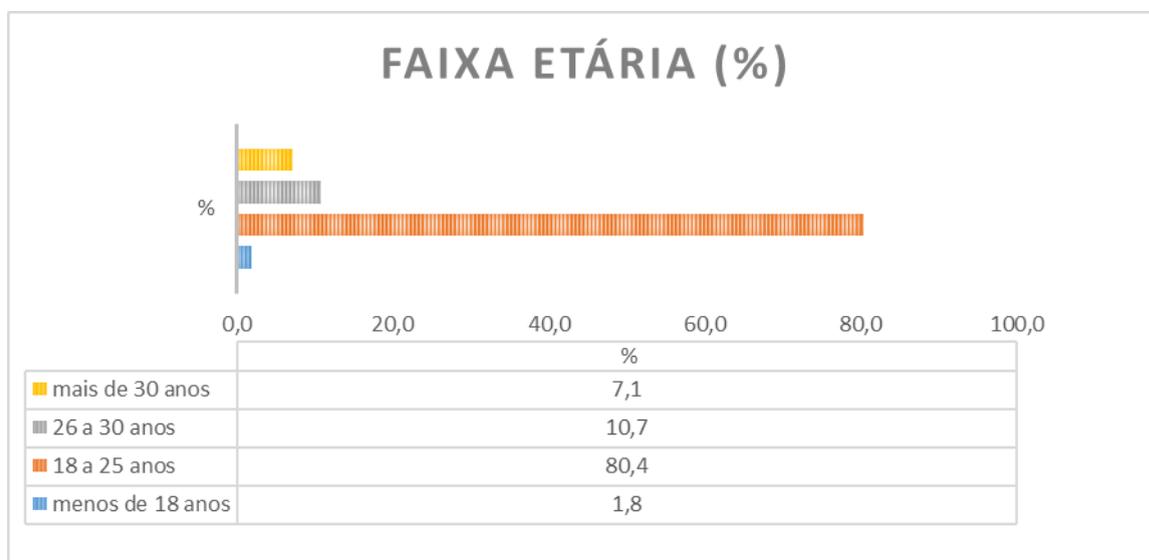
Apresentamos a questão “Como você se apresenta em relação à sexo/gênero” no questionário, justamente por entendermos que essa discussão vem sendo aprofundada por algumas autoras nos meios acadêmicos nos últimos anos (Beauvoir, 1949/1980; Saffioti, 1969/2013; 2004/2015). Por ser uma questão aberta recebemos várias respostas, como *mulher cis*, *feminino*, *masculino*, *homem heterossexual* entre outros, mas a maioria das participantes (87,5%) responderam feminino/masculino para se referenciar ao próprio sexo/gênero, então, por causa da autodefinição nessa pesquisa tivemos **71%** de estudantes **femininos** e 29% masculinos. No SisProUni (2015) há uma caracterização do bolsista por sexo, no ano de 2014, 53% de bolsistas femininos e 47% masculinos. Podemos perceber que na pesquisa, assim como nos dados apresentados pelo SisProUni e, de acordo as pesquisas realizadas sobre o ProUni anteriormente (Costa, 2008; Pereira Filho, 2011; Rocha, 2011; Ribeiro, 2013), a porcentagem de autodenominação feminina é maior que a masculina. Por causa do

maior número de mulheres nessa pesquisa, a partir de agora o trabalho será escrito com o pronome feminino.

Faixa Etária e Estado Civil

Das estudantes que participaram dessa pesquisa, 1,2% eram menores de 18 anos, **80,4%** tinham entre **18 e 25 anos**, 10,7% de 26 a 30 anos e 7,1% maiores de 30 anos, como o gráfico a seguir. Apesar do site oficial do ProUni não apresentar esses dados sobre a faixa etária das estudantes, os dados encontrados nessa pesquisa vão ao encontro de outras pesquisas realizadas anteriormente como a de Costa (2008), Ribeiro e Guzzo (2017), Pereira Filho (2011) e Rocha (2011) em que, na caracterização etária das bolsistas a maior porcentagem é de estudantes com idade entre 18 e 25 anos. Importante levarmos em consideração que de todos os jovens brasileiros dessa faixa etária, somente 17,4% de acordo com o Mapa do Ensino Superior (SEMESP, 2016), estão no Ensino Superior. Um número muito abaixo à proposta inicial do Plano Nacional de Educação que apresenta uma porcentagem de 33% até o ano de 2020. A taxa do PNE para o ano de 2011 é de 17,3%, ou seja, o aumento de 2011 a 2016 foi de apenas 0,1% segundo os dados oficiais do PNAD (SEMESP, 2016).

Gráfico 1 - Faixa Etária das ProUnistas



O site do governo não apresenta nenhuma pesquisa ou caracterização sobre o estado civil dos ProUnistas, ou mesmo outras pesquisas realizadas anteriormente (Costa, 2008; Pereira Filho, 2011; Rocha, 2011; Nogueira, 2013; Karnal, 2015; Mattos & Bovério, 2016; Ribeiro & Guzzo, 2017; Karnal, Monteiro, Santos & Santos, 2017). Nessa pesquisa tivemos 85,7% das participantes solteiras, 5,4% estão vivendo uma relação conjugal, outros 5,4% são casadas e 3,6% são separadas ou divorciadas.

Etnia/Raça

O SisProUni (2015) apresenta um gráfico de acordo com a etnia dos estudantes em que apresenta 45,8% de estudantes brancos, 38,2% de estudantes pardos, 12,6% de estudantes pretos, 1,8% de estudantes amarelos, 0,1% de indígenas e 1,6% não informaram sua autodenominação racial. O SisProUni, como site oficial do governo, utiliza a denominação racial feita pelo IBGE em que há a diferenciação entre pretos e pardos, e os orientais são denominados de amarelos.

Ao contrário da denominação apresentada pelo IBGE, nessa pesquisa, por entendermos que o tema da miscigenação racial no Brasil é amplamente estudado

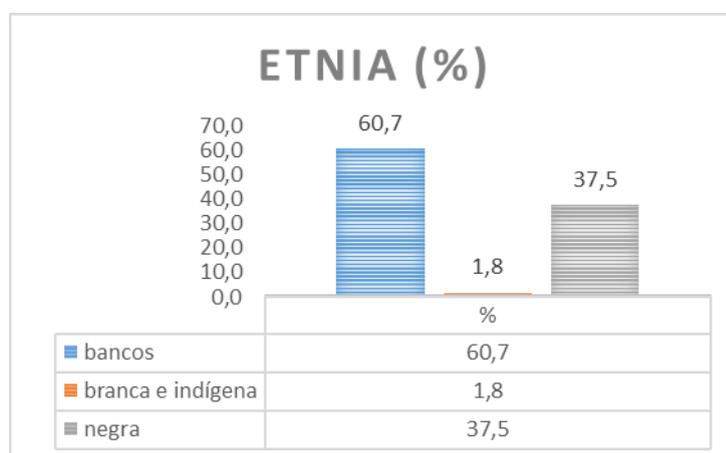
como já apresentado anteriormente, inclusive modificando as opções de autodenominação, apresentamos essas opções aos participantes (*brancos, indígenas, negros, orientais e outros*) sendo que o estudante poderia selecionar mais de uma opção e no quesito outros, eles poderiam escrever como identificavam sua raça/etnia/cor, então, tivemos um resultado amplo (em quantidade) e singular (em significado). Sintetizamos os resultados e utilizamos a denominação de negros – que contém pretos e pardos, brancos, orientais e indígenas, já que alguns participantes responderam que eram pretos e pardos, ou pardos e brancos, por exemplo. Então, **60,7%** dos estudantes que participaram dessa pesquisa se autodenominaram **brancos**, 37,5% se autodenominaram negros e 1,8% se autodenominaram brancos e indígenas. Esses dados vão de encontro ao apresentado pelo SisProUni em 2015, se aplicarmos a junção de pardos e pretos na caracterização oficial feita pelo governo (50,8% negros e 45,8% brancos) e esse resultado pode estar diretamente relacionado ao fato de que 60,5% das pessoas que não tem acesso à internet são negras (PNAD, 2016), e o questionário aplicado para essa pesquisa foi realizado via internet. Porém, os dados obtidos nessa pesquisa comprovam que o número de estudantes negros no Ensino Superior ainda é menor que o de brancos – 12,8% de negros para 26,5% de brancos, apesar de ter dobrado depois das políticas de ações afirmativas realizadas pelo governo nos últimos 10 anos - 2005 a 2015 – antes eram de 5,5% negros e 17,8% brancos (IBGE, 2016).

Uma questão essencial a ser considerada é o racismo estrutural⁴¹ que, ainda existe em nossa sociedade, resultando em uma dificuldade de algumas pessoas se

⁴¹ “A discriminação estrutural, [...], é aquela inerente à ordem social, às suas estruturas e mecanismos jurídicos, a qual tem sido institucionalizada em todos os âmbitos das sociedades e resulta em práticas discriminatórias.” (Arantes, 2007, p.136). Nesse caso, estamos nos referindo ao racismo, já definido na página 61. Também pela existência do racismo estrutural que se fazem necessárias as políticas de ações afirmativas, a fim de conseguirem reparar historicamente essas práticas discriminatórias institucionalizadas (Arantes, 2007).

enxergarem enquanto negros, já que isso resultaria em uma percepção maior do racismo e preconceito que sofrem cotidianamente. Como apresentado na fundamentação teórica, a subjugação pelo preconceito racial dá-se, principalmente, pela colonização e escravidão dos países africanos e sul-americanos, sustentando “uma ideologia da supremacia racial branca, que produz uma série de desigualdades econômicas, políticas, culturais, epistemológicas, identitárias e ecológicas” (Nogueira, 2013, pp.197)

Gráfico 2 – Etnia/Raça das ProUnistas

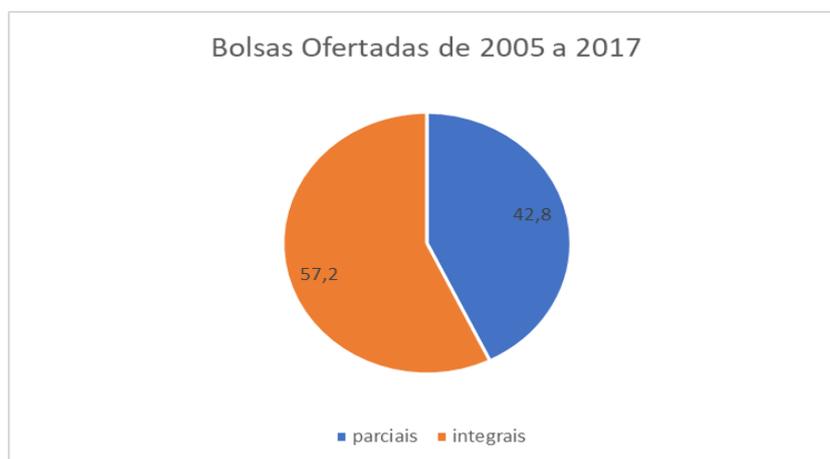


Síntese da caracterização das estudantes enquanto ProUnistas:

A seguir teremos uma síntese com a caracterização das participantes enquanto estudantes bolsistas do ProUni, para as perguntas “Qual o critério utilizado para conseguir o ProUni e qual a porcentagem de bolsa adquirida?” tivemos 12,5% de estudantes que se formaram no Ensino Médio em escola particular comprovando bolsa de estudos integral e 87,5% estudantes de escola pública. Somente 1,8% das participantes conseguiram bolsas parciais do ProUni, enquanto 98,2% conseguiram bolsas integrais. Os dados do gráfico a seguir mostram que assim como na pesquisa

a porcentagem de bolsas ofertadas desde a criação do ProUni em 2005 até 2017 é maior nas integrais que nas parciais – 57,2% bolsas integrais e 42,8% bolsas parciais (SisProUni, 2017; Portal ProUni - ProUni, 2017), apesar da pesquisa essa diferença ser maior.

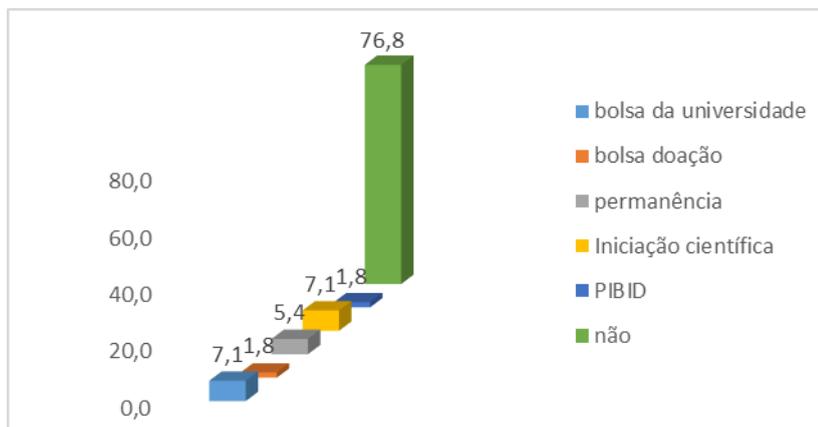
Gráfico 3 - Tipos de Bolsas do ProUni



Como apresentado anteriormente, o ProUni foi criado para dar acesso ao Ensino Superior à camada pobre do país oriunda de escolas públicas, principalmente (Portal ProUni - ProUni, 2017), e de acordo com outras pesquisas (Costa, 2008; Pereira Filho, 2011; Rocha, 2011; Nogueira, 2013; Karnal, 2015; Mattos & Bovério, 2016; Ribeiro & Guzzo, 2017; Karnal, Monteiro, Santos & Santos, 2017) a permanência das estudantes nas IES acontece de forma precária, e esses dados nos instigaram a perguntar às participantes “se elas têm outro tipo de bolsa que complemente o ProUni, qual, e se tem ou não Bolsa Permanência”. De acordo com as repostas do questionário, 83,9% das participantes disseram que não tem bolsa complementar à do ProUni e 16,1% responderam que tem. Porém, quando responderam à pergunta sobre qual tipo de bolsa teria para complementar a do ProUni, os dados que apareceram foram outros. Podemos ver no gráfico a seguir que 76,8% não tem

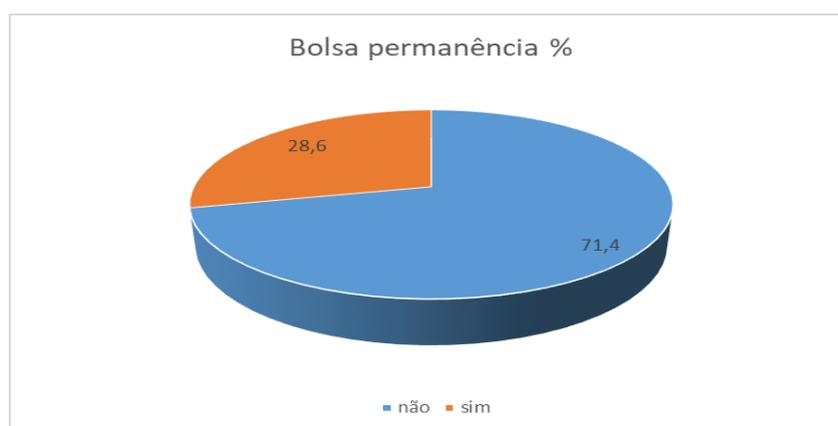
nenhum tipo de bolsa, 7,1% tem Iniciação Científica, outros 7,1% tem PIBID, 5,4% tem a bolsa permanência, 1,8% tem a bolsa doação e 1,8% tem alguma bolsa dada pela instituição de ensino.

Gráfico 4 - Tipos de Bolsas complementares



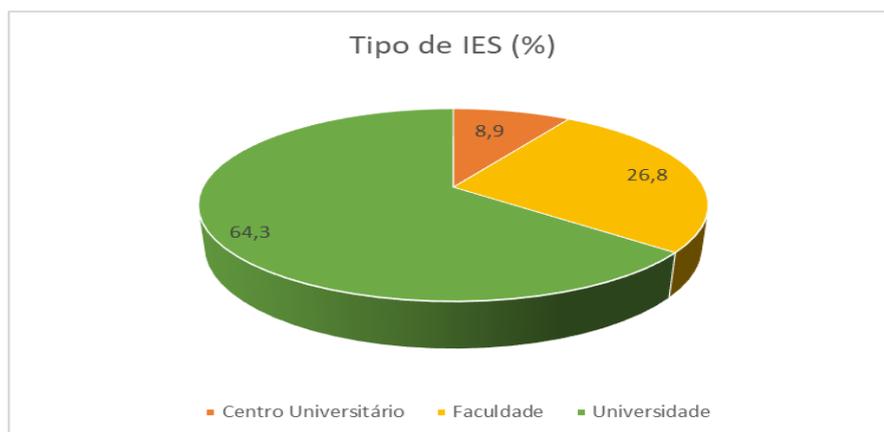
Os dados ainda não batem quando responderam, agora especificamente, sobre a Bolsa Permanência, já que 71,4% das participantes responderam que não tem bolsa permanência e 28,6% responderam que tem. Temos, então, uma disparidade de 5,4% nas respostas negativas em relação à bolsa permanência.

Gráfico 5 - Têm Bolsa Permanência



Sobre as áreas dos cursos em que as participantes estão se formando e quais os tipos de Instituições de Ensino Superior elas estão matriculadas, temos os seguintes resultados: 8,9% estudam em Centros Universitários, 26,8% em Faculdades e 64,3% em Universidades. Se compararmos os dados obtidos nessa pesquisa ao número de IES existentes percebemos que eles não são os mesmos apresentados pelo Censo da Educação Superior, já que as Faculdades são as IES que mais existem no Brasil com 89%, em seguida os Centros Universitários com 7% e por último as Universidades com 4% (Censo da Educação Superior no Brasil, 2016).

Gráfico 6 - Tipo de Instituição de Ensino Superior Privada

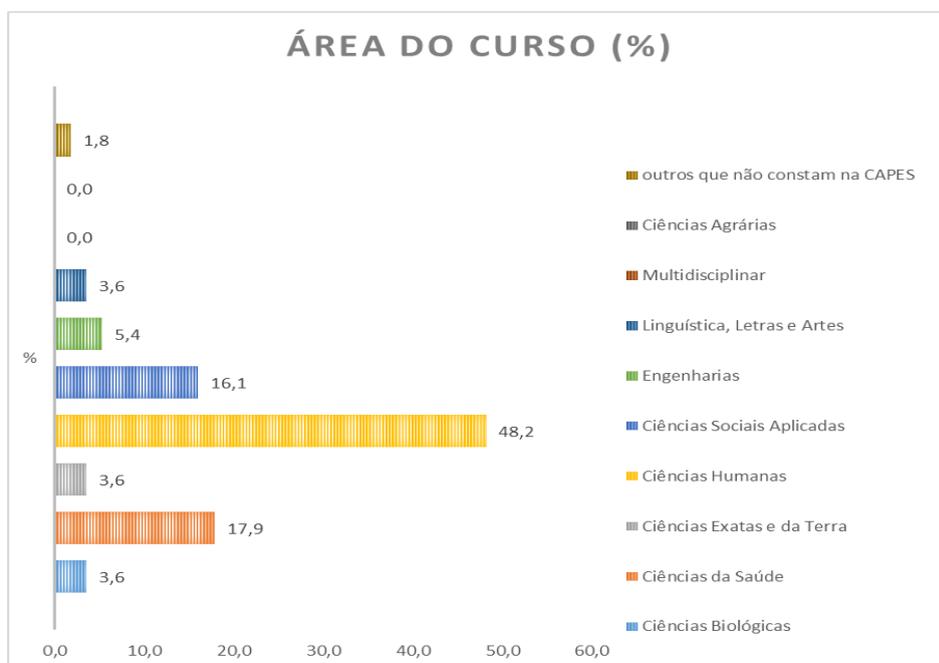


No gráfico a seguir apresentamos a denominação utilizada para a caracterização das áreas de conhecimento⁴² pela CAPES nessa pesquisa, então, a partir dos resultados percebemos que ninguém das áreas *Multidisciplinar* e *Ciências Agrárias* participou da pesquisa, porém das áreas *Ciências Biológicas*, *Ciências Exatas e da Terra e Linguística*, *Letras e Artes* tivemos 3,6% cada, das *Engenharias* tivemos 5,4%, das *Ciências Sociais Aplicadas* tivemos 16,1%, das *Ciências da Saúde* 17,9% e

⁴² Fundação Coordenação De Aperfeiçoamento De Pessoal De Nível Superior (2012). Tabela de áreas de conhecimento pela CAPES. Referência completa página xx.

quase a metade das participantes são de áreas de Humanas (48,2%). Não perguntamos sobre os cursos específicos e quais as IES dos participantes porque não era o propósito dessa pesquisa.

Gráfico 7 - Área do Curso em que se matriculou



Os estudos de Costa (2008), Pereira Filho (2011), Rocha (2011) e Ribeiro (2013), também apresentam que a maioria das bolsistas cursam graduação em *Ciências Humanas* ou *Administração (Ciências Sociais Aplicadas)*, e, como apresentado acima os cursos de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas são respectivamente as primeira e terceira áreas que mais apareceram nessa pesquisa.

II - Dimensão socioeconômica

A fim de entendermos melhor como as relações sociais das estudantes se formaram ao longo de sua existência, perguntamos às elas seu local de nascimento, local de domicílio, se trabalha e em que, que tipo de vínculo profissional ele possui, há quanto tempo está neste trabalho, quantos cômodos têm na casa, se mora com a família ou em república, se paga aluguel.

Então, tivemos como resultado que 87,5% das estudantes *nasceram* na região Sudeste, 7,1% na região Nordeste e o restante (5,4%) das regiões Sul, Centro-oeste e estrangeira, totalizando 1,8% cada região, já da região Norte não tivemos participantes (0%). Ao perguntarmos *onde é a região em que mora atualmente* a configuração se modifica um pouco: a porcentagem de pessoas que moram fora do país continua a mesma (1,8%), assim como a região Norte (0%), porém a Região Sudeste cresce para 92,9%, a região Sul cresce para 3,6%, a região Nordeste cai para 1,8% e a região Centro-Oeste cai para 0%. Percebemos que 5,4% das pessoas que nasceram no Nordeste e Centro-Oeste migraram para a região Sudeste ou Sul. Essa mudança se dá, historicamente, pelo fato da região Sudeste ser a região mais populosa com mais oferta de empregos e maior qualidade de vida se comparada à outros estados que por causa de diversos fatores como a má administração política e econômica do estado, clima muito quente, seca, resultam em mais desigualdades social e econômica e obrigando-os a mudarem para outro estado para mudar de vida – e se possível melhorá-la (Cunha, 2017).

No que concerne à moradia das estudantes, 42,9% tem moradia alugada, 41,1% própria, 14,3% cedida e 1,8% outro tipo. Quanto aos cômodos da moradia, 28,6% tem cinco (5) cômodos, 19,6% têm quatro (4) cômodos na casa, sendo que outras 19,6%

apresentam que têm 6 (seis) cômodos, 16,1% apresentam mais de seis cômodos, 8,9% com apenas dois cômodos e 7,1% das estudantes têm moradia com três (3) cômodos. Se considerarmos uma casa deveria ter no mínimo 4 cômodos (sala, cozinha, banheiro e um quarto) para manter o mínimo de privacidade e dignidade para a família entendemos que 16% das estudantes não têm acesso a isso. Comparando os dois dados acima e já conectando com as respostas da pergunta seguinte (*Se mora com a família ou em república*), vemos que a maioria dos estudantes que responderam que moram em casa própria dividem a casa com a família (42,8%) e o número de habitantes na residência varia de 2 a 5 pessoas. As casas cedidas são 14,2% e as estudantes moram todas com suas famílias sendo que o número de pessoas que moram na residência varia de 2 a 5. Para finalizar as casas alugadas resultam em 25% com as estudantes morando com suas famílias sendo que dividem a residência de 2 a 8 pessoas, e 18% moram em repúblicas em casas alugadas com pelo menos 4 pessoas em casas com mais cômodos.

Em relação ao *trabalho das bolsistas*, tivemos que 60,7% das estudantes não trabalham, enquanto 39,3% trabalham, desses 39,5%, 55% trabalham ou fazem estágios na sua área de formação e 45% não trabalham na sua área de formação, utilizando essa renda pela necessidade de se manter na universidade. Como apresentado anteriormente, na questão “Tem bolsa permanência” 28,6% estudantes responderam que *sim*, na comparação entre as perguntas no questionário vimos que 5,35% trabalham além de receberem o benefício do governo, porém, apesar de um dos critérios para recebimento da bolsa permanência ser que o número de carga horária do curso seja igual ou superior à 6h/diárias, o que impossibilitaria um trabalho regularizado segundo as leis trabalhistas, não há nos critérios de recebimento da

bolsa permanência a proibição de estar trabalhando formalmente (Portal ProUni – Bolsa Permanência, 2017).

III e IV– Visão do ProUni e A vida cotidiana

Para analisarmos as duas últimas partes do questionário (III e IV) utilizamos o método construtivo-interpretativo construído por González-Rey desde 2002, em que pretende entender o desenvolvimento da subjetividade, já que a compreende como um sistema dinâmico e complexo que está inserido no sentido das relações cotidianas resultando nas configurações sociais e psíquicas desse sujeito, e que está em constante mudança. Assim como o desenvolvimento da subjetividade, o método construtivo-interpretativo também é complexo e processual, além disso, o pesquisador precisa dialogar, interpretar e confrontar informações, ou seja, ser um sujeito ativo para construir conhecimentos na e para nossa sociedade complexa (Rossato & Martínez, 2017; González Rey, 2007).

Ao utilizarmos essa metodologia, também fazendo uma relação com a análise a partir do Materialismo Histórico Dialético, portanto, levando em consideração as categorias universal (relacionada ao indivíduo), particular (relacionada à pessoa) e singular (relacionada ao sujeito) (Paulo Netto, 2011),

Após leitura do questionário diversas vezes, organizamos os dados da III e IV partes do questionário em quatro categorias universais de unidades de sentido – **Acesso ao Ensino Superior; Permanência na Instituição de Ensino Superior; Vivência Universitária; e Trabalho/Carreira futura**, sendo que apenas a última delas não aparece na III parte do questionário. Essas categorias foram criadas por serem temas que mais apareceram nas respostas do questionário e algumas delas estão relacionadas entre si.

As duas primeiras categorias **Acesso ao Ensino Superior** e **Permanência na Instituição de Ensino Superior** estão diretamente ligadas às perguntas do

questionário “O que você acha do Programa Universidade Para Todos; O que você acha que é necessário mudar no programa de acesso ao Ensino Superior para pessoas baixa renda?; Escreva o que você mais gosta no programa; Escreva o que você menos gosta no programa; Escolheu o curso que queria? Se não, qual queria? Porque não conseguiu o que escolheu?”. Sendo que, unanimemente, a avaliação sobre o programa é positiva - a participante PQ19 o descreveu como “revolucionário”, por exemplo. Em suma, grande parte das estudantes apresentaram sua vivência para exemplificar a importância do programa, ou seja, que sem o ProUni não teriam condições de pagar uma graduação de qualidade (PQ - 1, 3, 4, 9, 16, 20, 21, 22, 24, 26, 28, 30, 35, 39, 41, 54), outros complementaram que é um excelente programa para inclusão de pessoas pobres, ou baixa renda. Também tivemos respostas foram mais completas em relação à qualidade do programa, e apresentaram que ele “viabiliza acesso aos ensino superior e reparação histórica social” (PQ5), “ótimo meio de inclusão social” (PQ14), “uma maneira de garantir um ensino de qualidade para as pessoas pobres” (PQ8). Assim, percebemos que, de acordo com a avaliação das participantes dessa pesquisa, o objetivo inicial do programa, que é oferecer vagas ao Ensino Superior (Portal ProUni - ProUni, 2017), foi atingido.

Entretanto, importante ressaltar a subcategoria Vagas, pois, nove estudantes apresentaram que desejariam que programa tivesse mais vagas oferecidas às pessoas de baixa renda (PQ – 1, 2, 7, 11, 32, 38, 41, 50, 55), porém, se compararmos com as seis estudantes que não estão realizando o curso que escolheram por falta de vagas (PQ - 15, 31, 32, 48, 49, 50), apenas duas (PQ32 e PQ50) fazem essa consideração por não terem conseguido o curso de sua escolha inicial.

A categoria **Permanência na IES** foi dividida em quatro (4) subcategorias – Acompanhamento Psicossocial, Bolsa Permanência, Burocracia e Critérios de

Avaliação e Manutenção da Bolsa, sendo que a subcategoria Bolsa Permanência (doravante, BP) é a única que apresenta avaliações positivas – a existência da BP - e negativas – como o valor da BP não ser suficiente para manter as estudantes dentro da IES, já que os gastos podem ser superiores à bolsa, principalmente quando há cursos que necessitam de materiais específicos para as matérias, como por exemplo o curso de arquitetura e odontologia. Das 14 estudantes que recebem a BP, seis não citaram o valor como uma problemática para se manterem na IES, mas as outras oito, citaram desde o atraso do pagamento da bolsa (PQ – 1 e 9) até um reajuste, anual (PQ 4), no valor e amplificação dos critérios para receber a BP “(...) a bolsa permanência deveria ter um reajuste e não ser apenas para quem tem faculdade integral (...)” (PQ 41). Assim como PQ 41, outras estudantes também defendem a ampliação da BP para todos os estudantes que conseguirem o ProUni: “A bolsa permanência deveria ir para todos os bolsistas, não só aqueles que tem carga horária integral e seu valor de acordo com o custo de vida” (PQ 44).

Tivemos um caso específico de um funcionário público (PQ 36) que tem a bolsa do ProUni, trabalha e, também, tem a BP. Apesar da BP ser para auxiliar os gastos que o estudante tem no ES, não há no site do ProUni (Portal ProUni – Bolsa Permanência, 2017) nada que impeça um servidor público de recebe-la, os critérios são quase exclusivamente voltados para a carga horária do curso realizado, ou seja, “matriculados em cursos presenciais com no mínimo 6 (seis) semestres de duração e cuja carga horária média seja igual ou superior a 6 (seis) horas diárias de aula” (Portal ProUni – Bolsa Permanência, 2017), em relação aos critérios para encerrar a BP temos:

- encerrar a bolsa do ProUni; transferência do usufruto da bolsa para curso que não se enquadre nos critérios de concessão da Bolsa Permanência; - utilização

dos recursos recebidos pelo estudante para outra destinação que não o custeio de suas despesas educacionais; - constatação de inidoneidade de documento apresentado ou falsidade de informação prestada pelo estudante; - solicitação do estudante beneficiado. (Portal ProUni – Bolsa Permanência, 2017)

Algumas estudantes ainda apresentaram que apesar de não terem uma BP oferecida pelo governo, algumas IES têm, por iniciativa própria, alguns tipos de auxílios para a permanência dos ProUnistas, como bolsa xérox, bolsa alimentação, e em algumas cidades tem o Passe Livre (PQ 16).

Em relação ao Acompanhamento Psicossocial, não houve menção a qualquer tipo de apoio provido pela universidade, mas oito (PQ - 5, 6, 12, 16, 21, 22, 27, 41) delas apresentaram que sentiram falta de “algum tipo de acompanhamento acadêmico/psicológico também seria o interessante” (PQ 41), já PQ 12 apresentou que sentiu “falta de assistência aos alunos ProUnistas. No ano que ingressei na faculdade, me senti como se tivesse sido "jogada" ali”, a mesma avaliação realizada por PQ 22 “Maior apoio da instituição que recebe o aluno. Geralmente somos "jogados" na universidade sem muito amparo e apoio, tanto financeiro quanto social/psicológico”. O acompanhamento acadêmico aos estudantes também foi apresentado por PQ 16 “o suporte inexistente que recebemos na entrada do curso para acompanhar, uma vez que geralmente estamos muito atrás daqueles que fizeram escolas particulares”, apesar de não ser uma função do psicólogo no Ensino Superior.

Como apresentado na fundamentação teórica, pesquisas recentes (Ribeiro & Guzzo, 2017; Marinho-Araújo & Almeida, 2017; Marinho-Araújo, 2016; Bisinoto & Marinho-Araújo, 2015) apresentaram como a presença de profissionais da Psicologia no Ensino Superior é importante, também, para prevenir situações de sofrimento

psíquico como as que podem decorrer frente à vivência universitária – que será apresentada posteriormente, e também garantir a permanência de estudantes bolsistas no Ensino Superior (Ribeiro & Guzzo, 2017). O acompanhamento individual (Guzzo, 2014), ou o que poderia ser a escuta psicológica para Marinho-Araújo (2016) seria mais facilmente implementado se a profissional estivesse no quadro da IES. Para Carvalho e Marinho-Araújo (2009), Bisinoto e Marinho-Araújo (2011), Bisinoto, Marinho-Araújo e Almeida (2011), Bisinoto e Marinho-Araújo (2015), Marinho-Araújo e Rabelo (2015), Marinho-Araújo (2016), Marinho-Araújo e Almeida (2017), o fortalecimento do estudante é papel do Ensino Superior, pois, a partir do exercício político e crítico de sua participação na sociedade serão formados para o processo coletivo de ação e, assim, contribuir para a mudança da realidade. Há algumas ações do psicólogo no Ensino Superior em relação aos estudantes que são importantes e devem ser aplicadas, como o auxílio no trabalho de acompanhamento da trajetória dos estudantes no ensino superior fazendo uma orientação individual e/ou coletiva, encaminhamentos internos e externos, atendimento às famílias e comunidade, entre outras ações.

A subcategoria Burocracia, como já apresentado anteriormente, é a única subcategoria em que os participantes relataram somente algo negativo (PQ 2, 7, 12, 34, 38, 42, 49, 50, 51), desejando, então que a burocracia no processo de admissão das estudantes, ou no processo de manutenção das estudantes fosse menor, ou tivesse mecanismos mais rápidos para facilitar a vida das estudantes. Algumas estudantes apresentaram que o processo burocrático é “Horível” (PQ 1), “TORTURANTE” (PQ 52), “Constrangedor, já que analisam cada centavo que entra e sai das contas bancárias” (PQ 54), “Sinto que estou levando um atestado de pobreza” (PQ 43). Já PQ 21 acrescenta que o processo é

“(…) cansativo, desgastante e muitas vezes *humilhante*. Ficamos à mercê do humor das assistentes sociais e torcendo para escolher aquelas que já sabemos ser mais empáticas. Não há diálogo, apenas a solicitação dos papéis, a conferência dos mesmos, "ameaça" com a falta de alguns e principalmente, incertezas. Passei por esse processo 5 vezes e não houve uma vez se quer que saí em paz. *Todas as vezes estava chorando, angustiada, ansiosa etc. Considero esse processo desnecessário*. A Universidade na qual pertenço é a única na cidade que o solicita anualmente, diferente das outras que só ocorrem no ano em que o aluno irá ingressar. Diante disso, acredito ser uma escolha da mesma realizá-lo incansavelmente” [grifos nossos] (PQ 21)

Essa categoria traz sentimentos expressos pelas participantes que podem ser descritos como sofrimentos sociais segundo Carreteiro (2003), e Sawaia (2008) a complementa que o sentimento e a dor originários pelas injustiças sociais acabam por desvalorizar e humilhar o indivíduo, fazendo com que se sinta envergonhado, como apresentado acima pelas participantes.

Por fim, as respostas de PQ 21 estarão analisadas juntamente com a subcategoria *Acompanhamento Psicossocial* e a subcategoria *Critérios de Avaliação e Manutenção da Bolsa*, que mesmo tendo aparecido apenas nessa resposta, foi considerada importante pelo seu conteúdo:

“Já vi casos de pessoas ABSURDAMENTE ricas usufruindo do programa, bem como de pessoas que ultrapassaram em R\$50,00 o limite da renda familiar

estipulada e perder a bolsa. Outro exemplo seria a padronização dos critérios, por exemplo, conheço Universidades que não exigem quase nada para oferecer as bolsas, assim como tem outras que fazem a manutenção da mesma anualmente. Outra coisa que precisa mudar é a relação candidato-assistente social, que muitas vezes, se aproveitam do poder de decisão que tem nas mãos para "aterrorizar" os candidatos." (PQ 21)

As questões apresentadas por PQ21 foi recorrente na pesquisa realizada por Ribeiro (2013), em que os participantes apresentaram que por terem que fazer a manutenção do ProUni anualmente, todo o processo era extremamente desgastante e gerador de sofrimento psíquico, pois o fato de não serem revelados os critérios pré-estabelecidos pela IES anteriormente, gera ansiedade, insegurança e medo nos estudantes. A análise desses sentimentos será realizada juntamente com a categoria **Vivência Universitária**, a seguir.

Na categoria **Vivência Universitária** tivemos como resultado um misto de respostas negativas e positivas. Essa categoria é essencial para entendermos, inclusive, as contradições apresentadas pelas estudantes durante a pesquisa, pois são analisadas todas as questões do questionário conjuntamente. Importante ressaltar que também nessa categoria alguns casos de preconceito foram apresentados. Ao descreverem como é sua vivência universitária, as estudantes apresentaram em sua maioria (71%) ter uma boa convivência universitária, sem problemas algum, ou "muito boa" (PQ 10), ou não sabiam responder, eram indiferentes à essa realidade. Seis delas (15%) apresentaram que tinham uma boa vivência, porém, percebiam algumas nuances no relacionamento interpessoal dentro das IES, e descreveram situações relacionadas às diferenças financeiras entre as

estudantes (PQ 16, 20, 21, 30, 46, 53), como “finge-se que estamos todos nas mesmas condições, mas qualquer coisa que relacione dinheiro acaba sendo um problema para nós, na verdade” (PQ 16), “Tenho uma boa convivência com colegas que me ajudaram várias vezes em questão econômica e também psicológica, no entanto as vezes eles não compreendem as limitações financeiras”(PQ 20)

“Tem sido bom, mas nem de longe tem sido fácil. É gritante a diferença entre as oportunidades que meus colegas tiveram desde criança viajando pra outros países e eu com quase vinte mal viajei pra outros Estados. Em geral eles nunca trabalharam, aos 18 já dirigem e tem carro próprio, tem lazer periodicamente, por ter como bancar isso. Com os ProUnistas [isso] não ocorre” (PQ 21)

Tivemos ainda 29% das participantes que relataram ter uma vivência solitária e isolada (PQ 2, 27), “Foi de isolamento e desamparo por parte da universidade e dos colegas de classe” (PQ 22), “Pacífica apenas pelo fato de que eu praticamente me escondo pelos cantos da biblioteca” (PQ 34). Quando questionado sobre “como se sente sendo ProUnista” algumas estudantes apresentaram que têm sentimentos negativos quanto à sua situação: inferior, insegura, um pouco excluída, discriminada, deslocada, pobre (PQ 1, 8, 13, 23, 36), porém em sua maioria as estudantes apresentaram que sentem orgulho de si próprias por estarem cursando o Ensino Superior; PQ 5 apresentou “Sinto travando uma luta de classes diária, por conta dos contextos tão diferentes que tenho que lidar todos os dias, mas como ProUnista mesmo, me sinto forte e segura com aquilo que acredito e vim fazer na Universidade”.

Todos esses sentimentos expressos acima pelas participantes podem ser identificados como sofrimentos sociais, já que, segundo Carreteiro (2003)

aqueles que vivenciam o peso social da posição de “indivíduos por falta” têm mais possibilidades de experimentar o sofrimento social, que deixa marcas psíquicas com pouca ou nenhuma visibilidade social, assim o pensamos. Neste ponto, nossa análise se volta a certas dimensões do sofrimento social (humilhação, vergonha, falta de reconhecimento) vivido por categorias subalternizadas e aos efeitos produzidos na dimensão comunitária, social e grupal. (Carreteiro, 2003, pp. 59)

As categorias subalternas descritas por Carreteiro, nada mais são do que a classe pobre e negra, historicamente subjugada por sua condição.

Algumas estudantes apresentaram em sua experiência universitária o preconceito vivenciado cotidianamente, esses relatos foram resgatados na categoria **Vivência Universitária**. Como apresentado na fundamentação teórica, a definição de preconceito que mais se enquadrou na perspectiva crítica que fundamenta essa tese enquanto síntese é *a desqualificação sistemática ou pontual, feita de forma coletiva ou individual, contra um grupo de pessoas ou indivíduo, historicamente, denominado como inferior – classe, etnia, gênero, fisionomia, crença, deficiências físicas e/ou mentais, entre outros –, sendo que sua manutenção é dada a partir dos estereótipos e ideologia do sistema capitalista.*

A partir do conceito, podemos analisar que situações de discriminação por raça e cor, ou seja, racismo, foram presenciadas por 12,5% das participantes da pesquisa (PQ – 3, 9, 16, 18, 20, 22 e 46), e alguns casos nos chamaram mais atenção, como o de PQ9 que apresentou que uma vez passou por três estudantes brancas e uma delas disse em tom provocativo “me sirva escrava”; ou quando um professor fez PQ22

pegar um café para ele, no meio da aula em frente de todos os outros estudantes, sendo que PQ22 era o único negro da sala. PQ22 ainda apresentou que tem medo de sofrer algum tipo de violência por ser gay – foi a única participante que apresentou alguma questão relacionada à homofobia.

PQ46 passou por uma situação semelhante de racismo, porém, realizada por um funcionário de segurança da IES, que não o deixou entrar e questionou diversas vezes se ele realmente era estudante dessa IES. PQ16 trouxe uma questão mais ampla em relação ao racismo, pois apresenta que seus colegas são contra a política de ação afirmativa de cotas para negros e negras, que estariam roubando vagas de quem fez vestibular e pagaria a universidade. Todas essas situações apresentadas pelas estudantes são consideradas racismo, já que historicamente os negros são vistos como submissos, incapazes, conseqüentemente, não pertencentes aos seus direitos como todo ser humano, resultado de anos de exploração e escravidão (Teo, 1999; Nogueira, 2013; 2014; Silveira, 2014). O caso apresentado por PQ22 nos mostra como o professor, mesmo que sem intenção – o que não temos como comprovar nessa situação, viu, no único negro da sala de aula, uma possibilidade de ter algo que queria, visto que o negro é muitas vezes entendido como alguém para lhe servir (autor), como disse a estudante branca à PQ9, chamando à de escrava.

Muitas vezes o racismo é realizado por pessoas de classes sociais semelhantes, como o caso do segurança apresentado por PQ46, ou seja, segundo (Crochík, 1997), reproduz a opressão, no caso o racismo. Segundo o autor, existem dois casos em que o terreno para a propagação do preconceito é fértil, já que não há possibilidade de autonomia de consciência e espontaneidade da experiência do indivíduo: a) ao se identificar demais com sua cultura e não conseguir se diferenciar dela, o indivíduo apenas a *reproduz*, já que não consegue criticá-la ou questioná-la,

não havendo possibilidade de modificá-la; b) ao colocá-la, então, em risco, por não se reconhecer nela de forma alguma, somente contrapondo-a. Nesses dois casos, segundo ainda a interpretação do autor, o preconceituoso torna-se superior à pessoa ou ao grupo alvo de seu preconceito, fazendo com que a onipotência – manifesta ou velada pelo preconceituoso – corresponda à impotência que ele sente ao lidar com os sofrimentos que vem da realidade. Essa ação preconceituosa é resultado da ação sem reflexão, baseada apenas no medo, sendo esse desconhecido (Crochík, 1997).

Ao mesmo tempo que parece óbvia a descrição do preconceito, como descrito por Crochík (1997, 2005, 2011, 2013), entretanto, tivemos uma dificuldade em encontrar conceitos que exemplificassem o preconceito de classe por outros autores, já que o preconceito de classe na maioria das vezes, acontece de forma velada, encoberta, e muitas vezes por causa da ideologia dominante, acaba sendo “questionável”. Martín-Baró (1986/2011) afirma que uma das principais questões historicamente vivenciadas pela população pobre é a opressão social, e é a mesma conclusão que Gonçalves Filho (1998) chega quando discute a *humilhação social*. A humilhação social para o autor é

a humilhação crônica, longamente sofrida pelos pobres e seus ancestrais, é efeito da desigualdade política, indica a exclusão recorrente de uma classe inteira de homens para fora do âmbito intersubjetivo da iniciativa e da palavra. Mas é também de dentro que, no humilhado, a humilhação vem atacar. A humilhação vale como uma modalidade de angústia e, nesta medida, assume internamente – como um impulso mórbido – o corpo, o gesto, a imaginação e a voz do humilhado (Gonçalves Filho, 1998, s/p).

Os autores Svartman e Galeão-Silva (2016) complementam Gonçalves Filho em sua análise sobre humilhação social quando trazem a necessidade de articular a

questão da humilhação social à questão política da compreensão da dominação social. Quando a população pobre é impedida de participar ativamente do governo, de seu trabalho e da cidade em que vive entende-se que esse

impedimento está articulado à desigualdade de classes e às várias formas de preconceito, à maneira pela qual a organização econômica se relaciona à vida política, uma vez que o impedimento de participação nos ambientes de trabalho se apoia na divisão entre patrões e empregados, no trabalho subalterno e desqualificado garantindo a submissão e a desigualdade de poder; e o impedimento de participação na cidade se apoia no seu desenho e funcionamento atualizando constantemente a diferença entre ricos e pobres, entre quem é visto e quem permanece invisível, entre quem desfruta de seus benefícios e quem é incluído marginalmente, na brutal desigualdade no acesso aos direitos e serviços públicos básicos e na maneira pela qual o Estado representa majoritariamente interesses de grupos econômicos dominantes. (Svartman & Galeão-silva, 2016, s/p)

As situações de preconceito de classe foram apresentadas por 27% das estudantes, que vivenciaram ou viram algum tipo de preconceito relacionado à classe (PQ – 3, 7, 11, 13, 14, 18, 22, 24, 25, 27, 30, 34, 44, 43, 52). Segundo Santos (1987), os níveis conceituais de classe apresentados por Marx (o modo de produção, a estrutura social, a situação social e a conjuntura) são apresentadas a partir da realidade concreta, e é justamente com essa perspectiva que conseguimos relacionar as vivências das estudantes e categorizá-las enquanto preconceito de classes e não somente algum tipo abstrato de discriminação. De acordo com PQ23 o preconceito vivenciado é tido como velado, ou seja, não aparente à primeira vista para a maioria das pessoas.

A maioria das estudantes que apresentaram situações de preconceito de classe utilizaram a questão econômica para explicar o sentimento de discriminação e preconceitos vivenciados na IES, como, ser chamada de miserável, ou ter colegas e professores que acham “um absurdo o governo sustentar pobre com bolsas em faculdades” (PQ11) (PQ – 3, 27), não se importando se as ProUnistas têm condições financeiras de comprar os materiais escolares necessários para sua formação. Esse distanciamento da realidade dos pagantes da realidade dos bolsistas intensifica ainda mais as situações de preconceito dentro das IES, já que, um dos “motivos” apresentados por Crochík (1997, 2005) é o estereótipo repassado por aquilo que não se tem conhecimento.

“alunos de renda muito alta não faz amizade com bolsistas e nós também não fazemos questão” (PQ3);

“É difícil "se misturar" com essas pessoas devido ao ritmo e estilo de vida que levam” (PQ4);

“Colegas que olham com discriminação por não possuir a mesma "apresentação pessoal" que eles, além de piadas vindas de professores sobre pessoas pobres/ bolsistas/ nordestinos, enfim...” (PQ24);

“Um dia deram risada de mim porque meu celular era um Nokia. Mas o que mais acontece são os *olhares tortos*. O que mais me marcou foi um professor falando mal do ProUni no meio de uma aula, dizendo que não concordava porque os alunos bolsistas não tinham a mesma qualificação que os demais

(respon-di pra ele que eu era aluna bolsista e que tinha nota 9 de média na matéria dele, ai ele se descul-pou). Também tem os professores que criticam alunos que começam a trabalhar nos primeiros semestres da faculdade, dizendo que serão "burros de carga". Esses professores não tem a menor sensibilidade em pensar que podem ter alunos bolsistas que precisam trabalhar para ajudar em casa, eles apenas enxergam a realidade dos alunos ricos que podem ficar os dois primeiros anos da faculdade só estudando.”
(PQ30)

Infelizmente a incidência de preconceito realizado por docentes das IES é significativa, se levamos em consideração que as ações dos docentes também fazem parte da formação dos novos profissionais, situações de preconceito não deveriam ser recorrentes. Segundo Ribeiro (2013), uma situação semelhante à essas apresentadas pelos participantes dessa tese, aconteceu com uma estudante em que os professores e colegas afirmaram que se ela não tinha dinheiro para cursar a graduação deveria escolher outro curso de menor custo, como pedagogia, após o ocorrido a estudante ficou emocionalmente e psicologicamente abalada e evadiu do curso. Situações preconceituosas como essa são inconcebíveis e contrárias aos princípios do PNE 2011-2020 (MEC – PNE, 2010) e Senado Federal (2017) do País que garantem o respeito às liberdades, e diversidades raciais, econômicas, religiosas e culturais de todos os agentes da educação nacional, além do apreço à tolerância.

Como dito anteriormente os dados da IV parte tem uma categoria, a **Trabalho/Carreira futura**. O intuito da IV Dimensão do questionário era entender a vida cotidiana das participantes, entendendo como elas percebem o mundo, como entendem que as mudanças sociais são necessárias e como almejam atingi-las.

A última categoria **Trabalho/Carreira futura**, somente 9% (PQ – 22, 37, 39, 40 e 50) não mencionaram uma expectativa de melhora de vida – profissional, e principalmente, financeira – por causa do ProUni. Os autores Pires e Varollo (2017) corroboram com a afirmação de que os estudantes do ProUni acreditam que o acesso ao Ensino Superior auxilia na ascensão de vida pós universidade, pois, 91% dos participantes dessa pesquisa (PQ – 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56) citaram que esperam no futuro terem estabilidade financeira, realização profissional, ou simplesmente, ter algum emprego. PQ22 afirma que por conta da crise atual em que o país vive, tem receio de que nada melhore e nem consiga melhorar sua situação financeira.

Somente as participantes PQ22, 37, 39, 40 e 50 (9%) não citaram nada sobre aspirações em relação ao trabalho ou carreira futura, ou seja, 91% das participantes tem a questão financeira e de trabalho como uma preocupação diária, atual e futura. PQ22 trouxe a análise que nessa conjuntura atual – de cortes em investimentos - é bem difícil pensar em um futuro *próspero* para todas e todos. Nessa categoria ainda pudemos encontrar uma subcategoria *Família*, em que 40% das participantes citaram que aspiram melhorar de vida para auxiliar na renda familiar, dar uma aposentadoria decente aos pais.

Na categoria **Visão do ProUni** pudemos captar e analisar o Processo de Tomada de Consciência (PTC), em que todas (100%) as participantes afirmaram querer algum tipo de mudança na sociedade. Isso não necessariamente significa que as participantes apresentaram algum dos dois tipos de consciência descritos por Marx em *O Capital* (1867): *consciência em si* e *consciência para si*. Ao analisar o termo consciência para Marx (Santos, 1987; Guzzo, 2004; Iasi, 2011; Euzébios Filho, 2015,

2016a, 2016b), entende-se que a consciência de classe - *ou a para si* - é quando as pessoas percebem que não há como mudar a realidade somente mudando a si mesmos, precisam de forma coletiva mudar o sistema econômico e social, e entendem também a necessidade de reconhecer no próximo alguém que possa contar para modificar essa situação.

A *consciência em si* é quando, ao viver situações que a façam avançar nesse processo, a pessoa acredita que só de forma individual pode mudar as coisas que não o satisfaz na sua vida cotidiana, ou reformar uma ou outra parte do sistema. A ideologia dominante entra em peso na caracterização dessa forma de consciência, além de tentar garantir que grande parte da população permaneça alienada das mazelas de sua vida (Santos, 1987; Iasi, 2011; Euzébios Filho, 2015, 2016a, 2016b).

Relacionando a teoria acima citada com os dados da pesquisa analisou-se que as estudantes apresentavam duas formas de possibilidade de mudança social: *individual* (representando citações que indiquem a necessidade de mudança individual para a melhora da situação mundial) e *coletivo* (representando citações que indiquem a necessidade de mudança e ação coletiva para a melhora da situação mundial).

Obtivemos ainda que 66% das participantes [PQ – 1, 3, 4, 6, 7, 9, 10, 11, 14, 15, 17, 19, 20, 23, 29, 30, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 55) acreditam que o que impede as pessoas de se organizarem e lutarem por seus direitos são questões individuais, como preguiça, vergonha, individualismo, desinformação (de conhecimento histórico e estudos), intolerância, falta de expectativa de mudança, medo, comodismo, entre outros. Entendemos que as questões apresentadas são individuais pois, pela escrita e descrição das

participantes, somente se eles quisessem, de forma individual, poderiam mudar essa realidade.

Algumas participantes (9% - PQ 2, 8, 13, 18, 54) acreditam que o que impede as pessoas de mudarem sua realidade são questões individuais e coletivas, como falta de consciência política e tempo, “Acho que o sistema cobra demais das pessoas, todos estão cansados demais, são egoístas demais e se contentam demais. A organização e a luta por direitos é uma coisa muito grande, que exige que não nos contentemos com a esmola que nos é dada, mas exige também que tenhamos tempo para pensar e agir sobre isso, só que quando todos estão cansados, ninguém quer pensar ou agir” (PQ54), ou seja, além das questões individuais, como falta de conhecimento, egoísmo, ainda sim, para mudarmos a situação atual precisaríamos mudar também questões coletivas, como organização coletiva das lutas por direitos humanos, por exemplo.

Tivemos, por fim, 25% das participantes (PQ - 5, 12, 16, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 35, 52, 56) que apresentaram que o que as impede mudar a sociedade são questões coletivas, como a ideologia dominante (PQ - 12 e 16), a alienação (PQ – 16 e 21), “A repressão do Estado e a manutenção dos privilégios de poucos sobre a maioria da população” (PQ25), “Opressões da sociedade” (PQ31), “A falta de conhecimento sobre seus direitos, e até mesmo do conceito de direito, o capitalismo de um modo geral tem feito um "ótimo" trabalho, manipulando dados e consciências, perpetuando o discurso meritocrático como fato, ou verdade incontestável” (PQ5), e “Perda de consciência de classe” (PQ28), por exemplo.

Algumas participantes explicitaram em suas respostas análises mais específicas do porque as ações, por não se darem de forma coletiva, acabam resultando no fracasso ou impedimento da mudança social:

Falta de oportunidade e de consciência. Para lutarmos pelos nossos direitos, precisamos ter consciência crítica. Para ter consciência crítica, precisamos de educação. Não temos educação básica de qualidade, então como podemos lutar contra as injustiças sociais? O interesse político no Brasil (tradicionalmente) trabalha de forma sistemática para que não haja distribuição de renda e oportunidades de forma igualitária. (PQ24)

“Acho que em geral as pessoas costumam lutar ou querem lutar por seus direitos. Ocorre que os modos de engajamento nas diferentes lutas e os custos do esforço para sustentar essa luta muitas vezes prepondera e acaba afastando muita gente. Hoje não há uma semântica comum que aglutine interesses e seja capaz de constituir ações organizadas que sejam efetivamente resolutiva das demandas sociais. A linguagem de ação dos movimentos sociais tradicionais tem sido substituída pelos "coletivos" que pipocam por todos os lados. Este é um novo modo de organização das lutas que precisa ser melhor estudado pelos sociólogos. Mas, para além da forma como se dá a luta, importa saber também sobre as condições para lutar e os resultados que os movimentos conquistam. Acho que, muitas vezes, as pessoas deixam de lutar por direitos por falta de condições para sustentar a luta por muito tempo sem conquistar ganhos materiais e simbólicos (em termos de conscientização), ainda que mínimos” (PQ26)

PQ35 acredita que a falta de um líder impede essa organização e mudança social: “Acredito que não há um líder, é necessário que haja alguém para liderar um movimento, sem contar nas divergências de ideias, muitas vezes determinado grupo

tem um interesse em comum, porém as maneiras de chegar no objetivo são diferentes”

Entendemos que o PTC é coletivo, mas também individual, já que é dinâmico e dialético, então pudemos perceber que, principalmente, as participantes apresentaram que o que as impedem de mudar a realidade – de lutar por direitos – são questões coletivas e individuais (PQ 2, 8, 13, 18, 54) e as que apresentaram que são questões coletivas (PQ - 5, 12, 16, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 35, 52, 56) apresentam a forma de consciência de classe – a em si, já que apresentam em suas respostas o entendimento de a mudança social será unitária e coletiva.

As participantes (PQ – 1, 3, 4, 6, 7, 9, 10, 11, 14, 15, 17, 19, 20, 23, 29, 30, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 55) que apresentaram que questões individuais as impedem de mudar a realidade podem ser caracterizadas com a consciência *para si*, quando acredita que só de forma individual pode mudar as coisas que não o satisfaz na sua vida cotidiana.

3.2 Entrevistas em Profundidade

No final do questionário convidamos as participantes a participarem da segunda parte da pesquisa, a entrevista online, e as que se interessaram (36 participantes) deixaram algum contato (31 e-mail; 1 telefone; 1 *Facebook*; 2 telefone e e-mail; 1 *Facebook* e e-mail). Foram selecionados apenas as participantes que deixaram o e-mail (34 pessoas) para contato, e após essa seleção, a pesquisadora enviou um e-mail convidando-as para a entrevista, tendo seis respostas positivas para participação nessa segunda parte. Porém, no segundo contato para marcar a entrevista, somente três participantes responderam, sendo uma delas não pode no prazo inicial estipulado, então duas pessoas participaram da entrevista, aqui denominadas PE1 e PE2 – respectivamente PQ16 e PQ22. Antes da entrevista a pesquisadora releu os questionários das duas participantes, a fim de orientá-la para retirar dúvidas, além de utilizar as perguntas disparadoras já descritas acima.

Esse eixo será dividido em três tópicos, sendo que os dois primeiros serão as sínteses das entrevistas com PE1 e PE2, e em seguida a análise conjunta das entrevistas. A análise das entrevistas foi, também, baseada no método construtivo-interpretativo de González Rey descrito anteriormente. Após a escuta das entrevistas e leitura das anotações sucessivas vezes, foram sintetizadas em duas categorias de análise do questionário - **Permanência na IES e Vivência Universitária**.

I – Síntese da Entrevista de PE1

PE1, ou PQ16, é uma estudante do curso de Psicologia de uma IES comunitária e filantrópica no Estado de São Paulo, estudou em escola privada – de elite – com bolsa integral e por isso conseguiu a bolsa, também integral, do ProUni nessa IES. Moradora da Zona Leste de São Paulo – região periférica nacionalmente conhecida pela grande concentração de população baixa renda da Grande São Paulo, PE1 afirmou que teve boas oportunidades na vida, e por isso conseguiu estudar em escola privada no Ensino Médio; é a única estudante ProUnista LGBT de sua sala. Quando questionado sobre o que é violência para ela, PE1 afirmou que não pretende definir teoricamente a violência, mas seria principalmente a retirada de direitos – desde mais básicos aos mais complexos - de forma arbitrária, “à força”, retirada de dignidade, não só de forma institucional e penal, mas acredita que existem outras formas mais sutis e veladas, e que o preconceito de classe seria uma dessas formas de violência. Para exemplificar, PE1 disse que na universidade sofreu as formas de violência simbólica e afirmou que

“a roupa que você usa é diferente, a sua pele é diferente, os seus dentes são diferentes, a sua unha é diferente, tudo é diferente, tipo. na minha sala, é evidente uma separação clara entre ProUnistas e o resto. Entre esses ProUnistas tem uns pagantes, enfim.. eu tô nesse grupo, evidentemente, e o resto, né? E o resto da sala que isola os ProUnistas, pode ser que seja uma coisa meio, tá, isso não faz diferença nenhuma, pode ser, mas quando você separa assim a sala, quando você coloca um grupo isolado, é de certa forma uma violência, é, de exclusão, assim, sabe? Então esses exemplos são mais,

eu acho que sei pouco nomear, os exemplos de.. violências mais claras, assim..” (PE1)

Ao comentar sobre sua vivência universitária, PE1 disse que desde o primeiro ano se sentiu bem deslocada dentro da IES, e que a maioria dos estudantes pagantes tem muito dinheiro, e se sentia em um ambiente hostil diariamente. Todos os dias sofria com o fato de que, por não haver uniformes padronizados da IES, deveria escolher uma roupa que a encaixasse melhor no ambiente universitário elitizado, porém, percebia grandes diferenças em relação à vestimenta, já que as suas roupas eram compradas no Brás (bairro central em que as roupas são baratas), enquanto seus colegas ricos iam de chinelo, mas um chinelo que custava 1000 reais e com roupas estilosas “todo mundo dizia, nossa como essa pessoa é estilosa, cheirosa” e como iria se comparar com elas sendo que comprou suas roupas no Brás “uma blusinha de 10 reais e uma calça jeans de 50 reais”.

Em seguida, cita uma situação vivenciada com colegas da universidade, mas fora do espaço universitário, e que é bem marcante para ela até hoje, quando foi à uma festa (balada) com um amigo da IES, que é pagante no curso de Psicologia, com um convite VIP (Very Important Person – sigla para Pessoa Muito Importante), ou seja, de graça, inclusive a consumação. A estudante disse que se sentiu deslocada dentro da festa e que em algum determinado momento começou a “chorar loucamente” e se afastou das pessoas e seu amigo, não ProUnista, a perguntou sobre o ocorrido ela respondeu: “Como você quer que eu me sinta, me divirta, se a única pessoa que eu me identifico aqui, é a empregada que está pegando a garrafa de água que você jogou no chão?” Se lembrou que a empregada parecia muito fisicamente com sua mãe, e por isso se sentiu mal e começou a chorar. Na IES acontecem situações semelhantes, já que ela se identifica mais com os funcionários e

empregados da IES que com os próprios estudantes. Sobre essa questão PE1 afirma que não é problema pra ela se identificar mais com quem é funcionário, porém, em um espaço acadêmico não deveria haver essa distinção entre os estudantes e ela, e disse ainda que é uma “questão de classe muito séria”.

Uma outra situação que aconteceu em sala de aula que a incomodou bastante é o fato de que, por praticamente ninguém ser da Zona Leste em sua sala de aula – somente ela e uma bolsista do FIES – seus colegas não entendem que ela passa 1h30 dentro de metrô lotado no horário de pico até chegar à IES, e o mesmo tempo para voltar para casa. Disse ainda que um amigo que mora a 20 minutos da IES reclama diariamente que ele tem que andar esse período de tempo e não suporta mais. Essas situações de falta de empatia por parte de seus colegas a incomoda bastante.

Ao ser questionada se teria como ter alguma ação coletiva a partir do grupo de ProUnistas que existe na IES citado por ela, PE1 afirmou que o coletivo está reinaugurando, e teve uma ação muito pequena, já que a maioria de estudantes do ProUni não são militantes – como ela e os outros estudantes do coletivo ProUni-SE. E ela pretende levar essa discussão para a próxima reunião do coletivo, de ampliar o contato com outros ProUnistas e assim tentar um aumento na permanência estudantil, já que hoje eles têm apenas a gratuidade no “bandejão” da IES (para todos os ProUnistas), e em alguns cursos tem outros tipos de BP como xérox. A cidade de São Paulo tem o Passe Livre para estudantes, e isso já os ajuda muito. PE1 disse que não houve nenhum tipo de acompanhamento pela IES, para nenhum estudante. Percebe que suas colegas bolsistas do ProUni têm muita dificuldade em acompanhar as aulas já que elas fizeram o Ensino Médio Público, e isso resulta em notas mais baixas (não

fazendo-as reprovar), mas no fim todas conseguem passar nas matérias, já que o que “ProUnista faz é estudar pra caramba”.

PE1 afirma que, além das questões de permanência que a IES os auxilia, nas questões de violência sutil citadas por ela no começo da entrevista, como as de opressão de classe a IES não faz nada, e acredita que não tem muito o que possa fazer, já que “tem gente muito rica e tem gente muito pobre”. Traz ainda de forma indignada que, mesmo na Psicologia, seus colegas têm mais interesse em áreas elitizadas – como clínica em psicanálise – do que em “sócio histórica”, e quando há discussões sobre opressão, parece que ninguém se identifica e isso é “de outro mundo”, já que as pessoas de sua sala, em sua maioria, não “mudarão de cor de pele, ou terão roupas mais baratas, ou terão uma pele mais feia”, conclui que as violências que ela sofre só serão resolvidas pela transformação da sociedade, já que a instituição nada poderá fazer, além de auxiliá-la a ter mais dinheiro com BP e isso não a fará sofrer menos opressão cotidianamente. Diz ainda que nos primeiros anos de graduação percebeu que a Psicologia a culpava por todos os problemas que ela sempre achou que eram sociais, como, por exemplo, o fato de que lhe disseram que ela tinha baixa autoestima e por isso não se imaginava indo para Europa algum dia.

Em relação aos sentimentos sobre sua vivência universitária, PE1 afirma que não há uma fala explícita de todos os colegas pagantes de que odeiam ProUnistas (exceto uma estudante que afirmou que odeia pobre e também por isso não se dão bem), mas as outras pessoas de sua sala não a odeiam apesar de que não conseguem ter uma identificação social.

Ainda entre o grupo de ProUnistas (10 pessoas) há diferenciações entre si, como por exemplo raça, gênero, orientação sexual e religião, que as isolam dentro do

grupo de ProUnistas – mesmo dentro desse grupo, ninguém sabe, além dela, como é ser uma pessoa LGBT; ou uma colega que é a única negra ProUnista de sua sala. No começo de sua graduação pensou em largar a faculdade por não se sentir pertencente ao espaço universitário, pois seus colegas eram ricos e acabavam a discriminando de forma sutil, como comentou anteriormente, “o meu andar é diferente, minhas roupas são diferentes, eu sou diferente”, a sua história familiar é diferente de seus colegas, já que é a primeira pessoa da família a entrar na graduação, então, esse sentimento de não identificação é pior com não ProUnistas. O sentimento de hostilidade vivenciado na universidade foi atenuado pelas boas relações de amizade que conseguiu fazer dentro desse grupo de ProUnistas. Porém, PE1 acredita que é muito ruim a fragmentação dentro desse grupo de ProUnistas. Em relação à solidariedade entre os estudantes, pagantes e bolsistas (FIES e ProUni), PE1 afirmou que não há, e que é muito difícil pessoas que não sofrem com a crise se mobilizarem em mudar a sociedade de forma coletiva. Antes de finalizar a entrevista, PE1 respondeu que no seu 3º colegial ao ter contato com professores militantes, conseguiu perceber que era necessário se organizar politicamente e começar a militar pelas causas sociais e direitos de todos. Hoje é militante partidária e essa militância faz parte de sua vida, e é isso que faz sentido para ela: “Tomei partido com orgulho”.

II – Síntese da Entrevista de PE2

PE2, ou PQ22, foi um estudante de Relações Internacionais de IES comunitária e filantrópica no Estado de São Paulo, negro e homossexual, ex-bolsista do ProUni, pois já concluiu sua graduação há quase oito anos, e por sua área ser abrangente, ele não trabalha na área em que se formou. PE2 afirmou que a organização da IES em relação à comprovação de renda e aditamento do ProUni era muito ruim, já que aconteceram algumas vezes de enviarem um e-mail para comparecer à IES no mesmo dia, o que era muito difícil por causa do trabalho e local em que morava. Acredita que algumas informações poderiam ser dadas ao entrarem na IES, mas acabam “descobrimo à pedradas durante o caminho”.

Ao ser questionado sobre o conceito de violência, PE2 afirma que é qualquer tipo de constrangimento pela ação, que seja ligado a alguma relação de poder, e pode ser psicológica, moral, física; ou seja, qualquer tipo de atuação de coesão que tenha consequência negativa para a pessoa que é oprimida. Pode ser consciente ou inconsciente, direta ou indiretamente. De forma geral, PE2 relembra que sempre ouvia algumas “brincadeiras” em relação à sua orientação sexual, e aos LGBT, e lia xingamentos escritos nos banheiros ou grupos de *Facebook*. Como teve época de eleição durante sua graduação, PE2 afirmou que os cursos de humanas sofriam alguns tipos de xingamentos e quase agressões físicas.

De um modo geral, houve uma situação na aula de Teologia que alguns colegas começaram uma discussão sobre serem contra os estudantes ProUnistas, pois eles não pertenciam à IES e como tinham menos conhecimento e inteligência, poderiam diminuir a qualidade do curso. Em relação a situações individuais de preconceito ocorridas com PE2, o único ato que aconteceu foi um professor que pediu para ele

pegar um café no meio da aula. Além disso, eles têm uma percepção diferente do espaço acadêmico, e da figura de autoridade em relação ao professor. Já que percebiam que não parecia haver nenhum tipo de hierarquia entre os estudantes pagantes e os professores universitários, o que era bem diferente com os ProUnistas, como se forem inferiores.

PE2 justificou que, nesse dia, por trabalhar o dia todo, estava bem disperso da aula, e acredita que por isso a maneira que o professor encontrou para chamar sua atenção para a matéria e demonstrar uma certa hierarquia e noção de poder em relação à PE2 foi pedindo que buscasse um café para ele. Esse pedido não se repetiu para nenhum outro estudante e PE2 crê que também por ser o único estudante negro da sala, e esteticamente “chamar mais atenção” por seu jeito de agir. PE2 acredita que foi um caso de racismo, já que era perceptível que ele não pertencia aquele ambiente, pois era negro, estava cansado do trabalho, sua vestimenta era diferente, etc. PE2 apresenta que pode ter sido de forma inconsciente, mas todos os estudantes (ProUnistas ou não) tinham algum problema com esse professor. Além do mais, no primeiro ano de PE2 na IES, a prova do ENEM havia sido roubada, então ele iniciou seu curso um mês depois dos estudantes pagantes, outro motivo em que poderia chamar a atenção do professor.

O estudante afirmou ainda que nenhum tipo de acompanhamento foi realizado pela IES durante sua graduação, nem para acompanhar o caso de racismo, nem para lidar com os novos estudantes no ES, apesar disso, ele sabia que tinha a possibilidade de ter um acompanhamento psicológico clínico se fosse requerido, mas era em horário comercial, o que impossibilitaria sua participação pois trabalhava. Entretanto, PE2 acredita que seria importante que a universidade conseguisse oferecer um acompanhamento aos estudantes ProUnistas: educacional – já que

muitos estudantes vieram de escolas públicas com um ensino defasado; psicológico – para lidar com as adversidades vivenciadas cotidianamente pelos estudantes, pois, por exemplo, ele foi o primeiro ProUnista que entrou na sala dele, depois vieram quatro pelas outras chamadas.

Quando questionado se havia sofrido algum tipo de preconceito por ser homossexual, apesar de não ter sofrido homofobia diretamente, PE2 afirma ter sido atingido por piadas ou brincadeiras generalizadas sobre pessoas LGBT. Só havia uma estudante do FIES em sua sala e PE2 afirmou que os ProUnistas e ela andavam juntos, já que ela era agregada ao grupo de ProUnistas.

Os estudantes ProUnistas se agruparam para lidar com essas adversidades, e “brigaram” para conseguir permanência estudantil – como a bolsa alimentação, já que era muito difícil chegar na universidade sem comer nada o dia todo. A IES ainda não tinha noção do que era direito dos estudantes, e nem eles sabiam até onde poderiam ficar, o que poderiam pedir, acessar. Isso tudo foi realizado com o tempo. Ainda acredita que o grupo foi fundado para que os próprios estudantes se ajudassem, em relação à renovação de bolsa, dúvidas em relação aos cursos, e no fim, acabou sendo para se fortalecerem enquanto bolsistas na universidade. Se sentiu acanhado em agir no começo dentro da universidade, sentia que não se enquadrava naquele espaço e que estava “desperdiçando seu tempo”, esses anos na graduação não foi um período bom pra PE2, e chegou a sentir revolta e “bem pra baixo” pelo que passou na universidade, mas não se arrepende de ter feito faculdade. Afirma não sentir falta dessa época.

No final da entrevista ao ser perguntado sobre quais tipos de encaminhamentos que a universidade poderia ter feito em relação aos estudantes PE2 respondeu algumas possibilidades, sintetizadas a seguir:

- capacitação mínima de professores e administrativo da universidade, para lidar com novo perfil de estudantes;

- suporte aos estudantes (psicológico, educacional e financeiro);

- curso de línguas para os ProUnistas;

- promover a integração entre estudantes pagantes e ProUnistas. Grupos de ProUnistas na sala de aula foi formado e tudo era feito entre eles, desde trabalhos universitários, à vivência fora da universidade, os pagantes não tomavam iniciativa de tentar interagir.

III – Analisando as duas entrevistas

Duas categorias de análise foram retiradas a partir das duas entrevistas e foram nomeadas com os mesmos nomes das categorias do questionário, foram elas: **Permanência na IES** (com a subcategoria Acompanhamento Psicossocial) e **Vivência Universitária**.

As duas pessoas que participaram das entrevistas, por coincidência, são da mesma Instituição de Ensino Superior, tendo então, praticamente a mesma vivência universitária, porém, PE1 ainda é estudante e PE2 já se formou há alguns anos atrás. Essa questão nos faz perceber uma continuidade na vivência universitária com situações de preconceito dentro da IES nos últimos anos, e ao mesmo tempo uma incapacidade – ou mesmo um descaso – em lidar com casos de preconceito e com os bolsistas do ProUni na IES, pois “algumas informações poderiam ser dadas ao entrarem na IES, mas acabam “descobrimo à pedradas durante o caminho” (relato PE2).

A IEs, segundo PE1, não disponibilizou nenhum atendimento psicológico até agora, porém, segundo PE2, a IES disponibilizada se fosse requisitado. Algumas IES que possuem o curso de Psicologia disponibilizam o atendimento clínico psicológico para pessoas de baixa renda, porém, o atendimento psicológico que foi questionado não é o atendimento clínico e sim o acompanhamento individual, como proposto por Guzzo (2014) ou a escuta psicológica proposta por Marinho-Araújo (2016), afinal, esse tipo de acompanhamento se faz necessário em um contexto universitário e escolar, principalmente para lidar com as pressões cotidianas, além de outros sofrimentos psicossociais que podem acontecer na vida dos estudantes – temos a categoria **Permanência na IES – Acompanhamento Psicossocial**.

Continuando a análise da categoria **Permanência na IES**, as estudantes disseram, também, que todas as ações para permanência na IES foram garantidas depois de manifestações dos ProUnistas, em protestos, atos e, por fim, conversas com a direção e reitoria. PE1 afirmou que a bolsa alimentação – a gratuidade para se alimentar no bandeirão da IES – foi garantida há pouco tempo à todos os estudantes.

Os estudantes ProUnistas se agruparam para lidar com essas adversidades, e “brigaram” para conseguir permanência estudantil – como a bolsa alimentação, já que era muito difícil chegar na universidade sem comer nada o dia todo.
(relato PE2)

Aqui percebemos, que o Processo de Tomada de Consciência dos estudantes pode ser analisado, já que os estudantes perceberam que para mudar parte de sua realidade precisariam se organizar coletivamente – consciência de si (Santos, 1987; Iasi, 2011; Euzébios Filho, 2015, 2016a, 2016b). Quando PE1 afirma que participa do coletivo estudantil de ProUnistas e é militante de movimentos sociais e partidários para continuar a luta por direitos, não só para si, mas para todos os bolsistas, e a *consciência de si*, descrita acima.

A categoria **Vivência Universitária** foi trazida pelas duas participantes (PE1 e PE2), tanto para especificar as dificuldades de permanência, já descritas acima, como também para trazer novos elementos, como a dificuldade de acompanhar academicamente o curso.

Percebe que suas colegas bolsistas do ProUni têm muita dificuldade em acompanhar as aulas já que elas fizeram o Ensino Médio Público, e isso resulta em notas mais baixas (não fazendo-as reprovar), mas no fim todas conseguem passar nas matérias, já que o que “ProUnista faz é estudar pra caramba”. (relato PE1)

PE2 acredita que seria importante que a universidade conseguisse oferecer um acompanhamento aos estudantes ProUnistas: educacional – já que muitos estudantes vieram de escolas públicas com um ensino defasado. (relato PE2)

Porém, ao contrário do que foi apresentado por PE1 e PE2, em sua pesquisa Dutra (2017), conclui que os estudantes ProUnistas têm melhor desempenho acadêmico que estudantes pagantes e colocou que isso pode se dar por diversos motivos que ainda serão pesquisados, mas as hipóteses apresentadas nessa pesquisa, foram – pela obrigatoriedade de 75% de frequência e nota dos bolsistas; por serem os primeiros da sua família a cursarem o ES e por isso se esforçarem mais para terminar a graduação; para não perder a oportunidade de estudos e melhorar de vida. Essa diferença entre a informação encontrada na tese e a teoria, pode se dar pelos estudantes não terem um espaço para serem escutados, mesmo que anonimamente, e quando isso acontece, não se sentem à vontade em colocar questões que antes não tinham sido levantadas, como a dificuldade em acompanhar as aulas e matérias específicas.

Por fim, o objetivo central dessa tese, o preconceito foi encontrado nas duas categorias. A entrevista de PE1 trouxe mais detalhes sobre o preconceito de classe, e a de PE2 trouxe detalhes sobre racismo, sendo que as duas apresentaram o medo de sofrer LGBTfobia dentro da IES. Poderemos observar novamente o PTC nas falas sobre preconceito.

Podemos perceber na seguinte passagem do relato de PE2, o preconceito racial sofrido pelo estudante por parte de um professor

[...] o único ato que aconteceu foi um professor que pediu para ele pegar um café no meio da aula. Além disso, eles [os estudantes pagantes] têm uma percepção diferente do espaço acadêmico, e da figura de autoridade em relação ao professor. Já que percebiam que não parecia haver nenhum tipo de hierarquia entre os estudantes pagantes e os professores universitários, o que era bem diferente com os ProUnistas, como se forem inferiores. PE2 justificou que, nesse dia, por trabalhar o dia todo, estava bem disperso da aula, e acredita que por isso a maneira que o professor encontrou para chamar sua atenção para a matéria e demonstrar uma certa hierarquia e noção de poder em relação à PE2 foi pedindo que buscasse um café para ele. Esse pedido não se repetiu para nenhum outro estudante e PE2 crê que também por ser o único estudante negro da sala, e esteticamente “chamar mais atenção” por seu jeito de agir. PE2 acredita que foi um caso de racismo, já que era perceptível que ele não pertencia aquele ambiente, pois era negro, estava cansado do trabalho, sua vestimenta era diferente, etc. PE2 apresenta que pode ter sido de forma inconsciente, mas todos os estudantes (ProUnistas ou não) tinham algum problema com esse professor. Além do mais, no primeiro ano de PE2 na IES, a prova do ENEM havia sido roubada, então ele iniciou seu curso um mês depois dos estudantes pagantes, outro motivo em que poderia chamar a atenção do professor. (relato PE2)

Como apresentado na fundamentação teórica, Teo (1999) apresenta que o racismo individual não pode ser entendido sem um entendimento de como a sociedade é racista, seu contexto, práticas e efeitos na vida das pessoas que sofrem com o preconceito. Justamente por isso, não podemos diminuir a ação do professor,

justificando como sendo algo aprendido socialmente apenas, mas também, fazê-lo refletir sobre essa ação a fim de tentar modificá-la.

Ao descrever parte de suas vivências na universidade PE1 e PE2 trouxeram exemplificações concretas de como o *preconceito de classe* é encoberto, ao mesmo tempo que é tão aparente e visível – consequentemente dialético.

houve uma situação [...] que alguns colegas começaram uma discussão sobre serem contra os estudantes ProUnistas, pois eles não pertenciam à IES e como tinham menos conhecimento e inteligência, poderiam diminuir a qualidade do curso. (relato PE2)

PE2 traz uma descrição do que, no senso comum, a camada pobre da sociedade representa para camada rica – ter menos conhecimento e inteligência. Pierson (1942/1971) traz que as classes tidas como “inferiores” tinham já naquela época uma “caricatura” de analfabetos, insignificantes, “zé povinho”. PE1 traz definições mais concretas das diferenças sociais nas duas passagens a seguir.

A roupa que você usa é diferente, a sua pele é diferente, os seus dentes são diferentes, a sua unha é diferente, tudo é diferente, tipo. na minha sala, é evidente uma separação clara entre ProUnistas e o resto. Entre esses ProUnistas tem uns pagantes, enfim.. eu tô nesse grupo, evidentemente, e o resto, né? E o resto da sala que isola os ProUnistas, pode ser que seja uma coisa meio, tá, isso não faz diferença nenhuma, pode ser, mas quando você separa assim a sala, quando você coloca um grupo isolado, é de certa forma uma violência, é, de exclusão, assim, sabe? Então esses exemplos são mais,

eu acho que sei pouco nomear, os exemplos de.. violências mais claras, assim.

(relato PE1)

PE1 disse que desde o primeiro ano se sentiu bem deslocada dentro da IES, e que a maioria dos estudantes pagantes tem muito dinheiro, e se sentia em um ambiente hostil diariamente. Todos os dias sofria com o fato de que, por não haver uniformes padronizados da IES, deveria escolher uma roupa que a encaixasse melhor no ambiente universitário elitizado, porém, percebia grandes diferenças em relação à vestimenta, já que as suas roupas eram compradas no Brás (bairro central em que as roupas são baratas), enquanto seus colegas ricos iam de chinelo, mas um chinelo que custava 1000 reais e com roupas estilosas “todo mundo dizia, nossa como essa pessoa é estilosa, cheirosa” e como iria se comparar com elas sendo que comprou suas roupas no Brás “uma blusinha de 10 reais e uma calça jeans de 50 reais”. (relato PE1)

Em relação aos sentimentos sobre sua vivência universitária, PE1 afirma que não há uma fala explícita de todos os colegas pagantes de que odeiam ProUnistas (exceto uma estudante que afirmou que odeia pobre e também por isso não se dão bem), mas as outras pessoas de sua sala não a odeiam apesar de que não conseguem ter uma identificação social. (relato PE1)

Ao trazer sua vivência fora da IES, mas com pessoas dela, em um ambiente diferente do seu habitual, PE1 traz seu sentimento de não pertença à uma realidade totalmente diferente de sua classe,

Como você quer que eu me sinta, me divirta, se a única pessoa que eu me identifico aqui, é a empregada que está pegando a garrafa de água que você jogou no chão?. (relato PE1)

e juntamente do sentimento de não pertença, PE1 trouxe um sofrimento social especificando claramente o que Carreteiro (2003) apresenta como sofrimento social - humilhação, vergonha, por exemplo. Também por conta desses sentimentos, podemos identificar a humilhação social trazida por Gonçalves Filho (1998) e Svartman e Galeão-Silva (2016).

O PTC pode ser identificada em diversas passagens do relato de PE1, mas o final da entrevista ficou mais nítida a consciência em si

PE1 respondeu que no seu 3º colegial ao ter contato com professores militantes, conseguiu perceber que era necessário se organizar politicamente e começar a militar pelas causas sociais e direitos de todos. Hoje é militante partidária e essa militância faz parte de sua vida, e é isso que faz sentido para ela: “Tomei partido com orgulho”. (relato PE1)

já que, como apresentado por Santos (1987), Iasi (2011) e Euzébios Filho (2015, 2016a, 2016b), a consciência em si é aparente quando as pessoas se organizam coletivamente para mudar a realidade em que vivem, pois não estão satisfeitos com ela, garantindo assim o fim das opressões – classe, raça, gênero.

Capítulo IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho de doutoramento teve como objetivo identificar e analisar a presença do preconceito nos espaços acadêmicos onde o ProUni está presente, para, a partir da análise apresentada, defender a **tese** de que *o ProUni, ao mesmo tempo em que busca reparar a ausência histórica da classe trabalhadora no Ensino Superior brasileiro, acaba por revelar as desigualdades sociais manifestas pelo o preconceito nas vivências universitárias.*

Em suma, tendo como base as respostas das participantes conseguimos compreender que os seguintes problemas de pesquisa foram respondidos nessa pesquisa, assim como as questões de pesquisa:

- *O ProUni amplia o ingresso dos estudantes baixa renda na universidade, não levando em consideração sua permanência.*

Principalmente pelas categorias **Acesso no ES, Permanência na IES e Vivência Universitária**, pudemos perceber o intuito do programa de dar acesso à camada pobre da sociedade realmente funcionou, mas a BP proposta para mantê-las não é suficiente, sobretudo se levarmos em consideração que a BP não é para todo ProUnista. As próprias estudantes trouxeram algumas possibilidades de mudança pra garantir a permanência dentro da IES e assim intensificar o programa enquanto ação afirmativa.

- *A falta de assistência estudantil é mais um fator para evidenciar o preconceito dentro das IES.*

Quando as estudantes bolsistas do ProUni necessitam comprar algum tipo de material didático, ou material essencial para sua formação, independente da área de atuação, e não conseguem por falta de dinheiro e assistência da IES ou do governo; ao ouvirem de seus colegas e, principalmente, de seus docentes que não deveriam

estar naquele curso, ou até mesmo recebendo formação universitária, por não conseguirem arcar com os custos desses materiais nas IES; ou não deem estar ali por não terem condições de acompanhar as matérias, temos informações suficientes para afirmar que o preconceito – no caso de classe – fica evidente por causa da falta de assistência estudantil.

- O Processo de Tomada de Consciência é influenciado pelo preconceito vivenciado por ProUnistas dentro de Instituições de Ensino Superior.

A seguinte questão de pesquisa “*o preconceito vivenciado cotidianamente dentro da Instituição de Ensino Superior pelo estudante ProUnista tem impacto em sua formação e em sua vida?*” complementa o problema de pesquisa apresentado acima, visto que são os impactos do preconceito na vida cotidiana e na formação que podem estar diretamente ligadas com o avanço ou retrocesso do PTC. fica evidente nos relatos das entrevistas que o PTC pode ser influenciado pelo preconceito vivenciado na universidade. Quando se tem consciência da opressão vivenciada uma das possibilidades de ação para mudança, de forma coletiva, individual ou ambas, como apresentado nos resultados, porém, tendo em vista a dinamicidade do PTC, o indivíduo precisa estar em constante alerta para não cair no fatalismo e acreditar que não adianta tentar mudar a sua realidade, não adianta tentar acabar com as opressões, e conseqüentemente, modificar o sistema. Entendemos, também, que as situações de preconceito vivenciadas cotidianamente pelas estudantes geram no mínimo sofrimento psíquico, e essa situação se agrava quando não tem nenhuma rede de apoio, como também foi relatado nessa pesquisa. Mais argumentos para a criação de um setor de acompanhamento psicológico às estudantes.

Como dito anteriormente, também as questões apresentadas quando pensado esta pesquisa foram respondidas.

- *Como os estudantes reconhecem que estão sendo alvo de preconceitos?*
- *Há alguma ação imediata, ou até mesmo tardia, em relação a essas opressões?*
- *Quais tipos de preconceitos eles conseguem identificar?*
- *O preconceito de classe é um deles?*

Muitas vezes, as estudantes não reconhecem inicialmente que são alvos de preconceito, ou, quando reconhecem tentam minimizar o ocorrido, não por concordarem com a situação, mas por entender que isso já está enraizado em sua vivência e situações como essa acontecerão corriqueiramente. O reconhecimento de ser alvo de preconceito se dá principalmente quando conversam entre si, ou com alguém – aqui pode ser uma rede de apoio institucional, ou informal – para lidar com o sofrimento gerado por esse preconceito. Na maioria das vezes não há ação imediata das estudantes, foi relatado que não agem por saber que essa situação não irá mudar – apresentando fatalismo em suas respostas – ou por sofrerem esse tipo de violência de alguém com uma hierarquia superior, como professores e funcionários que determinariam se continuariam ou não com a bolsa do ProUni.

Em relação aos tipos de preconceito vivenciados pelas estudantes nos chamou a atenção que o preconceito de classe foi o que mais apareceu, seguido do preconceito racial, sendo que na Psicologia os estudos sobre preconceito de classe são, ainda, escassos, ao contrário do preconceito racial.

E aí? Qual o possível papel do psicólogo no Ensino Superior?

Visto que o ProUni acaba por revelar as desigualdades sociais manifestas pelo preconceito nas vivências universitárias enquanto garante somente o acesso ao ES à parte dos jovens brasileiros, baixa renda, de 18 a 24 anos, via ProUni, a partir das respostas trazidas pelas estudantes nessa pesquisa pensamos em algumas

propostas de atuação para o Psicólogo no Ensino Superior, voltadas para os ProUnistas, mas que podem ser ampliadas para toda IES, e suas justificativas.

a) *Fazer um mapeamento sobre os estudantes ProUnistas* – ou mesmo ter acesso ao levantamento do número de ProUnistas na IES, já que, sabemos que algumas IES não disponibilizam abertamente alguns dados, mesmo que genéricos, sobre os bolsistas quando lhe requisitado. Porém, para garantir uma boa atuação do Psicólogo no ES é necessário conhecer as pessoas e questões a serem trabalhadas, portanto, saber minimamente a história e trajetória de vida dos estudantes até o ingresso na IES, através de um mapeamento dos estudantes bolsistas – nesse caso do ProUni – é de suma importância.

b) *Acompanhamento coletivo e individual dos estudantes dentro da IES* – depois de realizado o mapeamento dos estudantes, e sabendo quem eles são, um acompanhamento cotidiano – em um primeiro momento coletivo e em um segundo individual – se faz necessário, já que é a partir desses acompanhamentos que teremos um contato com as questões a serem trabalhadas de forma coletiva, como por exemplo, suporte psicossocial para casos de opressão que aconteçam na IES – visando a prevenção de casos de violência, e a promoção da integração entre estudantes pagantes e ProUnistas;

c) *Orientação e trabalho coletivo com os docentes e funcionários* – uma das questões que os estudantes trouxeram foi a necessidade de capacitação mínima de professores e funcionários, tanto do setor administrativo da universidade quanto dos setores de Assistência Social a fim de lidar com o novo perfil de estudantes da IES.

d) *Orientar os estudantes a procurarem Atendimento Jurídico* – alguns casos que os estudantes trouxeram nessa pesquisa e na pesquisa de mestrado sobre as leis que regem o ProUni e seus direitos não era – e não é – escopo de um Psicólogo do ES, porém, um mínimo entendimento sobre as leis que regem o programa para orientar pela a procura da Defensoria Pública é outra possibilidade.

Essas propostas foram pensadas a partir das reflexões sobre as respostas dessa pesquisa e da pesquisa do mestrado que a antecedeu, além de serem baseadas em parte na atuação da pesquisadora no Projeto ECOAR – criado pela prof^a Dr^a Raquel Guzzo no final de 2013, já citado anteriormente, fazendo as necessárias modificações. Sabe-se que o número de estudantes bolsistas nas IES é grande, mas, o acesso dos estudantes ao Psicólogo no ES é voluntário.

Uma questão que pode se modificar para próxima pesquisa, é a participação no cotidiano dos estudantes a fim de entender melhor sua realidade, além de termos questões a serem pensadas e pesquisadas, como colocado no começo desse tópico, possivelmente em um pós-doutorado, é qual seria o papel do psicólogo no PTC dos ProUnistas? Auxiliá-los a lidar com o preconceito sofrido de forma individual poderia ser uma forma inicial de mostrar a importância da luta coletiva e, conseqüentemente, avançar no PTC? Como os preconceitos de gênero, orientação sexual e raça se conectam com o preconceito de classe e como essa relação influencia no PTC? Como seria uma ampliação dessa pesquisa para outros tipos de bolsistas como FIES, Vestibular Social, Bolsa doação, ou algum outro tipo não especificado nessa pesquisa? É, também, por essas questões que há a necessidade de um aprofundamento no tema, possivelmente para uma próxima pesquisa, interligando o PTC com a teoria da Ciência Marxista do Sujeito de Klaus Holzkamp, visto que a

capacidade de ação – restritiva e generalizada – descritas pelo autor se encaixam bem como uma possibilidade de ação individual e coletiva – consciência para si e em si, como ele retrata em sua obra.

Várias questões levantadas, várias perspectivas em frente a um tema tão pouco debatido e desenvolvido na Psicologia, e nos colocando a importância da inserção do Psicólogo no Ensino Superior Privado, onde atualmente, ele não se encontra.

REFERÊNCIAS

ABEP – Associação Brasileira de Empresas e Pesquisas. (2014). Alterações na aplicação do Critério Brasil, válidas a partir de 01/01/2015. Critério de Classificação Econômica no Brasil.

Agência Brasil (2017, Agosto 21). Inscrições para vagas remanescentes do ProUni vão até a sexta (25). *Governo do Brasil*. Recuperado de <http://www.brasil.gov.br/educacao/2017/08/inscricoes-para-vagas-remanescentes-do-prouni-vaio-ate-a-sexta-25>

Agência do Estado (2017, Setembro 24). Dívida externa estimada é de US\$ 315,267 bi em agosto, diz Banco Central. *Correio Braziliense*. Recuperado de <http://www.correiobraziliense.com.br/>

Almeida, M. A. de. (2009). *Universidade para todos: o PROUNI na visão dos bolsistas de uma instituição de ensino superior*. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Pós-graduação em Educação. Campinas.

Almeida, W. M. de. (2012). *Ampliação do acesso ao ensino superior privado lucrativo brasileiro: um estudo sociológico com bolsistas do ProUni na cidade de São Paulo*. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo. Pós-Graduação em Sociologia. São Paulo.

Almeida, W. M. de. (2015). Os Herdeiros e os Bolsistas do ProUni na Cidade de São Paulo. *Educação e Sociedade, Campinas*, (36)130, 85-100.

Allport, G. W. (1954). *The nature of Prejudice*. NY: Perseus Books Publishing.

Alves Filho, A. (2013). *Manoel Bomfim: combate ao racismo, educação popular e democracia radical*. São Paulo: Expressão Popular.

Amaral, A. (2009). Autonetnografia e inserção online: o papel do pesquisador insider nas subculturas da web. *Revista Fronteiras - estudos midiáticos*. 11(1).

Andrade, C. Y. (2011). *Acesso ao Ensino Superior no Brasil: equidade e desigualdade social. A evolução dos últimos 15 anos*. Grupo de Estudos do Ensino Superior. Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (NEPP) da Unicamp.

Arantes, P. de T. L. (2007). O caso Simone André Diniz e a luta contra o racismo estrutural no Brasil. *Direito, Estado e Sociedade*. 31, 127-149.

Banco Mundial – World Bank. (1989). *World Development Report – 1989*. Washington: Oxford University Press.

Saudosa Maloca, Adoniram Barbosa, 1961

Barone, F. M.; & Sader, E. (2008). Acesso ao crédito no Brasil: evolução e perspectivas. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, 42(6):1249-67.

Bauer, C. (2010). *A classe operária vai ao campus – esboço de história social, trabalho precário, resistência e ousadia na universidade Brasileira contemporânea*. São Paulo: Editora instituto José Luís e Rosa Sundermann.

Beauvoir, S. de. (1949/1980). *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Bisinoto, C., & Marinho-Araújo, C. M. (2011). Psicologia escolar na educação superior: atuação no Distrito Federal. *Psicologia em Estudo*, 16(1), 111-122. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722011000100013> [Links]

Bisinoto, C.; & Marinho-Araújo, C. M. (2015). Psicologia Escolar na Educação Superior: panorama da atuação no Brasil. *Arquivos Brasileiros de Psicologia (Online)*, 67, 33-46.

Bisinoto, C., Marinho, C., & Almeida, L. (2011). A atuação da Psicologia Escolar na Educação Superior: algumas reflexões. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 45(1), 39-55. [Links]

Borges, M. C. de A. (2010). A visão de educação superior do banco mundial: recomendações para a formulação de políticas educativas na América Latina. *Revista RBPAE*, 26(2), 367-375.

CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (2017). Microdados RAIS e CAGED. Recuperado de <http://pdet.mte.gov.br/microdados-rais-e-caged>

- Camino, L. (2000). Psicologia e Direitos Humanos. In Conselho Federal de Psicologia (org). Psicologia, Ética e Direitos Humanos. (pp. 41-65) 2ª edição. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Camino, L.; Silva, P. da; Machado, A. & Pereira, C. (2001). A Face Oculta do Racismo no Brasil: Uma Análise Psicossociológica. *Revista Psicologia Política*. 1 (1), 13-36
- Carmo, E. F.; Chagas, J. A. S.; Figueiredo Filho, D. B. & Rocha, E. C. (2014). Políticas públicas de democratização do acesso ao ensino superior e estrutura básica de formação no ensino médio regular. *Revista brasileira Estudos de pedagogia (online)*, Brasília, 95(240) 304-327
- Carnoy, M. (2017, Agosto 10). *Universities and the state: understanding the expansion of higher education in the BRICS* – slides da apresentação no Seminário “As razões do Agir” na FFLCH – USP.
- Carretero, T. C. (2003). Sofrimentos Sociais em Debate. *Psicologia USP*, 14(3), 57-72.
- Carvalho, C. H. A. de. (2006). O PROUNI no governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao ensino superior. *Educação e Sociedade*. 27(96). Campinas. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302006000300016>
- Carvalho, T. O. de & Marinho-Araújo, C. M. (2009). Psicologia Escolar no Brasil e no Maranhão: percursos históricos e tendências atuais. *Revista semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)*, 1(13), 65-73.
- Catani, A. M.; Hey, A. P.; & Gilioli, R. de S. P. (2006). PROUNI: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior?. *Educar*, Curitiba, 28, 125-140.
- Censo da Educação Superior no Brasil. (2016). Notas Estatísticas. *INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira*. Rio de Janeiro.
- Chauí, M. (1996/1997). Senso Comum e a Transparência. Preconceito: Vários Autores. *Imprensa Oficial do Estado de São Paulo*.

- Cobos, T. L. (2010). Twitter Como Fuente Para Periodistas Latinoamericanos. *Razón Y Palabra*. "Cultura Digital Y Vida Cotidiana En Iberoamérica: Una revisión crítica más allá de la comunicación. Recuperado de www.razonypalabra.org.mx
- Cohen, M. (2017, Outubro 02). Um plano para o Ensino Superior. *Ensino superior*. Recuperado de <http://www.revistaensinosuperior.com.br/um-plano-para-o-ensino-superior/>
- Conselho Federal de Psicologia. (2011). Psicologia e Diversidade Sexual: desafios para uma sociedade de direitos. CFP: Brasília.
- Costa, F. de S. (2008). *Políticas Públicas de Educação Superior – Programa Universidade para Todos: Um olhar dos alunos beneficiários na PUC-SP*. Dissertação de Mestrado em Educação: Currículo. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.
- Crochík, J. L. (1997). *Preconceito, indivíduo e cultura*. 2ª edição. Robe editorial.
- Crochík, J. L. (2005). Preconceito: relações com a ideologia e com a personalidade. *Estudos de Psicologia*, Campinas, 22(3), 309-319.
- Crochík, J. L. (2011). Preconceito e inclusão. *WebMosaica - revista do instituto cultural judaico marc chagall*. 3(1).
- Crochík, J. L. (2013). *Inclusão e Discriminação na Educação Escolar*. Campinas: SP: Editora Alínea.
- Crochík, J. L.; Casco, R., Ceron, M.; & Catanzaro, F. O. (2009). Relações entre preconceito, ideologia e atitudes frente à educação inclusiva. *Estudos de Psicologia*, Campinas. 26(2), 123-132
- Cunha, J. M. P`. da. (2017). Fluxos migratórios e a desigualdade persistente no Brasil. *Le Monde Diplomatique Brasil*. Recuperado de <https://demografiaunicamp.wordpress.com/2017/02/01/fluxos-migratorios-e-a-desigualdade-persistente-no-brasil/>
- Dafermos, M. (2013). Vignette 1: How has critical psychology changed in a changing world? *Annual Review of Critical Psychology*, 10, 4-9. ISSN: 1464-0538

- Doca, G. (2017, Dezembro 27). Depois de sete meses de alta, país perde 12 mil postos de trabalho em novembro. *O Globo*. Recuperado de <https://oglobo.globo.com/>
- Dutra, K. T. (2017). Efeito do ProUni no desempenho acadêmico: uma estimação utilizando Propensity Score Matching. *Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE/IBGE)*.
- Equipe Inclusive. (2011, Março 24). Bolsistas do ProUni sofrem preconceito em universidades. *Inclusive*. Recuperado de <http://www.inclusive.org.br/>
- Escobar, H. (2017, Novembro 08). Governo propõe 25% de corte no orçamento de ciência e tecnologia para 2018. *Estadão On-line*. Recuperado de <http://ciencia.estadao.com.br/>
- Euzébios Filho, A. (2015). Sobre movimentos sociais, cursinhos populares e envolvimento político de estudantes. In Accorssi, A. (Org.). *Distintas faces da questão social desafios para a Psicologia*. Florianópolis: ABRAPSO.
- Euzébios Filho, A. (2016a). Sobre ideologias e programas de transferência de renda no Brasil. *Psicologia & Sociedade*, 28(2), 257-266. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102016v28n2p257>
- Euzébios Filho, A. (2016b). Representação política e movimento estudantil no ensino superior: reflexões sobre uma universidade pública paulista. In Meneguello, C. (Org.). *Universidade, poder e direitos humanos - 1ª ed.* - São Paulo : Cultura Acadêmica
- Fávero, M. de L. de A. (2006). A universidade no Brasil: Das origens à reforma universitária de 1968. *Educar*, 28, 17-36.
- Fernandes, F. (1972). *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Fernandes, F. (1978). *A Integração do Negro na Sociedade de Classes - 2 Volumes*. 3ª edição. Ática.

Ferreira, L. (2011, Março 10). Bolsistas do ProUni dizem ser vítimas de violência. R7. <https://noticias.r7.com/>

FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. (2009). Projeto de Estudo Sobre Ações Discriminatórias no Âmbito Escolar, Organizadas de Acordo Com Áreas Temáticas, a Saber, Étnico-Racial, Gênero, Geracional, Territorial, Necessidades Especiais, Socioeconômica e Orientação Sexual – Relatório Analítico Final. São Paulo. Recuperado de <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/relatoriofinal.pdf>

Foreque, F. (2013, Agosto 04). ProUni rende isenção fiscal de R\$ 4 bi a faculdades. *Folha on line*. Recuperado de <http://www1.folha.uol.com.br/>

Fraser, M. T. D., & Gondim, S. M. G. (2004). Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 14(28), 139-152. <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2004000200004>

Freire, P. (1980). *Conscientização: Teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Moraes.

Freire, P. (1987). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Fundação Coordenação De Aperfeiçoamento De Pessoal De Nível Superior. (2012). Tabela de áreas de conhecimento pela CAPES. Recuperado de http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/TabelaAreasConhecimento_072012.pdf

Georges, R. (2017, Setembro 25). *A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras*. Relatório Oxfam Brasil.

Gennari, E. (2017, Outubro 15). Reforma Trabalhista: quando explorar já não basta.... *Análise Conjuntural*. Brasil.

Glass, R. D. (2012). Entendendo raça e racismo: por uma educação racialmente crítica e antirracista *Revista Brasileira Estudos de Pedagogia, Brasília*, (93)235, 883-913. <http://dx.doi.org/10.1590/S2176-66812012000400017>

Gonçalves Filho, J. M. (1998). Humilhação Social – Um Problema Político em Psicologia. *Psicologia USP*, 9(2) São Paulo. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65641998000200002>

González Rey, F. (2007). *Psicoterapia, Subjetividade e Pós-Modernidade. Uma aproximação históricocultural*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

Guareschi, P. A. (1998). Quantitativo versus Qualitativo: uma falsa dicotomia. *Revista Psico - PUC/RS*, 29(1), 165; 174.

Guzzo, R. S. L. (2004). *Fundamentos para uma Psicologia Crítica da Personalidade*. Sobre Lucien Seve – entrevista realizada por Tod Sloan. Campinas.

Guzzo, R. S. L. (2007a). Psicologia e Educação: Que compromisso? Que relação? In: Bastos, A. V. B.; Rocha, N. M. D. (orgs). *Psicologia: novas direções no diálogo com outros campos do saber*. São Paulo: Casa do Psicólogo. pp.357-378.

Guzzo, R. S. L. (2007b). Reforma Universitária, Universidade Nova e o Futuro da Psicologia. *Texto apresentado no XIVº Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO)*. Rio de Janeiro, RJ. Recuperado de <http://www.abepsi.org.br/portal/wp-content/uploads/2011/07/Artigo-Raquel-Guzzo.pdf>

Guzzo, R. S. L. (2009). Fatalismo, Impotência e Modo de Vida: impacto do poder e da opressão presentes em espaços educativos e comunitários. Projeto de Pesquisa para Bolsa Produtividade - CNPq. Campinas, PUC-Campinas.

Guzzo, R. S. L. (2010). Educação para a Liberdade, Psicologia da Libertação e a Psicologia Escolar: uma práxis pra a Liberdade. In: Almeida, S. F. C. de. (org). *Psicologia Escolar: Ética e competência na formação e atuação profissional*. Campinas, SP: Editora Alínea. 169-178.

Guzzo, R. S. L. (2014). *Consciência e ação diante da violência: desafios para a escola pública e para psicologia*. Projeto para Edital do CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Guzzo, R. S. L.; Ribeiro, F. de M.; Meireles, J.; Nascimento, C. D.; Pereira, M. L. M.; Santos, L. C. L. dos; Feldmann, M.; & Teles-Silva, S. S. G. (2015). *Psicologia na Escola*. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional – folheto).

Guzzo, Ribeiro, Meireles, Nascimento, Pereira, Santos, Feldmann & Teles-Silva

Hine, C. (2004). *Etnografía Virtual*. Barcelona, Editorial: UOC.

Hipólito, O. (2015). Índice de evasão do Ensino Superior do Brasil é de cerca de 21%. *Universia Brasil* Recuperado de <http://noticias.universia.com.br/destaque/noticia/2015/10/06/1132040/indice-evasao-ensino-superior-brasil-cerca-21-inscreva-seminario.html>

Hobsbawn, E. J. (1977/2011). *A Era do Capital, 1848-1875*. São Paulo: Paz e Terra.

Holzkamp, K. (2016). *Ciência Marxista do Sujeito – Tomo I*. Maceió: Coletivo Veredas.

Huberman, L. (2010). *História da Riqueza do Homem: do Feudalismo ao século XXI*. 22ª edição. Rio de Janeiro: LTC.

Iasi, M. L. (2011). *Ensaio sobre consciência e emancipação*. São Paulo: Expressão Popular.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2015). Acesso e Permanência no Ensino Superior. Ministério da Educação e Cultura. Recuperado de <http://portal.mec.gov.br/>

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2016). Censo da Educação Superior 2016. Ministério da Educação e Cultura. Recuperado de <http://download.inep.gov.br/>

IPEA – Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada. (2013). *Brasil em Desenvolvimento 2013: Estado, Planejamento e Políticas Públicas*. Recuperado de <http://www.ipea.gov.br/>

- Jeffrey, B.; Bradshaw, P.; Twining, P. & Walsh, C. (2010). Ethnography, education and on-line research. In: *European Conference of Educational Research, 25-28 August 2010*, University of Helsinki, Finland.
- Karnal, C. L. (2015). Os Fatores de Proteção e Risco para Cursar uma Graduação em Alunos ProUnistas. Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Pós-Graduação em Psicologia Clínica. São Leopoldo.
- Karnal, C. L.; Monteiro, J. K.; Santos, A. S. & Santos, G. O. dos. (2017). Fatores de proteção em estudantes bolsistas do Programa Universidade para Todos. *Psicologia Escolar e Educacional*, SP. 21(3), 437-446. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-3539/2017/021311169>
- Kruppa, S. M. P. (2001). O Banco Mundial e as políticas públicas de educação nos anos 90. In: *24ª Reunião anual da ANPED, Caxambu*. 24ª Reunião anual da ANPED.
- Lacerda Jr., F. & Guzzo, R. S. L. (2011). Sobre o sentido e a necessidade do resgate crítico da Obra de Martín-Baró. In: Guzzo, R. S. L.; Lacerda Jr., F. (Orgs). *Psicologia Social para América Latina: O resgate da psicologia da Libertação*. Campinas, SP: Editora Alínea. 15-37.
- Leher, R. (2004). Para silenciar os campi. *Educação & Sociedade*, 25(88), 867-891. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n88/a11v2588.pdf>
- Lemos, A. R. S. & Guzzo, R. S. L. (2017). Psicologia e ProUni: Uma análise bibliográfica dos últimos 10 anos. *Anais do XXII Encontro de Iniciação Científica – ISSN 1982-0178*
- Lenharo, M. (2010, Novembro 20). Bolsista do ProUni é xingada por colega da PUC. Estadão On-line. <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,bolsista-do-prouni-e-xingada-por-colega-da-puc-imp-,642680>
- Lenharo, M. (2010, Novembro 29). Enfrentar o preconceito: a prova mais difícil do ProUni. Estadão On-line. <http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,enfrentar-o-preconceito-a-prova-mais-dificil-do-prouni,646839>

- Lenharo, M. (2010, Novembro 29). "Para alguns alunos eu deveria ser semianalfabeto". Estadão On-line. <http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,para-alguns-alunos-eu-deveria-ser-semianalfabeto,646840>
- Lenharo, M. (2010, Dezembro 10). ProUni: escolas discutem discriminação. Estadão On-line. <http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,prouni-escolas-discutem-a-discriminacao,652212>
- Lenin, V. I. (1986). O Estado e a Revolução. São Paulo: Editora HUCITEC.
- Lennon, J. (1970). Working Class Hero. Em *John Lennon/Plastic Ono Band*. Londres: Apple Music.
- Lessa, S. & Tonet, I. (2012). *Proletariado e sujeito revolucionário*. São Paulo: Instituto Lukács.
- Löwy, M. (1985). *Ideologia e ciência social*. São Paulo: Cortez.
- Machado, C. de P. (2008). A designação da palavra preconceito em dicionários atuais. *Sínteses (Unicamp)*, 13. Retirado de <http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/sinteses/article/view/831/590>
- Madureira, A. F. do A.; & Branco, A. M. C. U. de A. (2007). Identidades Sexuais Não-hegemônicas: Processos Identitários e Estratégias para Lidar com o Preconceito. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. 23(1), 81-90.
- Manual de publicação da APA. (2012). *Manual de Publicação da American Psychological Association*. Tradução Daniel Bueno – 6ª edição – Porto Alegre: Penso.
- Maar, W. L.(1989). O que é política. Coleção Primeiros Passos – nº 54. Editora Brasiliense.

- Marinho–Araújo, C. M. & Rabelo, M. L. (2015). Avaliação educacional: a abordagem por competências. *Avaliação Campinas; Sorocaba, SP*, 20(2), 443-466. DOI: <http://dx.doi.org/10.590/S1414-40772015000200009>
- Marinho-Araújo, C. M. (2016). Inovações em Psicologia Escolar: o contexto da educação superior. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 2, 199-211.
- Marinho-Araújo, C. M.; & Almeida, L. S. (2017). Abordagem de competências, desenvolvimento humano e educação. *Psicologia: Teoria E Pesquisa (Brasília. Online)*, 32, 1-10.
- Markard, M. (2007). *A crítica como atitude – O psicólogo marxista Klaus Holzkamp*. Traduzido por Raquel Souza Lobo Guzzo.
- Martín-Baró, I. (1985). *La Encuesta de Opinión Publica como instrumento desideologizador. Cuadernos de Psicología*. Universidad del Valle: Cali.
- Martín-Baró, I. (1996). O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia*, 2(1), 7-27. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v2n1/a02v2n1.pdf>
- Martín-Baró, I. (1998). Hacia una psicología de la liberación. In A. Blanco (Org.) *Psicología de la liberación*. Madrid: Trotta.
- Marques, E. P. de S. (2017). Programa Universidade Para Todos – ProUni: Democratização Da Educação Superior?. IV Seminário interinstitucional do projeto - Ensino noturno: acesso a democratização da educação superior. Faculdade de Educação Unicamp. Recuperado de <http://www.histedbr.fe.unicamp.br>
- Marvakis, A. (2011). La psicología (crítica) permanentemente em la encrucijada: sirvientes del poder y herramientas para la emancipación. *Teoría y crítica de la psicología*, 1, 122-130.
- Marvakis, A. (2013). Vignette 2: Historicity of societal organization – historicity of critical psychology. *Annual Review of Critical Psychology*, 10, 10-12. ISSN: 1464-0538

Marx, K. (1867/2017). O capital. Domínio Livre.

Marx, K; & Engels, F. (1848/2008). Manifesto do Partido Comunista. 2ª edição. São Paulo, Brasil: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann.

Mattos, M. J. V. M. de; & Bovério, M. A. (2016). Avaliação do Programa Universidade para Todos (ProUni), segundo a percepção dos beneficiários concluintes. In Mattos, M. J. V. M. de; & Martins, M. I. (Org.). ProUni: Contribuições para a discussão das políticas públicas em Educação Superior no Brasil. Curitiba: Editora CRV.

Mercado, L. P. M. (2012). Coleta de Dados na Pesquisa Qualitativa Online Utilizando a Etnografia Virtual. *Memorias Virtual Educa*, Mexico DF, Mexico. Recuperado de http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/coleta_de_dados_na_pesquisa_qualitativa_online_utilizando_a_etnografia_virtual.pdf

MEC - PNAES (2006) MEC vai muito além do ProUni em busca de inclusão social no ensino superior. Recuperado de <http://portal.mec.gov.br/pnaes/40-perguntas-frequentes-911936531/prouni-1484253965/5305-sp-80371727>

MEC - PNE (2010). Plano Nacional de Educação (2011-2021) - Fórum Nacional de Educação. Recuperado de <http://fne.mec.gov.br/>

MEC – Comissão Nacional de Acompanhamento e Controle Social do ProUni. (2016, Maio 24 e 25). *Carta da Conferência Nacional da Comissão Nacional de Acompanhamento e Controle Social do ProUni*. São Paulo – SP. Recuperado de http://prouniportal.mec.gov.br/images/pdf/Conap/carta_da_conferencia_da_conap.pdf

Michaelis, dicionário. (2009). *Preconceito – Dicionário de português Online*. Recuperado de <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=preconceito>

Mondardo, S.& Passerino, L. (2006). Estudo dos blogs a partir da *netnografia*: possibilidades e limitações. *Revista Novas Tecnologias na Educação* ,4(2), CINTED - UFRGS.

- Neves, W. das. (1996). O dia que o morro descer e não for carnaval. Em *O Som Sagrado de Wilson das Neves*. Brasil: CID.
- Newman, F. (1999). One Dogma of Dialectical materialism. *Annual Review of Critical Psychology*, 1, 83-99. ISSN: 1464-0538
- Nogueira, M. O. G. (2013). Educação, Desigualdade e políticas públicas: A subjetividade no processo de escolarização da camada pobre. Tese (doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Pós-Graduação em Educação: Psicologia da Educação. São Paulo.
- Nogueira, S. G. (2013). Ideology Of White Racial Supremacy: Colonization And De-Colonization Processes. *Psicologia & Sociedade*; 25(n. spe.): 23-32.
- Nogueira, S. G. (2014). Políticas de identidade, Branquitude e pertencimento étnico-racial. In Bento, M. A. da S.; Silveira, M. de J.; & Nogueira, S. G. (Org.). *Identidade, Branquitude e Negritude: contribuições para a psicologia social no Brasil: novos ensaios, relatos de experiência e pesquisa*. (pp. 49-64). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Normas Cnpq (2012). *Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC - Norma Específica*. Brasília. Recuperado em 29 de setembro de 2011
- Parker, I. (1999). Critical psychology: Critical Links. *Annual Review of Critical Psychology*, 1, 3-18. ISSN: 1464-0538
- Parker, I. (2005). *Qualitative Psychology: Introducing Radical Research*. Open University Press: London.
- Parker, I. (2007). *Revolution in Psychology: Alienation to Emancipation*. London: Pluto Press.
- Parker, I. (2009). Psicologia crítica: ¿Qué es y qué no es?. *Revista Venezolana de Psicología Clínica Comunitaria*. 8, 139-159.

- Paula, A. S. do N. de; Lima, K. R. R.; Costa, F. J. F.; & Ferreira, E. L. (2016). A Educação Superior no limiar do governo Lula da Silva (2003- 2010): políticas públicas educacionais nos marcos da reforma universitária. *Revista Em Debate (UFSC), Florianópolis, 15, 69-82, DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/1980-3532.2016n15p69>*
- Paulo Netto, J. (2011). *Introdução ao estudo do método em Marx*. São Paulo: Expressão Popular.
- Pereira Filho, E. da S. (2011). *Perfil dos jovens universitários bolsistas do ProUni: em estudo de caso na UNISINOS*. Tese de doutorado – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de pós-graduação em Ciências Sociais, São Leopoldo, RS.
- Peres, R. (2014). Gato que avanza, perro que ladra [Gravado por Calle 13] Em *Multi Viral* [Mídia de gravação: CD]. Porto Rico: El Abismo (independiente).
- Perez, R.; Cabra, E. & Arcaute, R. I. (2010). La Bala [Gravado por Calle 13]. Em *Entren los que quieran* [Mídia de gravação: CD]. Porto Rico: Sony Music Latin.
- Peña, M. (2008). As Classes Sociais. In: Felipe, W. (org). *As Classes Sociais no Capitalismo*. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann. pp.113 – 120.
- Pieniz, M. (2009). Novas configurações metodológicas e espaciais: etnografia do concreto à etnografia do virtual. *Revista Elementa. Comunicação e Cultura. Sorocaba 1(2)*.
- Pierson, D. (1945). *Branco e Pretos na Bahia: Estudo de Contato Social*. Companhia editora nacional.
- PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio. (2016). Acesso à Internet e à Televisão e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal - 2015. *IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Rio de Janeiro.
- PNUD - United Nations Development Programme. (2016). Human Development Report - 2016. *Human Development for Everyone*. Recuperado de

<http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/RelatoriosDesenvolvimento/undp-br-2016-human-development-report-2017.pdf>

Pinto, J. M. de R. (2002). Financiamento da Educação no Brasil: um balanço do governo FHC (1995-2002). *Educação Social*. (23)80, 108-135.

Pires, A. & Varollo, V. M. (2017). *BOLSA FAMÍLIA E PROUNI: percepções de beneficiários em cursos de licenciatura*. XII SEMINÁRIO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO e o X SEMINÁRIO SOBRE A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO: Políticas Públicas de Educação: caminhos e descaminho.

Portal ProUni – Bolsa Permanência. (2017). *BRASIL/MEC – Ministério da Educação – Programa Universidade para todos*. Lei 11.096. Recuperado de http://prouniportal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=125&Itemid=141.

Portal ProUni – ProUni. (2017). *BRASIL/MEC – Ministério da Educação – Programa Universidade para todos*. Lei 11.096. Recuperado de http://prouniportal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=124&Itemid=140

Prilleltensky, I; & Nelson, G. (2002). *Doing Psychology Critically: making a difference in diverse settings*. New York, NY: Palgrave McMillan

Puff, J. (2016, Outubro 07). “A professora não gostava de pobre”: bolsistas criam página contra preconceito em universidade carioca. *G1*. Recuperado de <http://g1.globo.com/>

Queiroz, R. da S. (1995). *Não vi e não gostei: o fenômeno do preconceito*. São Paulo: Moderna.

Receita Federal. (2017). Normas da Receita Federal. Sistema Normas – Gestão de Informação. Recuperado de <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=81268&visao=original>

- Ribeiro, F. de M. (2013). *Consciência de estudantes ProUnistas sobre sua Inserção no Ensino Superior*. Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências da Vida, Pós-Graduação em Psicologia. Campinas.
- Ribeiro, F. de M., & Guzzo, R. S. L. (2017). Consciência de Estudantes ProUnistas sobre sua Inserção no Ensino Superior. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(2), 418-431. DOI: <https://dx.doi.org/10.1590/1982-3703001472016>
- Rocha, M. A. M. da (2011). *Processo de inclusão ilusória: o jovem bolsista universitário*. Jundiaí: Paco Editorial.
- Rossato, M.; & Martínez, A. M. (2017). A metodologia construtiva-interpretativa como expressão da Epistemologia Qualitativa na pesquisa sobre o desenvolvimento da subjetividade. *Investigação Qualitativa em Educação*, 1.
- Saffioti, H. I. B. (1969/2013). *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular.
- Saffioti, H. I. B. (2004/2015). *Gênero patriarcado e violência*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular.
- Santos, T. dos. (1987). *Conceito de Classes Sociais*. 4ª edição. Petrópolis: Vozes.
- Sampaio, H. (2000). *Ensino superior no Brasil - o setor privado*. São Paulo: Fapesp/Hucitec.
- Sawaia, B. (org). (2008). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 8ª edição. Petrópolis, Brasil: Vozes.
- Schraube, E. & Marvakis, A. (2016). Frozen fluidity: Digital technologies and the transformation of students' learning and conduct of everyday life. In Schraube, E. & Højholt. C. (Eds.), *Psychology and the conduct of everyday life* (pp. 205-225). London: Routledge.
- Schuman, L. V. (2014). Branquitude: a identidade racial branca refletida em diversos olhares. In Bento, M. A. da S.; Silveira, M. de J.; & Nogueira, S. G. (Org.).

Identidade, Branquitude e Negritude: contribuições para a psicologia social no Brasil: novos ensaios, relatos de experiência e pesquisa. (pp.111-126). São Paulo: Casa do Psicólogo.

SEMESP – Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior. (2015). Mapa do Ensino Superior no Brasil 2015. Recuperado de

SEMESP – Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior. (2016). Mapa do Ensino Superior no Brasil 2016. Recuperado de http://convergiacom.net/pdf/mapa_ensino_superior_2016.pdf

SEMESP – Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior. (2017, Novembro 7). Em debate, o futuro do Ensino Superior. *Ensino Superior*. Recuperado de <http://www.revistaensinosuperior.com.br/19-fnesp/>

Senado Federal. (2016). Emenda Constitucional nº 95 - Altera o ato das disposições constitucionais transitórias, para instituir o novo regime fiscal, e dá outras providências. Retirado em 16 de dezembro de 2016 de <http://legis.senado.leg.br/legislacao/DetalhaSigen.action?id=540698>

Senado Federal. (2017). *LDB - Lei de Diretrizes e Bases na Educação Nacional*. Recuperado de http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf

Silva, M. C. M.da, Koike, M., Manezenco, R. & Lacks, S. (2004). *A contra reforma da educação superior. Publicação do Grupo de Trabalho de Política Educação - GTPE/ANDES-SN.* Brasília. Recuperado de http://antigo.andes.org.br/publicacoes/caderno_andes_gtpe.pdf

Silva Neto, W. M. de F., Oliveira, W. A.; & Guzzo, R. S. L. (2017). Discutindo a formação em Psicologia: a atividade de supervisão e suas diversidades. *Psicologia Escolar e Educacional*, SP. 21(3). DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-3539/2017/0213111111>

Silveira, O. (2003). Vinte de Novembro: história e conteúdo. In Silva, P. B. G. e; & Silvério, V. R. (Org.) *Educação e Ações Afirmativas: entre a injustiça simbólica e a*

injustiça econômica. (pp.21-42). Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Silveira, M. de J. (2014). Subjetividade, cultura e educação. In Bento, M. A. da S.; Silveira, M. de J.; & Nogueira, S. G. (Org.). *Identidade, Branquitude e Negritude: contribuições para a psicologia social no Brasil: novos ensaios, relatos de experiência e pesquisa*. (pp. 35-48). São Paulo: Casa do Psicólogo.

SisFies. (2017). Sistema de Financiamento do Estudante. Recuperado de <http://sisfies.mec.gov.br/>

SisProUni – Sistema Informatizado do ProUni (2015). Dados e Estatísticas. Recuperado de: <http://prouniportal.mec.gov.br/dados-e-estatisticas>

SisProUni – Sistema Informatizado do ProUni (2017). Dados e Estatísticas. Recuperado de: <http://prouniportal.mec.gov.br/dados-e-estatisticas>

Sloan, T. (2013). Activist Support as a Form of Critical Psychology Praxis. *Annual Review of Critical Psychology*, 10, 952-963.

Stange, M. S. & Bassani, S. D. (2009). *Preconceito Racial*. Trabalho da disciplina Computação de Sociedade da Universidade Federal do Espírito Santo.

Svartman, B. P. & Galeão-Silva, L. G. (2016). Comunidade e Resistência à Humilhação Social: Desafios para a Psicologia Social Comunitária. *Revista Colombiana de Psicología*, 25(2). DOI: <http://dx.doi.org/10.15446/rcp.v25n2.51980>

Teo, T. (1999). Methodologies of critical psychology: illustrations from the field of racism. *Annual Review of Critical Psychology*, 1, 119-134.

Toledo, L. F. (2016, Junho 08). Só 8 grupos concentram 27,8% das matrículas do ensino superior. *Estadão On Line*. Recuperado de <http://educacao.estadao.com.br/>

Vandré, G. (1968). Pra não dizer que não falei das flores [Gravado por Geraldo Vandré]. In *Geraldo Vandré no Chile* [LP – lado A]. Chile: Banco Benvirá. (1969).

Yamamoto, O. H. (2003). Questão social e políticas públicas: revendo o compromisso da Psicologia. In Bock, A. M. B. (org.) *Psicologia e Compromisso Social*. (pp. 37-54). São Paulo: Editora Cortez.

ANEXOS

1 – Carta Convite para Questionário

Olá bolsista do ProUni!

Convidamos você a participar de uma pesquisa direcionada às e aos estudantes ProUnistas. Esta pesquisa está sendo conduzida por uma estudante de doutorado da Pontifícia Universidade Católica de Campinas - SP. A pesquisa busca identificar e analisar o impacto do preconceito (se houver) e a influência deste na consciência que os estudantes tem de si e de sua vida (quando houver). Sabendo-se que há poucos estudos relacionando preconceito vivenciados pelos ProUnistas esse estudo pretende discutir de forma crítica e reflexiva essa relação, e, além disso, pretende-se apresentar formas de combater o preconceito, visto que um dos papéis do psicólogo é fortalecer os sujeitos para que se emancipem e construam a mudança necessária da sociedade em que vivemos.

A participação nesta pesquisa é voluntária e anônima. Suas respostas serão combinadas com outras e nenhuma informação de identificação pessoal será gravada. Respostas honestas e completas são cruciais para tornar os resultados da pesquisa uma representação precisa das experiências dos estudantes ProUnistas. A pesquisa levará cerca de 15-20 minutos para ser concluída e permanecerá aberta até 10 de outubro de 2016.

Para participar desta pesquisa, ou para saber mais sobre este estudo, basta clicar no link abaixo:

<https://goo.gl/nV0Vz4>

Se você tiver dúvidas antes ou depois de sua participação, envie um e-mail para flavia.mr2@puccampinas.edu.br.

Sinta-se livre para compartilhar este link com outras pessoas que possam estar interessadas em participar desta pesquisa.

Desde já obrigada!

Me. Flávia de Mendonça Ribeiro
Pesquisadora
Dra. Raquel Souza Lobo Guzzo
Orientadora

2 – TCLE para Questionário

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para o Questionário

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa que é a tese de doutorado de Flávia de Mendonça Ribeiro no Curso de Pós-Graduação em Psicologia da PUC-Campinas sob orientação da Profa. Dra. Raquel Souza Lobo Guzzo. Trata-se de um trabalho cujo objetivo é identificar e analisar o impacto do preconceito (se houver) e a influência deste na consciência que os estudantes bolsistas do ProUni têm de si e de sua vida (quando houver). Sabendo-se que há poucos estudos relacionando preconceito vivenciados pelos ProUnistas esse estudo pretende discutir de forma crítica e reflexiva essa relação, e, além disso, pretende-se apresentar formas de combater o preconceito, visto que um dos papéis do psicólogo é fortalecer os sujeitos para que se emancipem e construam a mudança necessária da sociedade em que vivemos.

A participação nesta pesquisa é voluntária e anônima, e durará no máximo 20 minutos. Suas respostas serão combinadas com outras não havendo sua identificação na divulgação dos resultados da pesquisa. Respostas honestas e completas são cruciais para tornar os resultados da pesquisa uma representação precisa das experiências dos estudantes ProUnistas. Por isso, estaremos à sua disposição para esclarecer suas dúvidas ou para conversar sobre o conteúdo dos registros, quando, e, se você assim desejar. Por ser uma pesquisa online, uma cópia do TCLE será disponibilizada por e-mail caso solicitem.

Essa pesquisa não apresenta riscos aos participantes, pois os sujeitos já estão inseridos numa realidade em que possibilite a propagação e vivência do preconceito, e os benefícios serão posteriores a todos os estudantes bolsistas do ProUni visto que formas de prevenção ao preconceito e violência serão propostos a partir desse trabalho.

Para isso, disponibilizo meu contato: telefone (19) 3343-6867 e e-mail: pesquisadora.flaviademr@gmail.com. Essa pesquisa não incorre riscos para os participantes, mas ainda assim, você poderá desistir de incluir suas respostas na pesquisa sem que isso acarrete prejuízo algum. Esse trabalho foi avaliado de acordo com seus requisitos éticos e aprovado pelo **“Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da PUC-Campinas, no telefone (19) 3343-6777, e-mail: comitedeetica@puc-campinas.edu.br, endereço Rod. Dom Pedro I, km 136, Parque das Universidades, Campinas-SP, CEP: 13086-900, horário de funcionamento de segunda a sexta-feira das 08h00 às 17h00”**. Você também poderá entrar em contato com este Comitê sempre que queira para esclarecimento de quaisquer dúvidas de natureza ética.

Declaro que li e esclareceram para mim todos os itens especificados neste TCLE. Minhas dúvidas foram esclarecidas. Portanto, dou consentimento e autorizo minha participação nesta pesquisa de acordo com os critérios garantidos neste termo.

Identificação do participante: _____

RG: _____ Telefone Contato: _____

Assinatura do participante: _____

Assinatura da pesquisadora: _____

3 – Perguntas do Questionário

I - Caracterização dos Participantes

- 1 - Caracterização Pessoal
- 2 - Faixa Etária
- 3 - Como você se apresenta em relação a sexo/gênero
- 4 - Etnia
- 5 - Estado civil atual
- 6 - Tem filha(s) / o(s)
- 7 - Quantas/os filhas/os?
- 8 - Qual a faixa etária de suas/seus filhas/filhos
- 9 - Quantos estão na escola?
- 10 - Critério para a bolsa ProUni:
- 11 - Tipo de bolsa do ProUni
- 12 - Você tem outro tipo de bolsa para complementar a do ProUni
- 13 - Qual tipo de bolsa?
- 14 - Tem bolsa permanência
- 15 - Área do seu curso
- 16 - Tipo de Instituição de Ensino Superior

II - Dimensão Socioeconômica

- 17 - Local de Nascimento
- 18 - Local de domicílio
- 19 - Você trabalha? Em que?
- 20 - Que tipo de vínculo profissional você possui?
- 21 - Há quanto tempo está neste trabalho?
- 22 - Quantos cômodos têm sua casa?
- 23 - Tipo de moradia
- 24 - Mora com quem?
- 25 - Quantas pessoas vivem em sua casa?

III – Visão sobre o ProUni

26 - O que você acha do Programa Universidade Para Todos?

27 - O que você acha que é necessário mudar no programa de acesso ao Ensino Superior para pessoas baixa renda?

28 - Escreva o que você mais gosta no programa.

29 - Escreva o que você menos gosta no programa.

30 - Escolheu o curso que queria? Se não, qual queria? Porque não conseguiu o que escolheu?

31 - Como vê o critério financeiro exigido pelo ProUni?

32 - Qual você acha que deveria ser o critério ingressar ao Ensino Superior?

33 - Como é a sua vivência na universidade?

34 - Já foi discriminado na universidade por algum colega, professor ou funcionário? Por quem? Qual o motivo?

35 - Já foi discriminado por alguma instância, como administração da universidade, direção de curso e faculdade? Qual o motivo?

36 - Como se sente sendo prounista?

37 - Como avaliam o processo de manutenção da bolsa do ProUni? Como é esse processo?

VI - A Vida Cotidiana

38 - O que mais gosta de fazer na vida?

39 - Onde obtém informações para se manter atualizado sobre o que acontece na vida?

40 - Quais são suas maiores preocupações?

41 - O que gostaria de mudar em sua vida?

42 - O que espera para o futuro?

43 - Como define suas condições de vida?

44 - Que mudanças você deseja que aconteçam na sociedade?

45 - Em sua opinião, o que impede as pessoas de se organizarem e lutarem por seus direitos.

4 – TCLE para Entrevista

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para a Entrevista

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa que é a tese de doutorado de Flávia de Mendonça Ribeiro no Curso de Pós-Graduação em Psicologia da PUC-Campinas sob orientação da Profa. Dra. Raquel Souza Lobo Guzzo. Trata-se de um trabalho cujo objetivo é identificar e analisar o impacto do preconceito (se houver) e a influência deste na consciência que os estudantes bolsistas do ProUni têm de si e de sua vida (quando houver). Sabendo-se que há poucos estudos relacionando preconceito vivenciados pelos ProUnistas esse estudo pretende discutir de forma crítica e reflexiva essa relação, e, além disso, pretende-se apresentar formas de combater o preconceito, visto que um dos papéis do psicólogo é fortalecer os sujeitos para que se emancipem e construam a mudança necessária da sociedade em que vivemos.

A participação nesta pesquisa é voluntária e anônima, a partir de uma entrevista online que durará por volta de 60 minutos, que será gravada em áudio. O áudio será ouvido apenas por mim e será marcado com um número de identificação durante a gravação e seu nome não será utilizado. O documento que contém a informação sobre a correspondência entre números e nomes permanecerá no banco de informações dessa pesquisa. As gravações serão utilizadas somente para coleta de informações. Respostas honestas e completas são cruciais para tornar os resultados da pesquisa uma representação precisa das experiências dos estudantes ProUnistas. Por isso, estaremos à sua disposição para esclarecer suas dúvidas ou para conversar sobre o conteúdo dos registros, quando, e, se você assim desejar. Por ser uma pesquisa online, uma cópia do TCLE será disponibilizada por e-mail caso solicitem.

Essa pesquisa não apresenta riscos aos participantes, pois os sujeitos já estão inseridos numa realidade em que possibilite a propagação e vivência do preconceito, e os benefícios serão posteriores a todos os estudantes bolsistas do ProUni visto que formas de prevenção ao preconceito e violência serão propostos a partir desse trabalho.

Para isso, disponibilizo meu contato: telefone (19) 3343-6867 e e-mail: pesquisadora.flaviademr@gmail.com. Essa pesquisa não incorre riscos para os participantes, mas ainda assim, você poderá desistir de incluir suas respostas na pesquisa sem que isso acarrete prejuízo algum. Esse trabalho foi avaliado de acordo com seus requisitos éticos e aprovado pelo **“Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da PUC-Campinas, no telefone (19) 3343-6777, e-mail: comitedeetica@puc-campinas.edu.br, endereço Rod. Dom Pedro I, km 136, Parque das Universidades, Campinas-SP, CEP: 13086-900, horário de funcionamento de segunda a sexta-feira das 08h00 às 17h00”**. Você também poderá entrar em contato com este Comitê sempre que queira para esclarecimento de quaisquer dúvidas de natureza ética.

Declaro que li e esclareceram para mim todos os itens especificados neste TCLE. Minhas dúvidas foram esclarecidas. Portanto, dou consentimento e autorizo minha participação nesta pesquisa de acordo com os critérios garantidos neste termo.

Identificação do participante: _____

RG: _____ Telefone Contato: _____

Assinatura do participante: _____

Assinatura da pesquisadora: _____